



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**WAGNER TELES DE OLIVEIRA**

**A GRAMÁTICA DA CERTEZA EM WITTGENSTEIN  
CRITÉRIO DE MEDIDA E RESULTADO DE MEDIÇÕES**

Salvador  
2008

**WAGNER TELES DE OLIVEIRA**

**A GRAMÁTICA DA CERTEZA EM WITTGENSTEIN:  
CRITÉRIO DE MEDIDA E RESULTADO DE MEDIÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial do grau de Mestre. Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva.

Salvador  
2008

---

Oliveira, Wagner Teles de  
O482 A gramática da certeza em Wittgenstein: critério de medida e resultado de  
medições / Wagner Teles de Oliveira. – Salvador, 2008.  
155 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 2. Certeza. 3. Significação. 4. Gramática.  
5. Experiência. I. Silva, João Carlos Salles Pires da. II. Universidade Federal da  
Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título

CDD – 193

---

WAGNER TELES DE OLIVEIRA

A GRAMÁTICA DA CERTEZA EM WITTGENSTEIN:  
CRITÉRIO DE MEDIDA E RESULTADO DE MEDIÇÕES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

João Carlos Salles Pires da Silva \_\_\_\_\_  
(UFBA-Orientador)

João Vergílio Gallerani Cuter \_\_\_\_\_  
(USP)

Silvia Faustino de Assis Saes \_\_\_\_\_  
(UFBA)

A Fa,  
cujo olhar me devolveu um  
horizonte de certeza.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho deve bastante a meu orientador. A dedicação e a reflexão filosófica de João Carlos Salles figuram, assim, como exemplo e alegoria. Além de ter acompanhado cada passo do desenvolvimento deste trabalho com argumentos sempre sutis e capazes de nos apresentar novos e decisivos aspectos, João Carlos mostrou-se paciente, procurando convencer-nos, a mim e a seus outros orientandos, e não simplesmente persuadir-nos – o que, é claro, não nos exime da responsabilidade por eventuais erros.

Agradeço também aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática, que acompanharam todo o desenvolvimento deste trabalho. Nosso Grupo, acredito, tornou possível este trabalho, ao constituir-se em lugar propício à formação filosófica e ao domínio de técnicas de pesquisa em filosofia. Em especial, agradeço a Cláudia Bacelar Batista o inestimável apoio na revisão do texto.

Vale registrar que a leitura deste trabalho pelos professores Sílvia Faustino de Assis Saes e Alexandre Noronha Machado, na oportunidade do exame de qualificação, foi de suma importância para o andamento da pesquisa que ora ganha corpo.

Finalmente, este trabalho não teria sido possível sem o benefício da bolsa concedida por seis meses pela CAPES e por um ano e meio pela FAPESB.

## RESUMO

A reflexão *Da Certeza* de Wittgenstein analisa o papel desempenhado por proposições situadas na fronteira entre a lógica e a experiência em nosso sistema de juízos empíricos. Assim, à medida que entende lingüísticos os elementos mínimos da significação, Wittgenstein forja uma concepção singular de certeza. A certeza, que atravessa nossas manipulações simbólicas, não se localizaria, por natureza, em proposições, pois tal certeza resultaria de nossa *forma* de agir e julgar, uma vez que nossas práticas judicativas sedimentam a necessidade característica das proposições gramaticais. Visto que envolve essa noção de necessidade, as proposições gramaticais podem condicionar a experiência apenas em certo sentido, pois não abandonam de todo o tráfego empírico. O nosso trabalho, em grande medida, gira em torno dessa idéia, ao se constituir como uma análise da investigação de Wittgenstein em *Da Certeza*. Ao analisar a reflexão de Wittgenstein, tendo em vista essa idéia, tratamos de apresentar elementos a partir dos quais o livro *Da Certeza* possa ser lido como lugar privilegiado de reflexão a respeito das condições que tornam possível a elaboração de proposições significativas. Assinalamos a apresentação desses elementos em oposição à idéia de que se trate apenas de um conjunto de observações destinadas a criticar Moore. Assim, a pergunta sobre o papel desempenhado por proposições gramaticais em nosso sistema de juízos empíricos é signo de que as observações de Wittgenstein, em *Da Certeza*, se organizam como uma reflexão sobre os limites do sentido. E é justamente tal pergunta que confere autonomia à reflexão de Wittgenstein em relação à filosofia de Moore.

**Palavras-chave:** Wittgenstein. Certeza. Significação. Proposições gramaticais. Gramática. Experiência.

## ABSTRACT

Wittgenstein's reflection *On Certainty* analyses the role played by propositions situated on the border between logic and experience in our system of empirical judgments. Thus, as he considers the minimal elements of meaning as linguistic, Wittgenstein forges a singular conception of certainty. Certainty, which crosses our symbolic manipulations, would not, by nature, be placed in propositions, for such certainty would result from our way of acting and judging, once our judgment practices sediment the characteristic necessity of grammatical propositions. Since propositions encompass that notion of necessity, they may condition experience only in a certain sense, for they do not entirely abandon the empirical traffic. Our paper, in large measure, concentrates on that idea as it consists of an analysis of Wittgenstein's investigation in *On Certainty*. Analyzing Wittgenstein's reflection, having that idea in view, we decided to present elements from which the book *On Certainty* can be read as privileged place of reflection about the conditions that make possible the elaboration of meaningful propositions. We point out the presentation of those elements in opposition to the idea that it is only a set of observations intended for criticizing Moore. Thus, the question about the role played by grammatical propositions in our system of empirical judgments is a sign that Wittgenstein's observations in *On Certainty* organize themselves as a reflection on the limits of sense. And it is just such a question that grants autonomy to Wittgenstein's reflection in relation to Moore's philosophy.

**Keywords:** Wittgenstein. Certainty. Meaning. Grammatical propositions. Grammar. Experience.



## SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	09
2. SOBRE O ESTATUTO DE <i>DA CERTEZA</i>	16
I. Wittgenstein e Malcolm sobre a certeza	16
II. Gênese de <i>Da Certeza</i>	23
III. Moore como objeto de terapia	35
3. A NOÇÃO DE <i>IMAGEM DE MUNDO</i>	37
I. Mitologia e Quadro de Referências	37
II. Visão de Mundo, Mitologia e Imagem de Mundo	45
III. Sentido proposicional e Sistema de Crenças	50
IV. <i>Weltbild</i> , Linguagem e Objetividade	58
V. Pragmatismo e Objetividade	67
4. CONDIÇÕES DE SENTIDO E FATOS	76
I. Descrição Gramatical e Uso Efetivo	76
II. Significação, Condições Lógicas e Fatos	95
5. GRAMÁTICA E EXPERIÊNCIA	104
I. Certeza, Dúvida e <i>Forma</i> de Agir	104
II. Experiência e Constituição do Sentido	116
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A certeza não é um ponto idealizado do qual as coisas ora se aproximam, ora se distanciam. Tampouco pode corresponder a um tom de voz no qual alguém declara como são as coisas e do qual se poderia inferir que tenha razão.<sup>1</sup> Wittgenstein trata assim de combater a idéia de que a certeza seja articulada em um cenário mental a partir do qual se passaria a atribuir necessidade às nossas ações.

A certeza resulta das práticas com as quais se entremescla. Isso porém está longe de ser uma afirmação trivial. Em todo caso, ela parece poder figurar como objeto da reflexão filosófica wittgensteiniana apenas à medida que se desvincula de uma concepção pneumática do pensamento. É assim que Wittgenstein, tratando de situar sua investigação no terreno da lógica, recusa vigorosamente que suas considerações constituam um apanhado psicológico acerca da certeza; e não se cansa de repetir que exatamente as proposições, cuja expressão evoca essa certeza básica, estruturam as operações com o pensamento e com a linguagem.

Aparentemente, Wittgenstein considera os estados mentais desimportantes ao funcionamento dos jogos de linguagem. Porém, como em muitos outros casos, também nesse as aparências enganam. Mais que enfatizar a irrelevância dos estados mentais na dinâmica dos jogos de linguagem, Wittgenstein trata de desvendar as relações internas de atos pneumáticos a partir da gramática mesma segundo a qual esses atos são expressos. Nessa medida, a certeza passa a constituir interesse filosófico porque compreendida como resultado da aplicação de critérios de objetividade que garantem a compreensão lingüística.

A certeza estaria, contudo, de tal forma entranhada em nossas práticas que mesmo Deus talvez não esteja em condições de estabelecer juízos com independência da forma de julgar que ela reflete. Afinal, alguém capaz de nos convencer do contrário da certeza que enforma nossos juízos, esse deveria estar em condições de nos abrir os olhos e mostrar a verdade. Desse modo, a certeza é entendida por Wittgenstein tanto como critério relacionado intrinsecamente às regras que governam o jogo, quanto como resultado da aplicação desses critérios que garantem a objetividade.

Em outras palavras, essa forma de julgar comum, ao envolver certeza, garante que empregamos as palavras da mesma maneira. A dúvida, por seu lado, não poderia ser significativa caso não permitida por nossa forma de elaborar juízos, pois as condições de

---

<sup>1</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 30.

possibilidade que cercam a elaboração de proposições significativas dizem respeito também à elaboração significativa da dúvida.

Wittgenstein pensa assim a certeza em termos proposicionais. Ou melhor, faria ver que a elaboração de proposições significativas depende do estabelecimento de um acordo prévio em torno do qual as nossas práticas se engajam, não sendo a verificação repetida capaz de acrescentar um maior grau de certeza às nossas práticas judicativas. Afinal de contas, o acordo prévio em torno do qual nossas práticas se engajam corresponde ao fato de o concurso de nossas ações ter assumido como certas algumas coisas que passam doravante a contar como pontos incondicionados das práticas. Nesse sentido, a certeza construída por esse acordo prévio em torno de certos juízos passa a ser tomada como condição inclusive da dúvida, visto que os lances complexos dos jogos suporiam, de certo modo, um tecido que lhes seria mais básico, de sorte que então a certeza encarnaria as condições básicas da dinâmica dos jogos de linguagem.

Usamos certos juízos sem pôr em questão se têm ou não um sentido. O acordo prévio em torno de certos juízos permite o estabelecimento de critérios de correção do uso de expressões lingüísticas, à medida que define regras que governam os jogos de linguagem. Assim, esse acordo prévio estabelece elementos normativos que conferem um sentido aos nossos juízos e, com isso, garantem a compreensão lingüística. Tais elementos possibilitam a objetividade do uso da linguagem, ao estabelecerem uma maneira de julgar à qual a elaboração de proposições significativas não se pode furtar.

Diríamos, por conta disso, que os jogos de linguagem articulam modelos de usos possíveis das expressões lingüísticas. A articulação de modelos segundo os quais julgamos só seria então possível porque os jogos de linguagem se associam às formas de vida que, por seu turno, ao configurarem as normas de descrição, encerram a possibilidade dos jogos de linguagem. Seria então possível, para Wittgenstein, extrair alguma conclusão filosófica do fato de as nossas práticas constituírem uma maneira de julgar comum, em virtude da qual partilhamos o significado de nossas expressões?<sup>2</sup> Ora, a questão a ser respondida seria da seguinte ordem: em que medida pode constituir uma prova da existência de um mundo exterior o fato de agirmos e julgarmos supondo certas coisas definidas como básicas, quer pela nossa própria maneira de agir quer pela nossa forma de julgar? Nessa direção, a certeza relativa ao significado das palavras que empregamos não pode envolver polêmica alguma, visto que a nossa forma de julgar não pode ser posta em questão sem que o curso de nossas práticas judicativas seja interrompido.

---

<sup>2</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 388.

A filosofia cuidaria também de analisar atos pneumáticos a partir da gramática segundo a qual esses atos podem encontrar expressão; mas uma declaração que explicita elementos mínimos dos jogos de linguagem aponta para a forma do discurso que empregamos. Em outros termos, o uso filosófico da explicitação dos elementos básicos dos jogos de linguagem deve pretender ser uma mera descrição da gramática segundo a qual julgamos; caso contrário, o filósofo deveria apontar as circunstâncias nas quais a declaração que veicula elementos mínimos é significativa.<sup>3</sup>

Por essa perspectiva, Wittgenstein critica o uso feito por Moore das proposições gramaticais. Moore teria posto a questão “sob uma luz inadequada”. Bastaria ouvir a declaração de Moore de que *sabe* que aquilo se trata de uma árvore, para compreender o quanto ele declara saber não está de modo algum decidido.<sup>4</sup> Aqui, uma vez mais, Wittgenstein tem em conta a imagem empregada à altura do § 37, quando faz questão de reiterar que o enfrentamento de questões filosóficas requer, antes de tudo, que se desenhe o ponto de ataque adequado; tal como quando se deve efetuar uma crítica justa a um retrato. Nesse espírito, encontrar um ponto de ataque adequado implica encontrar uma expressão do problema capaz de torná-lo solúvel.

Aos olhos de Wittgenstein, o quadro elaborado pelas questões postas por Moore se assemelha à situação de quem vê uma pintura e deve reconhecer de longe, de modo imediato e sem sombra de dúvida, o que ela representa: “Mas agora eu me aproximo um pouco mais: e então eu vejo um conjunto de manchas de cores variadas que são todas muito ambíguas e não conferem qualquer certeza”.<sup>5</sup>

Essa metáfora deve se aplicar tanto à investigação de Wittgenstein quanto ao uso feito por Moore de proposições gramaticais, no sentido de que esclarece porque uma deve diferenciar-se da outra. Por um lado, Moore se deteve no uso feito das proposições gramaticais no estágio em que a pintura é avistada de longe e é reconhecido o que ela representa. Por outro, a investigação de Wittgenstein trata de, aproximando-se um pouco mais, identificar um ponto de ataque a partir do qual uma crítica justa à pintura pode ser efetuada. É nessa medida que as observações iniciais de *Da Certeza* (§§ 1-65) devem ser lidas tanto como crítica a Moore quanto como o esforço de elaboração de um plano de investigação.

Trata-se de uma crítica a Moore, sem dúvida, por mostrar como Moore poria as questões filosóficas relativas à certeza sob uma luz inadequada. Ao mesmo tempo, além da

---

<sup>3</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 433.

<sup>4</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 481.

<sup>5</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 481.

crítica, a reflexão comporta a elaboração de um sofisticado plano de investigação, pelo qual se poderia tornar solúveis os problemas filosóficos que proposições gramaticais envolvem. Assim, as observações iniciais de *Da Certeza* mostram o quanto estão atravessados por confusões conceituais a defesa do realismo e o ataque ao idealismo empreendidos por Moore.

Wittgenstein identifica o interesse filosófico próprio do papel desempenhado por proposições gramaticais em nossas elaborações simbólicas, e não propriamente a natureza dessas proposições, uma vez que não haveria uma distinção clara entre regras gramaticais e proposições empíricas, uma que resultasse da pretensa distinção entre suas naturezas. A impossibilidade de uma distinção de natureza é signo de que as proposições, todas elas, formam um sistema e que, dessa maneira, devem habitar o mesmo terreno de nossas elaborações judicativas.

Dessa forma, pretendemos, com o capítulo “Sobre o Estatuto de *Da Certeza*”, abordar alguns dos aspectos essenciais do contexto teórico de *Da Certeza*, para mostrar, no cômputo final, que a reflexão de *Da Certeza* não é um mero comentário à filosofia de Moore. Nesse sentido, enfrentamos também alguns dos aspectos que matizam o debate de Wittgenstein com Malcolm em 1949. Agora, não se trata de questionar se o debate com Malcolm foi, de fato, capaz de suscitar em Wittgenstein o interesse por questões encerradas pelos ensaios de Moore, tais como a relação entre gramática e experiência, fatos e constituintes do sentido, processos psíquicos e certeza. Trata-se, isso sim, de mostrar que a reflexão *Da Certeza* situaria essas questões não em relação aos ensaios de Moore, mas antes as lança contra o pano de fundo teórico da própria obra de Wittgenstein, já que Wittgenstein situa a sua reflexão nos domínios da lógica. Assim, pretendemos esclarecer o que significa a afirmação de que as suas considerações pertencem à lógica.

Por essa perspectiva, distinguimos dois momentos da reflexão *Da Certeza* de Wittgenstein. Um primeiro (ao qual importa criticar a filosofia de Moore) e um segundo, que trata de desenvolver a investigação planejada ao longo desse primeiro momento; respectivamente, *Da Certeza I* (§§1-65) e *Da Certeza II* (§§66-676). Dessa maneira, entendemos que Wittgenstein marca a sua reflexão inicialmente como crítica a Moore no sentido de que *Da Certeza I* se move, em grande medida, em oposição aos interesses de Moore e que à medida que a investigação progride torna-se autônoma em relação à oposição a Moore.

Nesse mesmo espírito, a nossa Dissertação se organiza em torno da idéia de que *Da Certeza* compreende uma reflexão a respeito das condições de possibilidade da elaboração de proposições significativas a partir da pergunta pelo papel desempenhado por proposições

gramaticais em nosso sistema de juízos. Desse modo, cabe ao capítulo “A Noção de *Imagem de Mundo*”, centro de nosso trabalho, explicitar o contexto teórico que constitui a noção de *Weltbild* como central à reflexão de Wittgenstein. Essa noção é solicitada pela investigação à medida que uma imagem de mundo é decisiva à construção da objetividade de nossas ações e juízos. A apresentação da noção de *Weltbild* em *Da Certeza* será feita contra o pano de fundo das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, pois nessa medida se torna claro, seja o que singulariza a reflexão *Da Certeza* seja como Wittgenstein a estabelece em diálogo com outros momentos da obra. Em específico, em que medida *Da Certeza*, ao caracterizar a imagem de mundo como uma espécie de mitologia, afasta-se, de certo modo, da noção de mitologia registrada ao tempo das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”? Aparentemente, Wittgenstein batiza com o mesmo termo noções que devem distinguir-se pelo contexto teórico. Importa assim à nossa investigação trazer à luz as diferenças entre os contextos teóricos de *Da Certeza* e “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”. Além disso, exploramos posições teóricas a respeito da noção de *Weltbild*, que, em grande medida, podem ser mais bem esclarecidas ou mesmo dissolvidas mediante o esclarecimento da diferença entre o contexto teórico das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*” e o contexto teórico vindouro, que passa a solicitar a noção de *Weltbild*. Essa noção passa a resultar da pergunta pela função desempenhada por proposições cujo exercício deve condicionar, em algum sentido, a elaboração judicativa.

Afirmar, por si só, a preeminência da pergunta pela possibilidade lógica de constituição da linguagem assinala um laço essencial de continuidade entre a reflexão *Da Certeza* e a obra madura de Wittgenstein, que encontra nas *Investigações* a sua melhor apresentação. Nesse sentido, exploramos no capítulo “Gramática e Experiência” a relação entre experiência e a constituição de elementos normativos. Por um lado, mostramos como elementos gramaticais não abandonam de todo a referência à experiência e, ainda assim, podem condicioná-la em certo sentido. Por outro, exploramos a idéia de que a experiência não corresponde a uma indexação da gramática, uma vez que desempenha um papel fundamental na constituição da necessidade.

O papel desempenhado pela experiência, por seu lado, possui como limite a arbitrariedade da gramática, proporcional à autonomia da gramática em relação ao concurso da experiência. Assim, analisamos as implicações dessa noção de necessidade situada em contexto pragmático e que, por conta disso, não poderia corresponder a uma resposta definitiva, uma que neutralize completamente a contingência.

A autonomia da gramática estabelece-se em relativa tensão com o curso empírico. Afinal de contas, a necessidade das relações conceituais é doravante tratada em terreno

flutuante. É nessa medida que o capítulo “Condições de Sentido e Fatos” explora o papel desempenhado por fatos na sedimentação da certeza essencial ao funcionamento dos jogos de linguagem. Um fato pode alterar os jogos de linguagem e mesmo tornar alguns jogos desimportantes ou impossíveis. Mas um fato não é capaz de forjar a necessidade que atravessa os movimentos no interior dos jogos. Então, por que um fato pode desestabilizar nossas práticas, ao passo que um fato não é capaz de tornar um jogo de linguagem necessário? A resposta a essa questão envolve a análise do papel desempenhado por fatos na sedimentação desse tecido de certeza de que se constitui a base dos jogos de linguagem, pois aqui, dentre outras coisas, o que está em questão é o papel desempenhado por fatos na dinâmica dos jogos de linguagem. Por conta disso, assinalamos que as questões postas pelo terceiro e quarto capítulos se entremesclam, de tal sorte que ambos se dirigem por uma única questão, a saber: a relação entre linguagem e realidade.

A relação entre linguagem e realidade envolve a pergunta pela possibilidade dos jogos de linguagem, pois “verdadeiro e falso” corresponde a “ajustar-se aos fatos ou não”, e interessaria a Wittgenstein decidir o significado desse ajuste. Importam então as razões por que decidimos a favor ou contra uma proposição.<sup>6</sup> Além disso, tal ajuste depende do condicionamento de elementos normativos, que certas instâncias sejam contadas como fundamentais para a forma de lidar com os fatos.

Nesse sentido, a questão do ajuste entre fatos e linguagem refere-se à idéia de que as proposições que exprimem elementos incondicionados dos jogos de linguagem não veiculam conhecimento algum. Por isso, analisamos também o texto “Ursache und Wirkung: Intuitives Erfassen”, cujo quadro teórico antecipa algumas das idéias centrais de *Da Certeza*, como a de que uma forma de agir constitui a base dos jogos de linguagem. Assim, interessa-nos acentuar a diferença que *Da Certeza* acrescenta a essas idéias, bem como mostrar em que medida a reflexão *Da Certeza* se estabelece em continuidade com outros momentos da obra de Wittgenstein. Assim, entendemos que, confrontada com “Ursache und Wirkung”, a reflexão *Da Certeza* tem a sua novidade mais bem esclarecida.

Em nossas “Considerações Finais”, além de computarmos alguns dos resultados que acreditamos ter alcançado por essa investigação sobre o *Da Certeza*, assinalamos de modo breve pontos essenciais pelos quais é tramada a continuidade entre essa reflexão tardia e as *Investigações Filosóficas*. E, a partir disso, podemos nos contrapor à idéia de que resultados fundamentais de *Da Certeza* contrariariam as *Investigações*. Em outras palavras, sendo este trabalho uma análise dos resultados essenciais de *Da Certeza*, reiteramos o quanto essa última

---

<sup>6</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 199.

reflexão de Wittgenstein se inscreve sobretudo no domínio da lógica, ao tempo que ressaltamos não se tratar de uma reflexão epistemológica, nem de uma mera resposta aos ensaios de Moore.

## **SOBRE O ESTATUTO DE *DA CERTEZA***

### **I. Wittgenstein e Malcolm sobre a certeza**



Os comentadores de *Da Certeza*, com poucas exceções, assinalam que esse texto fora escrito contra G. E. Moore – notadamente, uma reação aos dois célebres ensaios “Prova de um Mundo Exterior” e “Uma Defesa do Senso Comum”.<sup>7</sup> Por outro lado, são também unânimes em afirmar que a crítica de Wittgenstein feita a Moore possuiria, como ponto principal, a idéia de que os truísmos enunciados em “Uma Defesa do Senso Comum” não constituem um recorte epistemológico. Tais proposições desempenhariam uma função singular em nosso sistema de juízos empíricos. Isso quer dizer que a certeza veiculada por tais proposições não é de natureza epistemológica, visto que não se inscreveria nos jogos de linguagem como expressão de conhecimento. Trata-se portanto de uma certeza de natureza lógica.

O § 137 *Da Certeza* pontua que assegurar saber qualquer coisa não é suficiente para convencer de que, de fato, se sabe. Nesse caso, a única evidência que teríamos seria a de que se crê em algo. Por isso, diz Wittgenstein, não deve nos interessar a afirmação de Moore de que ele sabe qualquer coisa, mas as proposições que ele declara saber. E, se essas proposições são interessantes, não o seriam em virtude de que qualquer pessoa estaria em condições de saber ou acreditar saber o que elas enunciam.

As proposições apresentadas por Moore como exemplo de coisas incontestavelmente sabidas devem interessar à reflexão wittgensteiniana, porque “todas desempenham um papel *semelhante* em nossos jogos de juízos empíricos”.<sup>8</sup> A questão não seria se Moore sabe ou não o que diz saber, mas sim que o papel desempenhado por essas proposições em nossos jogos corresponde ao fato de que algumas coisas devam ser tomadas como certas, a fim de que nossos juízos sejam possíveis.<sup>9</sup> Além disso, aos olhos de Wittgenstein, não deve nos interessar, do ponto de vista filosófico, a afirmação de saber encerrada na primeira pessoa, mas sim como afinal é possível saber. O caso escolhido por Moore seria justamente um em que todos nós estamos em condições de saber o que ele diz saber. Assim, não se trata de ter chegado às proposições aí enunciadas como o resultado de uma investigação<sup>10</sup>. A função que essas proposições desempenham é signo do exercício da necessidade que elas veiculam e que possibilita a elaboração de juízos significativos. É tal função que interessa a Wittgenstein.

---

<sup>7</sup> Como, por exemplo, MOYAL-SHARROCK e GLOCK. Cf. a nota 45.

<sup>8</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 137.

<sup>9</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 112.

<sup>10</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 84.

Todavia, a literatura sobre *Da Certeza* se engajou em torno da idéia de que a reflexão sobre o papel desempenhado por proposições gramaticais em nossos jogos de linguagem corresponde a uma contraposição ao ponto de vista filosófico defendido por Moore. Por conta disso, *Da Certeza* passa a ser lido como comentário dos ensaios de Moore, ao tempo que os ensaios de Moore passam a ser vistos como a exposição de um ponto de vista filosófico criticado por Wittgenstein. Isso quer dizer que, por um lado, essa perspectiva tende a diminuir o valor da contribuição epistemológica de Moore, já que seus ensaios passam a ser lidos à contra luz da crítica de Wittgenstein. Por outro, deixa que escape a importância de *Da Certeza*, porque a sua reflexão fica pautada pelas questões postas por Moore em seus ensaios.<sup>11</sup>

É bem verdade que, como assinala Stroll, uma apreciação mais bem cuidada da fortuna teórica de Moore concedeu à leitura de *Da Certeza* uma nova rota, e tanto a contribuição epistemológica de Moore passou a ser mais bem examinada quanto *Da Certeza* passou a ser compreendido como uma resposta mais ampla ao desafio céptico.<sup>12</sup> O desenvolvimento da leitura, embora tenha permitido compreender essa reflexão de Wittgenstein como relativamente autônoma, não deixou, contudo, de considerá-la como uma reação aos ensaios de Moore.

Dentre as conseqüências teóricas desse modo de leitura, a principal é que *Da Certeza* passou a ser contabilizado como a mais relevante contribuição de Wittgenstein ao debate epistemológico contemporâneo. Talvez um signo inequívoco dessa implicação seja o fato de A. Stroll dedicar o seu célebre *Moore and Wittgenstein on Certainty* à ênfase epistemológica que supostamente seria o principal traço da reflexão de Wittgenstein.<sup>13</sup> Além do mais, em artigo mais recente, Stroll pontua assim a razão para *Da Certeza* situar-se no centro do debate filosófico contemporâneo: “Wittgenstein’s book is the most important contribution to the theory of knowledge since *The Critique of Pure Reason*.”<sup>14</sup>

Em meio a esse cenário, a compreensão de *Da Certeza* depende de como situamos essa específica investigação sobre proposições gramaticais. Desse modo, o objetivo deste capítulo não é apresentar divergências, por vezes as mais sutis, entre intérpretes. Trata-se, isso sim, de desenhar, a partir do destaque de alguns aspectos e problemas, o contexto teórico no qual, segundo julgamos, deve ser situada a reflexão de Wittgenstein. Para tanto, importa,

---

<sup>11</sup> Cf. STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 8-9.

<sup>12</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 9.

<sup>13</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 9.

<sup>14</sup> STROLL, Avrum. *Why On Certainty Matters*, p. 33.

primeiro, apresentar aspectos essenciais do debate de Wittgenstein com Malcolm em 1949; segundo, abordar algumas questões tocantes à edição de *Da Certeza*; e, finalmente, à luz de traços próprios do seu expediente terapêutico, mostrar como a investigação de Wittgenstein ocupa-se de questões relativas à constituição do sentido proposicional.

Em Julho de 1949, Wittgenstein embarca rumo a Ithaca, à Universidade de Cornell, na qual irá debater com Malcolm a respeito da pretensa refutação do ceticismo empreendida por Moore em seus ensaios. Antes da visita de Wittgenstein, Norman Malcolm havia escrito um ensaio intitulado “Moore and Ordinary Language”.<sup>15</sup> Nesse ensaio, Malcolm argumentara que a defesa do senso comum elaborada por Moore tratava antes de mostrar que os filósofos subvertem o sentido ordinário das expressões lingüísticas. Cerca de sete anos depois, Malcolm concentra a sua crítica a Moore na idéia de que esse teria feito um uso incorreto das expressões “Eu sei...”, “Eu sei com certeza que...” e “Isto é certo”, pontuando então que o emprego dessas expressões seria contraditório com seu uso correto e ordinário.<sup>16</sup>

A visita a Malcolm ocorre, portanto, no curso dessa crítica a Moore. É certo que o interesse de Wittgenstein pelos textos de Moore é anterior, notadamente pelo modo como “Uma Defesa do Senso Comum” pretenderia desarmar o desafio cético acerca da possibilidade do conhecimento do mundo exterior. Mas, a partir do debate com Malcolm, Wittgenstein elabora um plano de investigação, cuja realização ocupará a sua reflexão nos seus últimos dias de vida.

Em contraposição à leitura que atribui a inspiração de *Da Certeza* aos ensaios de Moore, uma outra interpretação o toma não como reação a Moore, mas antes como uma resposta ao debate de Malcolm com Moore. Porém, as muitas das questões postas por *Da Certeza* não são tão novas a ponto de terem sido suscitadas por esse debate. Por exemplo, Glock assinala (a nosso ver, com plena razão) que algumas das idéias principais de *Da Certeza* são antecipadas por “Ursache und Wirkung”.<sup>17</sup> Isso não nega o fato de que o plano de trabalho elaborado por Wittgenstein, imediatamente após o debate com Malcom, tenha sido suscitado pelas idéias de Moore. Todavia, Wittgenstein reinventa a pauta de questões que importam ao debate mediante a alteração da pergunta fundamental, isto é, importa sim o papel desempenhado por proposições gramaticais em nossos jogos de linguagem. Essa pergunta já estaria implícita nas observações de *Da Certeza* (§§ 1-65, designados como *Da Certeza I*).

---

<sup>15</sup> Esse ensaio foi publicado, em 1942, no volume *The Philosophy of G. E. Moore*, editado por P. A. SCHILPP.

<sup>16</sup> Cf. STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 9-10.

<sup>17</sup> GLOCK, Hans-Johann. Knowledge, Certainty and Scepticism: in Moore’s Defence, p. 64-65. Sobre essa questão tratamos na “Certeza, Dúvida e Forma de Agir” do IV Capítulo.

Ao tempo das conversas com Malcolm, Wittgenstein afirma repetidas vezes que apenas no curso da vida uma expressão pode ter significado, e justamente isso a perspectiva de Moore parece desconsiderar.<sup>18</sup> Em outras palavras, uma expressão somente é significativa caso determinadas condições de uso sejam satisfeitas, além de não haver significações exatas por natureza, uma vez que certa vagueza caracteriza o uso da linguagem.<sup>19</sup>

A crítica de Wittgenstein, no entanto, não o impede de reconhecer algum mérito no estilo de Moore. Ele possuiria o mérito de afastar soluções prematuras, mas os recursos de seu método talvez se mostrassem insuficientes para reconhecer uma solução correta, caso uma lhe fosse apresentada.<sup>20</sup> Além do mais, seria perpassado por uma repetição, que tanto aborrecera Wittgenstein, a ponto de abandonar as aulas ministradas por Moore, quando este ainda era o mais influente filósofo de Cambridge.<sup>21</sup>

Malcolm assinala que, quando filósofos duvidam da existência de dados perceptivos, não o fazem contra o senso comum, e que filosofias podem ser erguidas em pleno desacordo com a experiência ou com a linguagem ordinária.<sup>22</sup> Caso tais filosofias não pudessem ser erguidas em desacordo com questões empíricas nem a dúvida de dados perceptivos pudesse ser elaborada filosoficamente, então o significado das palavras deveria ser estabelecido por mera associação ao dado empírico a que se referem. O aprendizado do significado de “fantasma”, e. g., não poderia independe da visão disso que não existe e que se nomeia como fantasma.<sup>23</sup>

Ainda segundo Malcolm, Moore procuraria afastar os paradoxos de que a filosofia se alimenta, recusando todas as filosofias que contrariam a linguagem ordinária. A estratégia de Malcolm consistiria em revolver a linguagem ordinária contra Moore, ressaltando que este não dissolveria a tentação filosófica de ataque ao senso comum, nem impediria a produção de novos paradoxos.<sup>24</sup>

No MS 172 (equivalente ao *Da Certeza I*), Wittgenstein retoma o tema das conversas com Malcolm, mas já o faz comprometido com outra estratégia. Assim, mesmo se não chega a contrariar as notas redigidas por Malcolm a partir das conversas em Ithaca, desenvolve uma

---

<sup>18</sup> MALCOLM, Norman. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 75.

<sup>19</sup> MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 53.

<sup>20</sup> MALCOLM, Norman. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 56.

<sup>21</sup> Cf. MALCOLM, Norman. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 7.

<sup>22</sup> MALCOLM, Norman. *Moore and Ordinary Language*, p. 357.

<sup>23</sup> MALCOLM, Norman. *Moore and Ordinary Language*, p. 360.

<sup>24</sup> MALCOLM, Norman. *Moore and Ordinary Language*, p. 367

crítica mais funda sobre “Prova de um Mundo Exterior” e “Uma Defesa do Senso Comum”, uma vez que desce às raízes de problemas filosóficos que envolvem a normatividade.<sup>25</sup>

Essa diferença de estratégia não impede a sintonia entre as anotações de Malcolm e o MS 172.<sup>26</sup> Um típico exemplo disso é a expressão lapidar de que apenas no curso da vida uma proposição teria significado.<sup>27</sup> Destarte, algumas idéias essenciais ao *Da Certeza* encontram já algum contorno nas conversas com Malcolm, tais como: a recusa à tendência de pensar a certeza como algo tributário de estados mentais; a linha radical de separação entre contexto filosófico e contexto ordinário; e a diferenciação lógica entre proposições empíricas e proposições da gramática.<sup>28</sup> No entanto, muitos dos principais tópicos enfrentados no texto não são de todo tocados ao tempo do debate<sup>29</sup>. Dentre esses tópicos, destaca-se o tratamento sistemático do erro e aprendizado relativo a proposições nas quais as condições elementares da significação seriam veiculadas.

A investigação de *Da Certeza* analisa proposições que exprimem pontos de referência de nossas práticas lingüísticas. Nessa medida, ela se dirige aos fundamentos da normalidade<sup>30</sup>.

<sup>25</sup> Provavelmente escrito entre Janeiro e Fevereiro de 1950, *Da Certeza I* não consiste unicamente em uma crítica a Moore, embora contenha uma crítica do uso feito por ele de proposições gramaticais. Afinal de contas, esboça também um plano de trabalho entremesclado pela crítica feita a Moore. Cf. MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p. 492.

<sup>26</sup> Cf. MALCOLM, Norman. Moore and Ordinary Language, p. 343-368. O próprio Malcolm confessa em seu *Wittgenstein* que não pretendia, para as suas anotações sobre o debate com Wittgenstein, uma expressão tão fiel que chegasse a ser especular: “The foregoing notes are not intended to be verbatim. The notes were written up a day or two after each talk. They are condensed summary of what I took away from a number of discussions, occurring over a period of several weeks. A few of the thoughts may have been my own, but certainly most were not. I believe what these notes give a reasonably accurate report of part, although certainly not all, that Wittgenstein said.” (MALCOLM, Norman. *Wittgenstein: a memoir*, p. 75).

<sup>27</sup> Cf. MALCOLM, Norman. *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 75; WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 10. e também WITTGENSTEIN, Ludwig. *Last Writings on Philosophy of Psychology*, Volume I, § 913. Encontramos no MS 169, expressão semelhante: “Auch was im Inneren vorghet hat nur im Fluss des Lebens Bedeutung.”. WITTGENSTEIN, Ludwig. Item 169 Taschennotizbuch. In: *Wittgenstein's Nachlass: the Bergen electronic edition*, 47v. A expressão de Malcolm não encontra correspondência, como vemos, com as demais expressões cifradas na letra da obra, mesmo que sejam dirigidas pela mesma idéia. A expressão a qual relacionamos no MS 172, e. g., é inscrita assim: “nur im Gebrauch hat der Satz Sinn.” O modo de expressão de Malcolm, porém, posto em suas “Additional Notes” do *Wittgenstein*, datado de 1983, porque conta com o cotejo do espólio *Wittgenstein*, antes sim, coincide com uma expressão da obra, mesmo que divergindo da tradução, encontrada nos *Last Writings on Philosophy of Psychology* – “Words have meaning only in the stream of life” –, citada por Malcolm como “Words have their meaning only in the flow of life” à p. 84 de seu *Wittgenstein: a memoir*.

<sup>28</sup> Cf. MALCOLM, Norman. *Wittgenstein: a memoir*, p. 71-73.

<sup>29</sup> Cf. MALCOLM, Norman. *Wittgenstein: a memoir*, p. 84.

<sup>30</sup> A normalidade é, aos olhos de Wittgenstein, essencial à normatividade das práticas lingüísticas, no sentido de que se trata de um elemento que constitui a normatividade dos jogos de linguagem. A idéia de que a normalidade seja constitutiva da normatividade dos jogos de linguagem por sua vez, relaciona-se intrinsecamente com a idéia de que a normatividade, tão essencial aos jogos de linguagem, não pode constituir-se com independência das nossas práticas judicativas. Assim, a normalidade não pode ser condição da normatividade que caracteriza o uso da linguagem, no sentido de que seja um pressuposto das atividades normativas envolvidas no uso da linguagem, mas sim no sentido de que a normalidade é um elemento necessário para a constituição da normatividade dos jogos de linguagem. Portanto, se por um lado a normatividade aponta para a existência de regras que governam os jogos de linguagem e que veiculam o acordo sobre nossas práticas judicativas, por outro, a normalidade corresponde às condições normais de uso prescritas por elementos normativos constituídos ao longo do percurso

A pergunta pelo sentido proposicional, aos olhos de Wittgenstein, caracterizaria essencialmente o trabalho filosófico. Tal pergunta em *Da Certeza* expressa-se na questão relativa ao papel desempenhado por proposições gramaticais em nossos jogos de linguagem. Ou seja, mediante a formulação da pergunta pelo sentido, *Da Certeza* desenharia um contexto teórico autônomo em relação à filosofia de Moore, à medida que elabora uma pauta de questões próprias.<sup>31</sup> Compreendida assim, a pergunta pelo sentido estaria situada na fundação de *Da Certeza*.

Stroll assinala que o *Da Certeza* se constitui em um desafio exegético em virtude de se tratar de anotações que não passaram do estágio de primeiro registro de pensamentos de Wittgenstein e que, “though not wholly formed as one unit, is thus a product of Wittgenstein’s most sophisticated ruminations on the topics he discusses.”<sup>32</sup> Como um todo, *Da Certeza* se situa na primeira etapa de trabalho característica da produção de textos por Wittgenstein. Todavia, apresenta um tipo de estrutura de dinâmica de trabalho fortemente esboçada já em seus primeiros 65 parágrafos. É, afinal, nessa perspectiva que Stroll pontua que a estrutura de *Da Certeza* consiste em começar “with a set of comments about his proof of an external world and about Moore’s claims to know, with certainty, the premisses of his proof.” A partir desse princípio, a investigação se lança em várias direções, contudo “it is impossible to find a straight or continuing line through any of them.”<sup>33</sup>

Por certo, a continuidade entre os parágrafos 1-65 e os subseqüentes se dá unicamente no sentido de que esses primeiros parágrafos condicionam os tópicos da investigação registrada nos parágrafos 66-676<sup>34</sup>. Além do mais, o curso da investigação de *Da Certeza* tanto mais se mostra autônomo em relação a Moore quanto mais condicionado pelo plano de trabalho esboçado em *Da Certeza I*.

A empreitada de Malcolm contra Moore nos pode auxiliar, mostrando em que medida a crítica a Moore, feita por Wittgenstein, seria condição propedêutica da investigação que se sucede. A posição defendida por Malcolm em seu “Moore and Ordinary Language” deve distanciar-se do estilo de Wittgenstein. No entanto, a crítica de Malcolm, datada de 1942, traduz no essencial a expressão inicial de Wittgenstein diante dos ensaios de Moore. Em algum sentido, a posição defendida por Malcolm, em 1942, tende a adiantar as considerações

de nossas práticas.

<sup>31</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 10: “But, as I indicated above, Wittgenstein carried the issues surrounding the notion of certainty much farther than either Malcolm or Moore, and it is in the depth and originality of his inquiry that the importance of *On Certainty* lies.”

<sup>32</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 80.

<sup>33</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 81.

<sup>34</sup> Designamos os parágrafos 66-676 como *Da Certeza II*, diferenciando-os dos parágrafos 1-65 (*Da Certeza I*).

de Wittgenstein de 1949. Isso porque a crítica de Malcolm contra Moore se faz em certo espírito wittgensteiniano. Assim, o texto de 1942 aponta, em alguma medida, para o essencial das anotações de 1949. Um exemplo disso é a crítica de Malcolm ao uso feito por Moore de certos truísmos, desconsiderando a distinção entre contexto filosófico e contexto ordinário.<sup>35</sup>

A expressão de Wittgenstein que assinala o começo das conversas com Malcolm a respeito dos ensaios de Moore é assimilada pelo MS 172: “apenas no uso a proposição tem sentido”.<sup>36</sup> Essa célebre expressão da obra madura deve também iluminar a expressão de que *qualquer proposição pode ser derivada de outras proposições*. Uma proposição teria sentido somente ao se relacionar com outras proposições no interior de um jogo de linguagem. Ao desenvolver esse raciocínio, *Da Certeza I* apresenta uma idéia central explorada minuciosamente em *Da Certeza II*: proposições gramaticais são condições do discurso significativo. De certo modo, proposições gramaticais devem contar com aspectos normativos dos quais elas mesmas são expressão, ao serem vertidas pelo uso em proposições empíricas. Por conseguinte, contam com uma certa auto-referência, já que dizem o que deve ser contado como condição essencial das expressões encerradas no jogo de linguagem em que se inscrevem.

Nessa medida, ao serem enunciadas em contexto gramatical, expressam normas às quais devem se subordinar. Aliás, devem ser expressão de condições com as quais elas, como proposições bem articuladas, devem contar. Ou seja, proposições gramaticais devem ser articuladas de acordo com regras das quais elas próprias são a expressão, mas jamais seriam proposições autênticas caso fossem retiradas do interior de um jogo de linguagem.<sup>37</sup> Assim, sendo expressão de uma norma, uma proposição do tipo, e. g., “há objetos físicos” não faria mais do que explicitar um domínio comum aos jogos de linguagem que encerrariam expressões relativas a objetos físicos.

## II. Gênese de *Da Certeza*

---

<sup>35</sup> Assim, podemos extrair das notas de Malcolm: “He [Moore] is confused by difference between using it in some ordinary sense and using it to make a philosophical point” MALCOLM, Norman. *Wittgenstein: a memoir*, p. 72.

<sup>36</sup> Cf. e. g., WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 10.

<sup>37</sup> Cf. HACKER, P. M. S. Sobre a Eliminação da Metafísica por meio da Análise Lógica da Linguagem de Carnap, p. 26. “Antes, elas são *proposições gramaticais*, isto é, expressões de regras para o uso de conceitos constituintes expressos pelas palavras da própria proposição ela mesma. (...) Tais sentenças não são pseudo-proposições mal formadas.”

As observações sobre a certeza desenvolvem e levam em conta questões essenciais à filosofia madura de Wittgenstein. O texto *Da Certeza* é constituído menos pela revisão de seu autor do que por escolhas editoriais, como deriva notadamente dos manuscritos 173, 174, 175, 176 e de parte do MS 172. Consiste em uma compilação de manuscritos, cuja redação data do começo de 1950 até abril de 1951, e reúne o tratamento de proposições constitutivas da base dos jogos de linguagem que, por conta disso, veiculam os fundamentos das operações lingüísticas. Os §§ 1-65, que assinalam o início da produção de *Da Certeza*, são essenciais à sua compreensão tanto porque se mostram mais próximos do debate com Malcolm, quanto porque correspondem à composição de um plano de trabalho. Nesse sentido, *Da Certeza I* inaugura vias de investigação que condicionariam a exploração futura do tema da certeza. Dentre outras razões, por indicar a tematização do papel desempenhado por proposições gramaticais relativas à certeza (tais como “O meu corpo jamais desapareceu e reapareceu após um dado intervalo”)<sup>38</sup> como ponto de referência da unidade da reflexão. Nesse sentido, *Da Certeza I* condicionaria de tal sorte o desenvolvimento da reflexão, sendo apenas a partir dele que os pontos de ordenação de *Da Certeza* seriam compreendidos.

Wittgenstein escrevera essas anotações em tempos distintos. Também por terem sido escritos em separado, os 65 parágrafos iniciais são destacados teoricamente dos demais e afirmados a um só tempo como momento independente e condicionante da reflexão. Nesse MS 172, a procura por laços internos caracterizaria a interrogação filosófica, quer relativa à gramática das cores, quer relativa à certeza. Com efeito, deve ser compreendido como plano de trabalho à medida que articula uma maneira de enfrentar problemas filosóficos. Dessa forma, Wittgenstein entende que é essencial à filosofia perguntar-se como abordar um problema de modo a torná-lo solúvel.<sup>39</sup> Essa expressão de Wittgenstein, sinal de autoterapia, encontra alguma correspondência com o § 37 *Da Certeza I*. Agora, ao ponderar sobre se a enunciação de algo trivial como “há objetos físicos” seria uma *resposta adequada* à dúvida do idealista ou à certeza do realista, Wittgenstein entende que se deve compreender que aquilo que se nos apresenta como uma primeira expressão de uma dificuldade pode não passar de uma expressão equivocada. Assim como uma crítica justa a um retrato deveria contar com uma investigação destinada a encontrar o ponto adequado de ataque, a crítica seria injustificada caso fosse deslocada e começasse por censurar pontos secundários.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 101.

<sup>39</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as Cores*, II, § 1. Utilizamos o texto de *Anotações sobre as Cores* traduzido e estabelecido por João Carlos Salles, ainda no prelo.

<sup>40</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 37.



Filosofar seria estar preparado para aprender algo de completamente novo, embora da filosofia não decorra descoberta alguma.<sup>41</sup> *Da Certeza I* leva em conta, no essencial, e compartilha o método “da mais completa, mais corrigida e mais bem acabada” das obras maduras de Wittgenstein, as *Investigações Filosóficas*.<sup>42</sup> Ao comentar a idéia de que *Da Certeza* constitui uma fase distinta do pensamento de Wittgenstein, Glock sublinha que os escritos posteriores às *Investigações Filosóficas* não as contradizem substancialmente, mas sim complementam as suas reflexões, estendendo-as para novas áreas.<sup>43</sup> Quer dizer, o que vale para o MS 172, no que diz respeito ao método, vale para todos os demais conjuntos de observações contidos em *Da Certeza* e *Anotações sobre as Cores*.

É de todo um prejuízo filosófico pensar *Da Certeza* como um livro atravessado por um único tema, sobremaneira quando se trata de pensá-lo como crítica de Wittgenstein ao pensamento de Moore.<sup>44</sup> Wittgenstein, é bem verdade, jamais se furtara ao debate com as filosofias de seu tempo. Entretanto, não deixa de parecer estranho que lhe restando poucos dias de vida, se ocupasse de um comentário sobre Moore, enquanto possuía uma pauta de questões próprias.

A difundida idéia de que teria Wittgenstein escrito exclusivamente contra Moore soma-se à defesa de que o texto contaria com uma coerente e clara unidade temática. Afirma-se a partir disso que a sua reflexão sobre a certeza reuniria observações sobre e apenas sobre a certeza. Wittgenstein, conta-nos Anscombe, teria separado essas observações, como se dispensasse cuidados editoriais.<sup>45</sup> Depois de reunidos e publicados, então, os curadores do

---

<sup>41</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as Cores*, I, § 15.

<sup>42</sup> SALLES, João Carlos. Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*, p. 175.

<sup>43</sup> GLOCK, Hans-Johann. Knowledge, Certainty and Scepticism: in Moore's Defence, p. 65.

<sup>44</sup> Mesmo com uma certa independência de divergências interpretativas, comentadores parecem unânimes em afirmar ser o *Da Certeza* um conjunto de reflexões voltadas contra Moore. E. g.: Cf. Schulte, Joachim, *Wittgenstein*, p. 155. Voltado contra os dois célebres ensaios de Moore, *Da Certeza* teria a sua monotematicidade resguardada. É isso que pretendem esses comentadores. “*Da Certeza* é compreendido de notas escritas por Wittgenstein ao longo dos seus dois últimos anos de vida, em reação a alguns dos escritos de G. E. Moore” (MOYAL-SHARROCK, Danièle. *On Certainty and the Gramaticalization of Experience*, p. 43). Em alguns casos ainda, a reflexão sobre a certeza é declaradamente compreendida como comentários sobre a filosofia de Moore. (Cf. VON WRIGHT, G. H., *Wittgenstein*, p. 165).

<sup>45</sup> Um típico exemplo do quanto a edição de *Da Certeza* depende de escolhas editoriais por vezes arbitrárias é o fato de que quatorze das quarenta folhas de que se constituem o MS 174 foram publicadas no Volume II dos *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, com exceção de umas poucas observações publicadas em *Cultura e Valor*. Produto de escolhas editoriais pouco uniformes, é surpreendente que não tenham sido editadas em *Da Certeza*, sendo certo que o motivo é menos teórico do que editorial: há uma linha após as primeiras 14 folhas. Essas observações sobre a certeza concernidas no MS 174 se alternam de modo mais demorado com as observações sobre as cores. Afinal, a sua redação se dá em torno de Abril de 1950. São redigidas assim no mesmo período da redação de *Anotações Sobre as Cores III*. (Cf. SALLES, João Carlos. Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*, p. 183-184. Quanto ao fato de ser surpreendente que essas 14 folhas não tenham sido publicadas em *Da Certeza* concordam Salles e van Gennip. Cf. SALLES, João Carlos. Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*, p. 185. Como também, Cf. VAN GENNIP, Kim. Connections and Divisions in On Certainty. Cf. SALLES, João Carlos. Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*, p. 183-184.

espólio poderiam dizer: “Não houve seleção”.<sup>46</sup> Mas, ter deixado sinais de separação temática nos manuscritos quer dizer que Wittgenstein os tenha preparado para publicação? Ou ainda, que os publicaria em separado?

*Da Certeza* resulta, em grande medida, de uma intervenção editorial.<sup>47</sup> Não é sem grave prejuízo teórico, portanto, que *Da Certeza* é tomado como texto cujo sentido se detém em uma crítica à filosofia de Moore. Tampouco é sem algum ganho teórico que as observações sobre a certeza possam ser tomadas como autônomas frente à filosofia de Moore. Além disso, como já dissemos, uma vez compreendido *Da Certeza* como resposta às questões postas pelos ensaios de Moore, a reflexão de Wittgenstein não seria a única a ser prejudicada. Os ensaios de Moore também teriam a sua relevância filosófica identificada com a reflexão wittgensteiniana.<sup>48</sup> Assim, o lugar de Moore na reflexão *Da Certeza* é que deve ser definido, de sorte que, se não chega a ser irrelevante, a leitura dos ensaios de Moore não seria também imprescindível à compreensão das observações de Wittgenstein, exceto, talvez, no que diz respeito à parte de *Da Certeza* derivada do MS 172.

*Da Certeza* se mostra autônomo na medida em que suas soluções teóricas travam uma relação intrínseca e dialogam com a obra do próprio Wittgenstein. Por essa perspectiva, “Ursache und Wirkung”, texto escrito em 1937, anteciparia alguns dos achados essenciais ao *Da Certeza*. O ceticismo seria auto-refutável por constituir-se violação das condições de significação. Nessa medida, constitui-se um bom exemplo de como um momento tardio da obra se estabelece em conexão com o seu desenvolvimento. A uma perspectiva que negue

---

<sup>46</sup> ANSCOMBE, G. E. M; VON WRIGHT, G. H. Preface. In: WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, p. vii.

<sup>47</sup> Amparado pelos comentários de Schulte a respeito do espólio, Glock desenvolve essa idéia com alguma insistência: “*On Certainty* consists of selections from hand-written notebooks that date from the beginning of 1950 to Wittgenstein’s death in April 1951 (MS 172 and MS 174-7). But of course this unity is the result of editorial intervention. In the original manuscripts the discussions of certainty, knowledge and scepticism are separated only by occasional lines on the page from reflections on colour and the philosophy of psychology (now published as *Remarks on Colour, Last Writings on the Philosophy of Psychology Part II* and the last pages of the latest edition of *Culture and Value*).” (GLOCK, Hans-Johann. Knowledge. Certainty and Scepticism: in Moore’s Defence, p. 64). Ao comentar o caráter das decisões editoriais que envolveriam as publicações póstumas de Wittgenstein, Schulte toma como exemplo os MSS tardios de Wittgenstein publicados em dois livros separados, *Anotações Sobre as Cores* e *Da Certeza*. Para ele, não haveria sinal algum que sugira uma separação desse gênero feita pelo próprio Wittgenstein. Ademais, uma larga parte de *Anotações Sobre as Cores* aproxima-se teoricamente do tema que envolve as observações publicadas em *Da Certeza*. A crítica de Schulte incide sobre o modo de intervenção feito quando da publicação de partes do *Espólio*. Tanto modificações estruturais quanto arranjos editoriais que contam com alterações textuais. No entanto, – conclui Schulte – a seleção e preparação dos escritos de Wittgenstein à publicação constituem, salvo exceção, tarefa a ser desempenhada pelos editores. Uma vez que contam com intervenções editoriais dessa natureza, essas publicações não corresponderiam de modo pleno ao trabalho de autoria de Wittgenstein. (SCHULTE, Joachim. *Wittgenstein*, p. 29).

<sup>48</sup> Nesse sentido, Stroll atesta que, “with the growing appreciation of Moore, Wittgenstein’s interpretation took on a new significance; a small but growing coterie of scholars now see it as the most profound examination of Moore’s contributions to epistemology. But in the process of reading *On Certainty*, they have also come to realize that there is more *On Certainty* than merely a commentary on Moore.” (STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 9).

tanto que *Da Certeza* seja uma compilação de comentários acerca de Moore, quanto que se trate de observações a respeito da crítica feita por Malcolm a Moore, importa a apresentação de *Da Certeza* como sendo o desenvolvimento de pontos teóricos essenciais do pensamento de Wittgenstein.

Na reflexão *Da Certeza*, a definição do lugar que resta a Moore não pode ser feita à revelia dos seus arranjos teóricos. Por outro lado, a recusa à idéia de que *Da Certeza* seja compreendido como mera crítica a Moore assenta-se no quanto os desdobramentos da investigação devem diferenciar-se de *Da Certeza I*. Enquanto crítica de Moore, *Da Certeza I* tece comentários acerca da prova de um mundo exterior, detendo-se na análise dos truísmos que Moore afirma saber e interrogando-lhes o estatuto proposicional. É justo nessa medida que essas observações desenham uma compreensão daquilo que Moore pretendia como prova da existência de objetos exteriores, bem como explicitam questões implicadas pelo realismo mooreano.

Além disso, os §§ 1-65 tratam de fazer terapia do ponto de vista filosófico de Moore, resumindo, no essencial, a sua base teórica. E assim expõem a perplexidade filosófica que a envolve e submetem-na, finalmente, aos modos terapêuticos de enfrentar questões filosóficas. Por fim, esse momento inicial da investigação *Da Certeza* é pródigo em ramificar-se em direções variadas, mas nem por isso se desobriga de mobilizar o aparato conceitual wittgensteiniano. Prova inequívoca disso é que guarda, ao longo de suas poucas páginas, uma bem consumada terapia da posição filosófica exposta em “Prova de um Mundo Exterior” e “Uma Defesa do Senso Comum”.

É assim que, depois de medido o alcance das idéias de Moore – sumarizadas pelo § 21 –, Wittgenstein trata de explorar a impossibilidade de erro que os truísmos de Moore parecem reivindicar. Moore teria posto em mesmo nível expressões que devem diferenciar-se categorialmente. As expressões “eu sei...” e “eu estou certo...”, postas como equivalentes, apontariam para a confusão entre o normativo e o descritivo. Em sendo assim, a afirmação “eu sei...” não pode contar com a possibilidade de erro, já que desmancha a possibilidade da expressão “eu acreditei saber”. Em contrapartida, dominar o jogo de linguagem envolve estar ciente de que a mera declaração de saber não comporta a garantia de que, de fato, se sabe. Desse modo, *Da Certeza I* abriga uma distinção com a qual toda a reflexão subsequente deve contar.

Situado o começo da redação entre Janeiro e Fevereiro de 1950, ele é intercalado pelas observações sobre as cores, sendo retomada a reflexão sobre a certeza somente no verão

européu de 1950, quando ele então passa à composição dos §§ 66-192.<sup>49</sup> Registrados no MS 174, esses parágrafos seguem após quatorze páginas que foram incluídas na edição dos *Last Writings on The Philosophy of Psychology* Vol. II, excetuando-se algumas observações publicadas em *Cultura e Valor*. Ao dar continuidade à reflexão *Da Certeza*, passando a anotá-las no MS 174, Wittgenstein retoma as observações registradas no MS 172. É assim, afinal, que lança as proposições mobilizadas pela prova de Moore acerca da existência do mundo exterior, em lugar que dispensaria o sentimento de que se sabe o que se diz saber como garantia de sua verdade, para depois sumarizar tal prova no § 84 derivado do MS 174. Vale assinalar que isso significa, antes de tudo, situar a sua análise nos domínios da lógica,<sup>50</sup> quer dizer, essas proposições veiculam teias conceituais estruturantes da dinâmica dos jogos de linguagem e passam a ser compreendidas na interrogação sobre o significado que teria uma dúvida que se dispusesse contra a existência do mundo exterior.<sup>51</sup> Em alguma medida, a resposta a essa questão já é suposta na reflexão entre os §§ 66-192<sup>52</sup>.

Por certo, entre os MSS 172 e 174, mais precisamente entre os §§ 65 e 66, a interrupção cronológica é também caracterizada por um hiato teórico, de sorte que o § 66 não se segue do § 65. O que afirmamos com essa separação é que a unidade teórica de *Da Certeza* se afirmaria à medida que a reflexão de Wittgenstein pode tanto se beneficiar da crítica feita a Moore (*Da Certeza I*), quanto pode se mostrar independente em relação ao ponto de vista desse filósofo. Ademais, o § 451 se constitui em um bom exemplo dos laços internos entre os vários momentos da investigação. Derivado do MS 176, esse parágrafo apresenta uma imagem elaborada ao tempo das conversas com Malcolm.<sup>53</sup> Situado em contexto teórico conectado ao § 38, o § 451 integra uma série de observações que explicitam os limites de uma dúvida significativa, afastando a idéia de que a verdade de proposições que parecem exibir um sujeito – “eu sei que aquilo é uma árvore” – depende de conteúdos mentais.<sup>54</sup> É nesse espírito que Wittgenstein adverte que a sua reflexão se restringe aos domínios da lógica e que, portanto, não se trata de uma observação psicológica.

*Da Certeza* é, antes de tudo, um registro de uma reflexão em andamento. O § 84 deve diferenciar-se, de certo modo, do § 451, pois se inscreve em um novo contexto teórico

---

<sup>49</sup> Assim o MS 172 é descrito pelo texto de Von Wright que contabiliza o estado do *Nachlas*: “172: These manuscript pages – dealing with the topics of colour and of certainty – were probably written by Wittgenstein during his last visit to Vienna in the early months of 1950.” (VON WRIGHT, G. H. *Wittgenstein*, p. 54).

<sup>50</sup> Por isso, o parágrafo 82 pode afirmar que uma prova adequada de uma afirmação é do domínio da lógica.

<sup>51</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 20. Cf. também WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 51.

<sup>52</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 82.

<sup>53</sup> Cf. MALCOLM, Norman, *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, passim.

<sup>54</sup> “O saber na Matemática: aqui, deve-se sempre lembrar da desimportância de “processos internos” ou “estados” e perguntar-se: “Por quê isso importaria? O que ele significa para mim?” O que interessa é como usamos as proposições matemáticas”. (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 38.

marcado pela retomada da reflexão. No caso, serve para resumir a posição filosófica da qual se fizera terapia em *Da Certeza I*.<sup>55</sup> Mas, em que medida esse resumo se diferenciaria do modo como Wittgenstein sumariza a posição filosófica de Moore em *Da Certeza I*? Ora, situado no contexto de retomada da reflexão, o § 84 não deixa de se fazer mais próximo da camada situada entre os §§ 1-65. Em contrapartida, tanto o § 84 quanto o § 451 testemunham um Wittgenstein vindicando um lugar próprio para suas observações.<sup>56</sup> Tendo respondido em qual solo repousariam as proposições gramaticais, Wittgenstein passa a se perguntar pelo papel desempenhado por elas no uso da linguagem.

A referência feita a Moore fora dos limites de *Da Certeza I* condensa alguns de seus resultados, tomando-os como pano de fundo, com o propósito de explorar as suas conseqüências. O contexto do § 84, bem como o do § 451, é autônomo em relação a Moore, no sentido de que já não importa a Wittgenstein criticar a sua posição. Porém, as observações dos §§ 66-192 colhem de modo imediato os resultados dos §§ 1-65. Em outras palavras, muito embora sejam assimiladas como observações que desenvolvem questões sumarizadas em *Da Certeza I*, retomam-nas, dilatando suas conseqüências; percorrendo-as por outros caminhos. Por outro lado, *Da Certeza II* trata de, em certo sentido, contabilizar os resultados de *Da Certeza I*, enquanto desenvolve uma reflexão não mais preocupada com criticar Moore. E vale dizer que a ruptura com a crítica a Moore é gradativa. Mais ainda, excetuando os §§ 66-192, as observações *Da Certeza II* retomam o ponto de vista filosófico de Moore apenas no sentido de que importa trazer à tona alguma idéia de *Da Certeza I* e explorar as suas conseqüências.

Desse modo, *Da Certeza I* trata-se de um texto exemplar, tanto por apresentar uma bem consumada terapia, quanto por dar mostras de como o tratamento de uma questão filosófica suscita novos problemas,<sup>57</sup> e de como o uso ordinário das expressões lingüísticas

---

<sup>55</sup> “O que melhor caracteriza o procedimento de exemplificação, a serviço da descrição terapêutica, é a variedade e a variação de instrumentos e procedimentos empregados assim como, por conseqüência, a ausência de um conjunto fixo de regras para produzi-los”. (MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 263).

<sup>56</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 51, § 83, § 447.

<sup>57</sup> Com efeito, concordamos com Stroll quando de sua resposta à pergunta: “Can any pattern be found in this collection of fractals? – ao que responderá – “I believe that one can.” Haveria para Stroll um tipo de dinâmica que estrutura o trabalho filosófico de Wittgenstein em *Da Certeza*. O *Da Certeza* teria o seu início marcado por um tratamento detido da natureza da prova do mundo exterior de Moore e da sua afirmação, munido de certeza implacável, de que saberia as premissas que alçam essa sua prova. A partir desse seu princípio a investigação avançaria em várias direções. Entretanto, seria impossível flagrar uma linha de pensamento clara em qualquer uma delas. Concordamos com Stroll, até o ponto em que tão-só se encontra em sua argumentação a defesa do princípio de *Da Certeza* (§§ 1-65) como pródigo em suscitar questões, abrir frentes de investigação. Afinal, que o texto não seja arrumado pelo tratamento sistemático de um único tópico, não significa que não possa reclamar alguma unidade. Contudo, não poderíamos deixar de concordar quando da afirmação de que o trabalho de Wittgenstein gradualmente mudaria de foco, deixando Moore de figurar como personagem central da trama para passar a ser essencial à investigação a pergunta pelo papel desempenhado no jogo de linguagem por práticas como duvidar, declarar conhecimento, asserir. Seria então a partir da mudança de foco. Ou melhor, a partir das

corresponderia apenas a um uso possível. Assim, as quatro páginas do MS 172, das quais derivam *Anotações Sobre as Cores II*, diferenciam-se essencialmente das vinte páginas relativas ao *Da Certeza I*.

A parte do MS 172 devotada à cor reúne observações a serem retomadas pela reflexão sobre a gramática das cores, ao tempo que *Da Certeza I* contém uma bem consumada terapia. Assim, se as *Anotações Sobre as Cores* são marcadas pelo tratamento de proposições gramaticais que matizariam uma certa fenomenologia,<sup>58</sup> *Da Certeza* não deixa de reivindicar o que há de essencial nessa novidade. Afinal de contas, além de comungarem um projeto único, cor e certeza decorrem de um único estilo, relativo ao tratamento de proposições gramaticais. *Da Certeza* pode, assim, ser definido como o tratamento sistemático de proposições gramaticais.

A idéia de que proposições gramaticais determinam a possibilidade dos lances nos jogos de linguagem é sintetizada em *Da Certeza I*. Se, aos olhos de Wittgenstein, parece por demais estranha a enunciação dos truísmos de Moore, é que seria difícil supor um uso significativo que a amparasse. Assim, ao tecer a verdade com independência das malhas do uso significativo, Moore os emprega indevidamente.<sup>59</sup> Postas por ele como eixo em torno do qual deve girar todo conhecimento acerca do mundo exterior, para Wittgenstein essas proposições não comportariam conhecimento algum, visto que elas devem figurar como condições do discurso significativo. Nessa medida, ao empregarmos proposições gramaticais no intuito de convencimento, estaríamos usando proposições que constituem a possibilidade do próprio ato de convencer.

Ao investigar o papel desempenhado por proposições gramaticais em nossa forma de pensar e de dizer, *Da Certeza* constitui-se uma reflexão de natureza lógica que, como tal, envolve essencialmente a pergunta pela constituição de um espaço gramatical que permitiria a elaboração de proposições significativas. Por isso mesmo, Rhees afirma (a nosso ver, com plena razão) que é um erro entender o trabalho de Wittgenstein em *Da Certeza* como devotado a uma polêmica contra Moore e que a referência constante aos truísmos de Moore pode muito bem construir a impressão de que se trataria antes de um comentário sobre a filosofia de Moore.<sup>60</sup>

Ao tempo do *Tractatus*, Wittgenstein estava preocupado em encontrar certos princípios dos quais depende a inteligibilidade da linguagem, ao passo que, no contexto de considerações tecidas em torno dessa pergunta que uma nova compreensão atinente à natureza da certeza seria gradualmente trazida à luz (STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 80-81).

<sup>58</sup> Cf. SALLES, João Carlos. Considerações sobre a edição das *Bemerkungen über die Farben*, p. 169.

<sup>59</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 6.

<sup>60</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 3.

*Da Certeza*, proposições gramaticais caracterizam-se por serem proposições que funcionam como princípios para a formulação de juízos significativos. Contudo, diferentemente do *Tractatus*, em *Da Certeza* tais princípios não poderiam ser formais nem independentes do uso de expressões lingüísticas, de sorte que o uso da linguagem passasse a ser tomado como mera atualização das regras que o governam.<sup>61</sup> Em outras palavras, enquanto uma reflexão a respeito do papel exercido por proposições gramaticais em nossos jogos da linguagem, concerne ao *Da Certeza* responder o que torna possível a linguagem.

Sem tratar de questionar até que ponto o debate com Malcolm fora capaz de suscitar em Wittgenstein o interesse pelos ensaios de Moore, essa perspectiva trata sim de reiterar em que medida o debate com Malcolm, em 1949, estimulou Wittgenstein a se ocupar de idéias que, para ele, não eram novidade.<sup>62</sup> E mais, em *Da Certeza*, Wittgenstein entende que a pergunta que, de fato, interessa à filosofia diz respeito às condições do discurso, ou seja, refletir sobre os elementos gramaticais por que se tornam possíveis os jogos de linguagem. Nesse cenário, *Da Certeza* se afirma como uma reflexão acerca das condições de sentido. “By *On Certainty* Wittgenstein is pretty far from any attempt to show what the intelligibility of what is said depends on.”<sup>63</sup> É claro que Wittgenstein emprega a afirmação de que os truísmos enunciados pertencem à lógica como um modo de criticar Moore. E, ao contrário de Moore, não apresenta sequer um exemplo de algo que seja sabido de forma incontestada. Afinal, o estabelecimento de uma lista de proposições que sabemos serem verdadeiras não interessaria a uma investigação lógica.

Rhees conta-nos que, em 13 de abril de 1951, tivera uma conversa com Wittgenstein, que lhe disse recair o interesse de sua investigação em *Da Certeza* sobre o papel desempenhado por certas proposições em nossos jogos de linguagem, não no sentido de que haja uma tal classe de proposições. “‘This does not mean that there is any specific class of ‘things which cannot be doubted’. In fact that is just the point.’”<sup>64</sup> Afinal de contas, o exercício dessas proposições não pode ser definido fora do uso da linguagem, de sorte que não é possível defini-las por sua essência.

No prefácio à edição alemã de *Da Certeza*, Anscombe e von Wright afirmam que “Malcolm acted as a goad to his interest in Moore’s ‘defense of common sense’, that is to say his claim to *know* a number of propositions for sure”. “Wittgenstein had a long been

---

<sup>61</sup> Cf. RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 48-51. “These thoughts were already present in some remarks in Wittgenstein’s lectures in Cambridge in the Lent and Summer Terms of the session 1937-8.” (RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 5).

<sup>62</sup> Cf. RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 5.

<sup>63</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 9.

<sup>64</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 105.

interested in these”. Em 1969, Rhees redigiu um prefácio à edição alemã de *Da Certeza* que, por alguma razão, não foi publicado. A edição alemã de *Da Certeza* incluiu o prefácio de G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright, escrito para a sua edição inglesa. O prefácio redigido por Rhees foi publicado em seu livro *Wittgenstein's On Certainty*<sup>65</sup>.

Uma carta enviada por Rhees, em Junho de 1969, a Anscombe e von Wright é esclarece o porquê da não publicação de seu prefácio. Nela, Rhees comenta a versão preliminar de seu prefácio e, antes de mais nada, diz discordar de que *Da Certeza* seja uma polêmica contra Moore. Além de assinalar que o interesse de Wittgenstein por “Uma defesa do Senso Comum” é muito anterior ao debate com Malcolm em 1949, ressalta que o interesse de Wittgenstein pelas proposições de Moore estaria conectado com questões que tocam diretamente no desenvolvimento da filosofia do que se convencionou chamar de primeiro Wittgenstein. Por fim, a perspectiva assumida por Rhees discorda radicalmente da perspectiva de Anscombe e von Wright, que todavia prevalecem editorialmente.<sup>66</sup>

O trabalho filosófico em *Da Certeza* se ocupa da descrição de proposições que condicionam, em algum sentido, o uso de expressões lingüísticas, por isso trata-se de *logischer Satz*. Assim, a pergunta pelo que é constitutivo da base dos jogos de linguagem atravessa a empresa descritiva – pergunta, aliás, que explicita um dos achados fundamentais de *Da Certeza*: “ambas as proposições – a aritmética e a física – situam-se no mesmo nível”.<sup>67</sup> Nesse espírito, o § 447 compara a proposição “ $12 \times 12 = 144$ ” com a proposição “ali há uma árvore” anotada no § 443. Embora a exemplificação do § 443, fruto das conversas com Malcolm, tenha sido anotada por Wittgenstein em 1951, registra um exemplo empregado por Moore em seu debate com Malcolm, anterior a 1949. Nele, Malcolm teria exigido um exemplo de uma proposição que contivesse uma certeza inabalável e, por isso, comportasse saber incondicional. Aceito o desafio, Moore trouxe como exemplo um de seus truísmos: “Eu sei que aquilo é uma árvore”. Porém, aos olhos de Wittgenstein, essa declaração, em condições normais, não seria exatamente significativa, podendo corresponder tão-somente a propósitos filosóficos.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> Cf. RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 61-66.

<sup>66</sup> PHILLIPS, D. Z. Afterword. In: RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 150: “While commentators acknowledge that Wittgenstein's interests go beyond those of Moore, it is suggested frequently that *On Certainty* began through an interest in Moore, an interest created in Wittgenstein's discussions with Malcolm in 1949. Jean-Pierre Leyvraz says, ‘In his last years, Wittgenstein fought against the common-sense philosophy of G. E. Moore’. Avrum Stroll suggests that when Wittgenstein began writing *On Certainty* ‘his focus was on Moore's work with its propositional emphasis’. Marie McGinn asserts, ‘The primary aim of *OC*, ... is to avoid the mistake of countering the assertion that one cannot know that [that's a tree], by saying ‘I do know it’ (*OC*: 521), and to steer a course between the sceptic's doubt and Moore's dogmatism.’ Frederick Stoutland claims: ‘What inspired Wittgenstein to write on certainty was Moore's ‘A Defence of Common Sense’.”

<sup>67</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 447.

<sup>68</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 468.



A crítica de Wittgenstein a Moore faz ver que a filosofia do senso comum deste seria um produto do fascínio exercido pelo uso da palavra “saber”.<sup>69</sup> Em *Da Certeza*, o fluxo de pensamentos situado entre os §§ 66-192 retoma questão já apontada em *Da Certeza I*, qual seja: a análise da proposição “eu sei que a terra existiu muito tempo antes de seu nascimento”. Importa então responder em que consistiria uma prova do mundo exterior, suas implicações e com o que uma tal prova deveria contar. Ao cerne dessas observações, ligadas aos §§ 193-299, é fundamental a noção de *Weltbild*. Essa noção tem o seu primeiro registro dois parágrafos depois da terceira referência a Moore em *Da Certeza II*,<sup>70</sup> quando Wittgenstein antepõe a Moore um rei que acreditasse na existência da Terra como coetânea a seu nascimento.

Tal rei, ao ser demovido dessa convicção, passaria a ver o mundo de uma outra maneira, mas não por ter-se convencido da justeza da *Weltbild* – completa o § 94. A noção de *Weltbild* se estabelece também como ponto central das observações situadas entre os §§ 66-299, derivados dos MSS 174 e 175. Mas o que poderia ser mobilizado a fim de convencer esse rei? São essencialmente questões desse tipo que esboçam a continuidade entre as observações derivadas do MSS 174 e 175, sendo, pois, assim que a lacônica expressão do § 192 encontra continuidade no § 204.<sup>71</sup>

As observações registradas no MS 175, embora contenham interrupção temporal, não apresentam ruptura teórica alguma. A redação do § 299 antecede a viagem de Wittgenstein com Ben Richards na primeira semana de outubro. Wittgenstein partira para a Noruega de onde somente retornaria em novembro. O § 300, por sua feita, marca o novo começo. E Wittgenstein volta a registrar as suas anotações sobre a certeza no MS 175, sendo apenas sobre a certeza que escreve até a véspera do dia em que perde a consciência. Determinado então a trabalhar como nunca trabalhara, Wittgenstein redige quase 400 parágrafos dos 676 que constituem *Da Certeza*, distribuídos entre os manuscritos 175, 176 e 177.

---

<sup>69</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 67: “In lectures given in 1938 Wittgenstein said that philosophers want to use the word ‘know’ in ways entirely different from its use outside philosophy. Why do they do this, since they were supposed to be helping people to understand the word? Wittgenstein says that we use ‘know’ correctly if we say, ‘I know Jones is in his room’ – ‘How?’ – ‘I saw him go in a minute ago.’ If he was giving evidence in a law court, given that he wasn’t blind, drunk or hallucinating, what he said would be taken as correct. But some philosophers say it is incorrect. Why? Because although the man may be speaking conscientiously, it *could* turn out that he is wrong.”

<sup>70</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 92.

<sup>71</sup> Respectivamente: “Há decerto justificação; mas a justificação tem um fim”; “Mas a fundamentação a justificação da evidência chega a um fim; - e o fim não é que proposições se nos apresentem como verdadeiras, portanto não se trata de um modo de *ver* de nossa parte, é o nosso atuar que resta como fundamento do jogo de linguagem”. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 192, § 204.

Por essa perspectiva, o § 300 *Da Certeza*, devido ao intervalo temporal que o separa do § 299, poderia assinalar algum afastamento teórico. É bem verdade que essa anotação já ocorre no registro da pergunta pelo estatuto de um erro que envolveria conteúdos gramaticais, como é o caso da convicção de que a terra é redonda<sup>72</sup>, ou ainda de que a terra existiu muito antes de meu nascimento. A pergunta sofre alguma alteração, mas o exemplo de que se serve o raciocínio iniciado com o § 300 ainda é o mesmo, sendo em torno dele que giram as observações subseqüentes. Nesse contexto, Wittgenstein enfrenta a suposição de como seria um erro que envolvesse uma convicção gramatical. Além disso, a proposição empregada no § 301 é a mesma escrita no § 288; e a partir dela se iniciam as observações que encerram essa parte de *Da Certeza*, cuja redação data de 1950.

O domínio relativo aos fundamentos dos jogos de linguagem independe de qualquer certeza pessoal.<sup>73</sup> A possibilidade de um erro é, em certo sentido, prevista pelos fundamentos, de sorte que deve ter condições de ser apurada objetivamente. Afinal, são as condições de objetividade que desmoronam com o esfacelamento dos fundamentos com os quais o uso da linguagem deve contar. A desconfiança em relação aos sentidos, dessa maneira, não poderia ser aventada como se dirigida a um caso particular, pois, se assim fosse, a desconfiança não seria relativa aos sentidos, mas às condições de possibilidade da percepção. Uma dúvida desse gênero não apontaria para aspectos externos: ela deveria dirigir-se a elementos internos à significação.

Tomar a afirmação de que possuímos uma mão como portadora de verdade irrefutável e, ao mesmo tempo, como uma expressão que comporte algum sentido, não deve passar de um absurdo que resulta do fascínio exercido pelas expressões lingüísticas. Mas, se não enunciam verdade alguma, o que dizem expressões desse gênero? Ora, parecem expressar regras gramaticais, ou seja, os modos pelos quais se estruturam os nossos conceitos. Assim, pôr em dúvida uma expressão desse gênero significa essencialmente agir em contrário ao que se expressaria em uma norma gramatical (“há objetos físicos”), que, porém, enquanto tal, é condição de dizibilidade. Apontar para um objeto e dizer que se trata de um objeto físico não é mais do que explicitar o significado do termo designativo do objeto em questão ou de “objeto físico”. Entretanto, em sendo assim, a proposição que enuncia a existência de objetos

---

<sup>72</sup> Anotada originalmente em língua inglesa à altura do § 299: “We are satisfied that the earth is round”.

<sup>73</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 58. “Se “Eu sei, etc” é concebida como uma proposição gramatical, então naturalmente o “Eu” não pode ser importante. E quer dizer corretamente “Não há qualquer dúvida nesse caso” ou “A expressão “Eu não sei” não tem sentido nesse caso”. E, evidentemente, disso se segue que “Eu sei” também não tem sentido.

físicos não poderia ser formulada em circunstâncias normais, isto é, não poderia ser empregada como uma proposição.

Erguer a mão e enunciar que não sabemos se há uma mão são gestos incompatíveis. A incompatibilidade não poderia, no entanto, repousar no dado perceptivo. Do contrário, como é que um cego saberia haver uma mão que não a dele? Não há dado perceptivo que não esteja cifrado em uma gramática. Em contrapartida, se a enunciação da proposição “eu sei que há uma mão ali” pode encontrar um contexto no qual seja significativa, então devemos poder negá-la, e é com essa possibilidade que deve contar o convencimento.<sup>74</sup> É, pois, nesse sentido que uma divergência que envolva componentes normativos não pode se sustentar como discordância entre experiências, devendo antes ser um desacordo entre gramáticas. Dessa maneira, temos delineada a pergunta norteadora de *Da Certeza I*, qual seja: se, afinal, é significativa a enunciação de uma proposição gramatical, faz sentido duvidar dela? A essa pergunta, conecta-se a questão sobre a natureza de um erro que envolvesse elementos necessários à constituição do sentido. Em outras palavras, a questão aqui passa a ser: se é um erro dizer que haja uma mão onde não há mão alguma ou substituir “x” em “ $2+2=X$ ” por “5”, que modalidade de erro seria essa?

No final das contas, interessa a Wittgenstein responder como se constitui a objetividade da certeza com a qual nossos jogos de linguagem devem contar ou como funcionam os elementos que garantem a possibilidade dos jogos. Por isso, apresenta como exemplo o saber matemático. E a matemática aqui é menos objeto de esclarecimento do que signo esclarecedor. Afinal, operações que envolvem tal saber parecem imunes à tentação de supor instâncias “pneumáticas”, quando o que importa é o como se teceria a objetividade dessa certeza. “Como usamos as proposições matemáticas – diz Wittgenstein – é o que nos interessa.”<sup>75</sup>

### **III. Moore como objeto de Terapia**

Em 1932, Wittgenstein iniciara as suas aulas com uma quase advertência. Por princípio, afastaria da discussão questões que pudessem encontrar na experiência alguma resposta. Afinal, em filosofia enfrentamos problemas que jamais encontrariam na experiência um ponto de dissolução, à medida que lidamos com coisas para as quais a apresentação de

---

<sup>74</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 2-3.

<sup>75</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 37.

fatos é pouco proveitosa.<sup>76</sup> Dissolver um problema significa contorná-lo de modo apropriado desde a sua expressão. E não haveria aqui uma eventual separação entre o problema e sua expressão. Deve haver, sim, separação entre uma boa e uma má expressão de um problema; mas, se é na linguagem que tudo se resolve, uma má expressão de um problema não seria bem um problema, mas sim uma má formulação. Assim, o enfrentamento de um problema filosófico jamais poderia lograr sucesso, caso não fosse antes traçada uma adequada estratégia de ataque.<sup>77</sup>

O expediente terapêutico envolve o tratamento metódico de um caso, e não é senão em meio à linguagem que se resolve a terapia. Um caso solicita terapia quando envolve confusões conceituais. Assim, o procedimento que instala a terapia deve sempre contar com exemplos que conduzem ao enfrentamento da questão sob novas perspectivas. E, uma vez relativizada a imagem paradigmática, o que resta não é relativismo, como se pudesse ser desmanchada a necessidade das condições da objetividade. A terapia forja assim novos contextos de uso, a fim de dissolver a pretensão dogmática de tomar um modelo referencial como via de constituição de toda experiência possível.

Moore assumiria uma perspectiva dogmática tanto por afirmar como único o ponto de vista o do senso comum, quanto por afirmar um saber infenso ao compromisso com a experiência, sendo, portanto, destituído de um uso significativo. Se alguém afirma que sabe que possui duas mãos, disso resulta apenas a possibilidade de certificação.<sup>78</sup> Nesse sentido, o uso ordinário da linguagem, no interior da terapia, caracteriza-se pela compreensão de que se trata apenas um uso possível.

A filosofia traduz-se em uma luta contra o fascínio das expressões lingüísticas. Não é de nos espantar que *Da Certeza* conte com o espírito dessa afirmação presente já desde *O Livro Azul*<sup>79</sup>. Por essa perspectiva, é pouco importante que Moore saiba que tem uma mão ou que enuncie como evidente esse seu achado, já que de sua enunciação não decorreria qualquer convencimento ou prova. O fato de ele saber isso não nos soaria estranho a ponto de constituir-se matéria autêntica de filosofia. Antes de mais nada, o trabalho descritivo deve ocupar-se em saber qual a natureza de um erro envolvido por uma tal declaração.<sup>80</sup> Pouco

---

<sup>76</sup> AMBROSE, Alice (ed.). *Wittgenstein's Lectures*, p. 3.

<sup>77</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 38.

<sup>78</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 23.

<sup>79</sup> "Philosophy, as we use the word, is a fight against the fascination which forms of expression exert upon us." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue Book*, p. 27).

<sup>80</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 32.

importaria também se esse saber se trata de algo partilhado por toda a gente, assim como não é por apelo à maioria que se decide que uma cor seja o “vermelho”.<sup>81</sup>

A dissolução da pretensão realista, e mesmo da idealista, constitui-se em uma etapa preparatória à investigação de Wittgenstein a respeito das condições de possibilidade do discurso em *Da Certeza*. Nessa medida, a pergunta de Moore pelo que se sabe é substituída pela pergunta concernente ao contexto em que teria sentido, seja a expressão de saber, seja a de dúvida. Em sendo assim, a pergunta mooreana seria pela verdade das proposições que ele trata de enumerar como irrefutáveis. Por sua vez, aos olhos de Wittgenstein, deve importar o papel desempenhado por essas proposições em nossos jogos de linguagem. Afinal, não se trata de proposições verdadeiras, pressupostas por nossas atividades judicativas, antes sim de proposições que não são postas em questão, porque veiculam a necessidade com a qual nossas operações lingüísticas devem contar. Mas nem por isso essas proposições estão a salvo do curso pragmático em que se resolve o uso da linguagem. Com efeito, aquilo que Moore entende como verdade, Wittgenstein mostra não passar da expressão das condições de sentido, visto que não enuncia verdade alguma e não conta com um respaldo maior além do que seria conferido por meras convenções humanas.

## **A NOÇÃO DE *IMAGEM DE MUNDO***

### **I. Mitologia e Quadro de Referências**

---

<sup>81</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Zettel*, § 431.

A noção de imagem de mundo (*Weltbild*) é central à compreensão das observações *Da Certeza*. Essa noção – cujo registro ocorre pela primeira vez no § 93 – é empregada por Wittgenstein oito vezes ao longo dos 676 parágrafos de *Da Certeza*.<sup>82</sup> Parece pouco. Não obstante, a noção de ‘imagem de mundo’ é central, pois é signo da objetividade da certeza sem a qual a elaboração de proposições significativas não é possível. É apenas em referência a uma imagem de mundo que a certeza se sedimenta, acentuando uma necessidade essencial ao funcionamento dos jogos de linguagem.

Assim, é em torno da ‘imagem de mundo’ que se organizam dois aspectos fundantes dessa certeza esquadrihada por Wittgenstein. O primeiro diz respeito ao fato de certas proposições se constituírem como base das operações com a linguagem e com o pensamento; o segundo corresponde à idéia de que a convicção secretada na função exercida por essas proposições não pode ser produto de axiomas isolados, mas antes envolve um sistema de crenças em que premissas e conclusões se apóiam mutuamente.

Esse sistema de crenças perfaz assim um quadro de fundo em que se fixa a certeza que condiciona as práticas humanas. Por isso, a noção de imagem de mundo pode ser mais bem esclarecida a partir das passagens em que Wittgenstein enfrenta a idéia de que as nossas crenças formam um sistema e que é somente em relação a este sistema que as proposições têm sentido. E mais, a prova de que a noção de *Weltbild* pode ser mais bem esclarecida a partir dessas passagens é que Wittgenstein a define como “quadro de referências herdado contra o qual eu distingo o verdadeiro do falso”.<sup>83</sup> E isso logo depois de introduzir a noção de *Weltbild*.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é apresentar a noção de ‘imagem de mundo’, explicitando o contexto teórico que a constitui como central às observações do livro *Da Certeza*, mediante o enfrentamento de alguns aspectos que situam a imagem de mundo como espaço da constituição do sentido e, portanto, como elemento decisivo à construção da objetividade, cuja função as nossas práticas lingüísticas não poderiam preterir sem abrir mão de suas condições de possibilidade. E, embora importe estabelecer a apresentação de tal noção contra o pano de fundo das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, não se trata de dar cabo de todas as questões envolvidas. Antes sim, trata-se de destacar, a partir da noção de mitologia, o quanto *Da Certeza* afasta-se da imagem de mitologia composta nessas observações, caracterizando com o mesmo termo noções que se distinguem mesmo por seu diverso contexto teórico.

---

<sup>82</sup> Trata-se dos §§ 93, 94, 95, 162, 167, 233 e 262.

<sup>83</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 94.

Por conta disso, a leitura de Joachim Schulte, que aproxima essas noções de mitologia em sua primeira aproximação ao tema, não parece alcançar então o objetivo pretendido. É o que tratamos de mostrar a partir da exposição de alguns aspectos das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*” e mesmo mediante a leitura do próprio Schulte, em um texto mais recente. De resto, tomamos a leitura de Schulte, nos dois casos, menos como adversária do que como exemplo das dificuldades teóricas que o tratamento da noção de ‘imagem de mundo’ encerra.

Que a noção de ‘imagem de mundo’ possa ser mais bem esclarecida a partir dessas passagens parece-nos, em algum sentido, inequívoco, uma vez que a própria noção envolve a idéia de que o quadro de referências reflete um sistema de crenças inteiro em torno do qual se articulam nossos juízos. Em sendo assim, as passagens de *Da Certeza* que tratam de escandir o que seja esse quadro de referências, na verdade, explicitam a noção de *Weltbild*. Um típico exemplo disso é a observação do § 92, que parece solicitar desdobramentos da noção que ainda não se encontra registrada no texto.

Ora, esse parágrafo põe em confronto defensores de imagens de mundo diferentes, de sorte que a convicção expressa pelo defensor de uma dada imagem de mundo não encontra amparo no conjunto de razões da imagem de mundo divergente,<sup>84</sup> embora o conceito de ‘imagem de mundo’ ainda não tenha sido introduzido à altura desse parágrafo. Apesar disso, as observações que começam com o § 84 o solicitam.

Não seria, portanto, um dado trivial a afirmação do § 83, que já traz, em suas linhas, a expressão “quadro de referências”.<sup>85</sup> Mas é bem verdade que a mera ocorrência de uma palavra alusiva a um conceito não é suficiente para criá-lo. De qualquer modo, os parágrafos que antecedem o primeiro registro da noção de *Weltbild* em *Da Certeza* desenvolvem a idéia que o § 84 esquadrinha, qual seja, as proposições de Moore encerram um acordo que condiciona todo o resto de nossas convicções, de modo que não nos parece ser dado o direito de não saber o que essas proposições enunciam.

A partir da criação do conceito de *Weltbild*, temos que uma imagem de mundo conforma os modos como lidamos com o mundo. Por isso, uma expressão que não encontre nela razões que lhe amparem ou que a contrariem não pode deixar de parecer sem sentido. Que seja assim, tanto se reforça a idéia de que as observações sobre o quadro de referências explicam a noção de imagem de mundo quanto se fortalece a afirmação da idéia de que um conceito não nasce com a sua disposição no texto, mas ao ser solicitado pelo seu andamento,<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 92.

<sup>85</sup> “A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências”. (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 83).

<sup>86</sup> SALLES, J. C. A noção de *Porträt* em Wittgenstein, p. 97.

assim como a compreensão de um conceito não se serve apenas de momentos da obra em que ele se inscreve.

Em sendo assim, a tematização da noção de imagem de mundo não pode prescindir dessas passagens que cotejam o quadro de referências nem deve ater-se às poucas passagens em que essa noção ocorre. Com isso, as dificuldades que tal noção envolve não são dissolvidas em sua inteireza, mesmo porque, após a caracterização de imagem de mundo como quadro de referências herdado (*überkommene Hintergrund*), Wittgenstein afirma que as proposições que a descrevem poderiam pertencer a uma espécie de mitologia.<sup>87</sup> Mas, que quer dizer que as proposições de base podem pertencer a uma espécie de mitologia? É exatamente essa questão que proporciona mais dificuldade à compreensão do que seja essa imagem de mundo. Com efeito, se por um lado explorar a idéia de quadro de referências é esclarecedor, por outro, tal esclarecimento não pode preterir, à primeira vista, da noção de ‘mitologia’. Afinal, a noção de ‘imagem de mundo’ de algum modo a implica. Como diria Schulte, as noções de ‘imagem de mundo’ e ‘mitologia’ empregadas por Wittgenstein em *Da Certeza* são centrais, sendo também de difícil compreensão.<sup>88</sup> Que sejam ademais empregadas tão pouco apenas acrescenta algumas dificuldades ao habitual desafio da exegese filosófica.<sup>89</sup>

Essa expressão de Schulte não nos parece gratuita, pois, em larga medida, seus textos exprimem dificuldades teóricas próprias do enfrentamento da noção de *Weltbild*.<sup>90</sup> E o que nos interessa na exposição do eventual fracasso desse modo de leitura é o quanto ele é capaz de conformar uma estratégia que esclarece o sentido do termo ‘mitologia’ em *Da Certeza*. Além disso, temos delineada a singularidade desse termo frente a outro momento da obra em que Wittgenstein o emprega. Trata-se de analisar portanto o emprego do termo ‘mitologia’ nas observações de Wittgenstein sobre Frazer. Nessa medida, acataremos de bom grado a sugestão de Schulte segundo a qual, uma vez escassa a ocorrência da noção de mitologia em *Da Certeza*, talvez o significado dessa noção possa ser mais bem capturado a partir de outros textos de Wittgenstein. Assim, descortina-se a analogia entre as concepções de ‘imagem de mundo’ e ‘mitologia’, mostrando o quão singular é o uso do termo ‘mitologia’ em *Da Certeza*, bem ao contrário do que a leitura mais antiga de Schulte estaria pronta a admitir.<sup>91</sup>

Schulte aponta dois traços constitutivos da *Weltbild*. O primeiro concernente à possibilidade de mudança ao longo do tempo; e o último relativo ao seu caráter social. A noção de *Weltbild* em Wittgenstein estaria inteiramente livre, como diz Schulte, da

<sup>87</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 95.

<sup>88</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 323.

<sup>89</sup> A noção de mitologia ocorre, no fluxo de observações situado entre os §§ 94 e 99 *Da Certeza*, duas vezes.

<sup>90</sup> Referimo-nos a “World-picture and Mythology” (1987) e “Within a System” (2005).

<sup>91</sup> Trata-se do texto “World-picture and Mythology” escrito em 1987 e publicado, na *Inquiry*, em 1989.



parafernália conceitual própria de um idealismo transcendental. É em torno dessa idéia que o célebre texto “World-picture and Mythology” milita. E talvez nisso se detenha a sua virtude. Uma vez desapegada dessa “parafernália” idealista, a noção de *Weltbild* não comportaria relações, tão comuns à tradição, entre processos perceptivos e intelectuais, estados mentais e faculdades. É o que Schulte pretende defender nesse texto de 1987.<sup>92</sup>

Em sendo assim, a noção de imagem de mundo não seria signo da ausência de sentido de uma verdade que se pretendesse absoluta nem sinal de que o relativismo se traduziria na disputa entre defensores de imagens de mundo divergentes. E, já que a *Weltbild* é critério de objetividade, a decisão envolvida em uma tal disputa não poderia ser neutra, no sentido de que essa disputa somente poderia ser decidida a partir de uma perspectiva subordinada às razões de uma imagem de mundo.<sup>93</sup> Tanto é critério de objetividade que não se pode dizer de uma imagem de mundo que seja verdadeira no sentido de que se adeque aos fatos.<sup>94</sup> Porém, disso não decorre que a necessidade que perpassa o conjunto de razões de uma imagem de mundo seja constituída à revelia dos fatos. Afinal de contas, a certeza com que contamos em nossos procedimentos se desapega da possibilidade de um conhecimento absoluto.

Por conseguinte, embora o conjunto de razões de uma *Weltbild* deva condicionar os nossos procedimentos conformando uma objetividade característica, não há razão alguma para pensarmos que seja possível um conhecimento absoluto. Afinal, a necessidade com que certas razões, em vez de outras, se fixam como pano de fundo de nossos procedimentos, significa também que tais razões servem aos nossos propósitos. E, se essa certeza é tão frágil, por ser tecida por convenções humanas, não deixa de ser arbitrária e, contudo, encarna objetividade. Portanto, com a negação de conhecimentos que se pretendam absolutos, recusa-se também a possibilidade de uma justificação absoluta. E mais: a certeza à qual se reportam as nossas práticas caracterizar-se-ia por servir aos nossos propósitos – o que também quer dizer que toda certeza comporta possibilidade de alteração.

Não é possível formar juízos que não da perspectiva de uma imagem de mundo, pois as razões de uma imagem de mundo condicionam as nossas manipulações judicativas. Esse perspectivismo (que, como nos lembra Luiz Henrique Lopes dos Santos, não degenera em relativismo) matiza a concepção de imagem de mundo, condensando a idéia de que objetividade alguma pode ser constituída, a menos que conte com o conjunto de razões que a perfazem. De resto, a certeza que perpassa a objetividade não pode constituir-se de modo absoluto pelo fato de as razões de uma *Weltbild* simplesmente poderem ser outras. Aqui temos

---

<sup>92</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 324.

<sup>93</sup> Cf. SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 325.

<sup>94</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 145.

um traço pelo qual parece distinguir-se mitologia de imagem de mundo. Afinal de contas, é possível desfazer-se de uma mitologia – justo em virtude de ela não concordar com certos fatos que se tornaram importantes – sem que a substituamos por outra. A análise de Schulte, sobremaneira nesse seu texto de 1987, mostra-se sabedora disso; não obstante, Schulte trata de alinhar aproximações entre mitologia e imagem de mundo.

A noção de *Weltbild* em Wittgenstein não se vale de distinção categórica entre analítico e sintético nem tampouco de uma distinção terminante entre o que é condição de possibilidade e o que é possível. O que deveras não quer dizer que normativo e descritivo sejam indistinguíveis. Isso significa não ser possível desenhar de modo definitivo as suas fronteiras. A fluidez que caracteriza os limites entre normativo e descritivo, desse modo, relaciona-se com a impossibilidade de um conhecimento absoluto. Também a fluidez das fronteiras entre o que seja uma norma e o que seja a expressão de uma experiência é menos indício da ausência de limites do que signo da vagueza que caracteriza o uso da linguagem.

Não se trata de recusar limites entre descrição e norma de descrição. Afinal, do fato de não ser possível uma distinção categórica não pode decorrer a impossibilidade de uma distinção categorial. Nesse sentido, não passa de um equívoco, como afirma Schulte, a suposição de que “our system is completely changeable, that there is no limit to the possibilities of switching positions the system”.<sup>95</sup> Porém, uma proposição empírica pode converter-se em norma de descrição, o que quer dizer, dentre outras coisas, que uma norma de descrição e uma proposição empírica têm em comum uma forma.<sup>96</sup>

Ainda conforme a perspectiva de Schulte, o que diferenciaria radicalmente Wittgenstein da maior parte das epistemologias de matriz transcendental, tradicionais ou contemporâneas, é o modo de conceber as condições de possibilidade do conhecimento.<sup>97</sup> Se

---

<sup>95</sup> SCHULTE, J. Within a System, p. 68.

<sup>96</sup> Vale assinalar que o próprio Wittgenstein diz ser inadequada a expressão “proposições com a forma de proposições empíricas” no § 402 de *Da Certeza*. Ora, mantida a sua especificidade, as proposições gramaticais padecem os mesmos percalços empíricos que as proposições descritivas. É apenas nesse sentido que deve ser compreendida a afirmação do § 401 de que proposições com a forma de proposições empíricas também constituem a base judicativa. Portanto, o que deve ser recusado na expressão “proposições com a forma de proposições empíricas” é que proposições gramaticais possam ser tratadas à maneira de hipóteses que, caso se revelem falsas, podem ser substituídas por outras. De resto, o que está em jogo nisso que Wittgenstein considera uma expressão inadequada é a compreensão do tráfego entre gramática e empiria, afinal a observação do § 401 expressa a idéia de que não apenas proposições da lógica mas também proposições com a forma de proposições empíricas formam a base das operações com o pensamento e com a linguagem. Ao que nos parece, o que se recusa, ao registrar como inadequada a expressão do § 401, é justo o que Wittgenstein tratara de repudiar à altura do § 321 quando da idéia de que qualquer proposição empírica pode verter-se em norma de descrição: “A expressão – diz Wittgenstein – é por demais geral”. Sobre esta questão encontramos o seguinte comentário de Schulte em nota: “In *OC*, § 402 Wittgenstein remarks that the expression ‘Sätze von der Form der Erfahrungssätze’ is inadequate. However, in default of a better word, I continue to talk about empirical propositions as a *type* or *class* of propositions”. (SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 333, nota 2).

<sup>97</sup> Cf. SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*. p. 326.

para alguns autores as condições de possibilidade do conhecimento constituem uma classe proposicional basilar, com proposições analíticas ou sintéticas *a priori*, para outros tantos, tais condições correspondem a uma faculdade ou resultam de uma “peculiar operation of phenomenological or transcendental reduction”.<sup>98</sup> Assim, não restaria nada na concepção de Wittgenstein que possa corresponder a essas modalidades teóricas, pois ele diz explicitamente que as proposições que descrevem uma imagem de mundo e aquelas proposições que descrevem o mundo podem ser de um mesmo tipo, a saber, *Erfahrungssätze* (proposições empíricas).

As proposições que descrevem uma imagem de mundo desempenham uma função especial nos jogos de linguagem, não em virtude de uma forma específica que as diferencie de proposições empíricas, mas do papel que elas jogam na linguagem. Em sendo assim, não se reconhece uma proposição gramatical pela sua forma, e sim a partir de um contexto de uso. Conforme Schulte, *Da Certeza* comporia uma boa caracterização dessas proposições, embora Wittgenstein não tenha oferecido sequer um exemplo dessas proposições que descrevem uma imagem de mundo.<sup>99</sup>

A falta de exemplos claros dessas proposições aumenta as dificuldades interpretativas da noção de *Weltbild*. Todavia, as dificuldades não impedem que Schulte a defina de modo conclusivo. Referindo-se à proposição do tipo “eu sei o meu nome”: “Thus I conclude that, although a description of a world-picture will contain many elements which we all share, there must be other elements relating specifically to myself in order to enable me to judge in accordance with this picture”<sup>100</sup>.

Ora, embora o conteúdo específico desse tipo de proposição possa não ser partilhado, saber o próprio nome não parece deixar de ser um arranjo condicional ao uso da linguagem, pois saber o próprio nome é do domínio comum. Com efeito, de acordo com o que Wittgenstein observa em *Da Certeza*, “learning the practice of making empirical statements really is tantamount to acquiring a world-picture”.<sup>101</sup> Essa conclusão não retira da leitura de Schulte uma certa desconfiança: “But still, I find that not at all easy to swallow”.<sup>102</sup> Talvez a solução conceitual de Wittgenstein torne-se mais clara a partir do esclarecimento da noção de mitologia. É nisso que Schulte crê.

O enfrentamento da noção de mitologia desvelaria um aspecto fundamental da noção de imagem de mundo, dando conta da expressão um tanto enigmática do § 95: “As

<sup>98</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*. p. 326.

<sup>99</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*. p. 326.

<sup>100</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 329.

<sup>101</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 329.

<sup>102</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 329.

proposições que descrevem essa imagem de mundo poderiam pertencer a uma espécie de mitologia”. A pergunta de Schulte é pelo efeito resultante dessa comparação, pois Wittgenstein emprega o termo ‘mitologia’, em *Da Certeza*, em apenas dois parágrafos, §§ 95 e 97.

Uma mitologia não parece coincidir com uma imagem de mundo, sendo antes o emprego do termo “mitologia” um modo de caracterizar uma imagem de mundo. Assim como o significado mais usual de “mitologia”, a *Weltbild*, como já assinalamos, não pode ser considerada verdadeira no sentido de que concorda com os fatos. No entanto, o termo “mitologia” é freqüentemente empregado no sentido de que a concebemos como aquilo que se opõe aos fatos, isto é, o que não pode mais ser levado em conta exatamente por não concordar com os fatos. Além disso, uma vez abandonada uma mitologia, não é necessário que a substituamos por outra. Em sendo assim, seus traços não se aplicam ao que Wittgenstein tenciona com sua concepção de imagem de mundo. Mas, visto que caracteriza essa imagem de mundo por mitologia, o modo como ele emprega esse termo deve ser também pouco usual.<sup>103</sup> Assim, a dificuldade exegética que a noção de mitologia encerra seria ainda maior, caso essa noção não tivesse qualquer história na obra.

“Uma mitologia inteira – diz Wittgenstein – está depositada em nossa linguagem”.<sup>104</sup> Essa mitologia caracterizaria formas de descrição constitutivas do uso de expressões lingüísticas. Por isso, nada ilustraria melhor o vínculo com os selvagens descritos por Frazer do que as próprias palavras de que dispomos para descrever a visão desses selvagens. O nosso discurso não poderia desapegar-se das formas de descrição, e o emprego de certas palavras (*ghost, shade*) em vez de outras (*soul, spirit*) não seria senão sintoma dessas formas que impregnam o nosso discurso e mesmo o condicionam. E, se a mera escolha de uma palavra pode ser sintoma dos modos de descrição, é porque carrega o peso de nossas convicções, não se tratando de uma escolha que pode ser produto de nosso gosto.

Afinal, essas convicções refletem um modo de agir comum a uma comunidade e relacionado ao domínio de uma linguagem. Ora, as proposições que descrevem a imagem de mundo, que é signo do condicionamento de nossas operações com a linguagem, poderiam pertencer a uma espécie de mitologia. Mas seria unívoca a noção de mitologia em “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*” e *Da Certeza*? A essa questão, os intérpretes de *Da Certeza* não têm dedicado muita atenção. Todavia, a análise das observações de *Da Certeza* em que o

---

<sup>103</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 331.

<sup>104</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on Frazer’s Golden Bough*, p. 133.

termo ‘mitologia’ é empregado é comum às interpretações da noção de *Weltbild*.<sup>105</sup> É verdade também que a resposta a essa questão não constitui um ponto pacífico. Talvez, em “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, Wittgenstein mencione o termo ‘mitologia’ de modo mais claro.<sup>106</sup>

Em muitos aspectos, as passagens entre os §§ 94-99 de *Da Certeza* seriam remanescentes das observações de Wittgenstein sobre Frazer.<sup>107</sup> É para essa idéia que o texto introdutório de Schulte aponta, e seu artigo de 1987 a desenvolve. Conforme a perspectiva assumida a partir daí, ao afirmar que uma mitologia inteira encontra-se depositada em nossa linguagem, Wittgenstein enfatizaria dois traços da linguagem que ele pretende apontar quando se refere à mitologia em *Da Certeza*. Essa mitologia dispõe modelos simples e persuasivos, a partir dos quais lidamos com o mundo e que estruturam os modos de descrição da experiência. Porém, construções teóricas que contam com tais modelos comportam o perigo de degenerar em uma perspectiva dogmática, já que tendem a subordinar o objeto de descrição a um modelo que, como tal, não corresponde senão a um modo possível de descrição.

A idéia de mitologia sublinha também que é possível a elaboração de estruturas similares a partir dos modelos de descrição. É justamente nesse sentido que Wittgenstein teria definido essa mitologia como forma perspicua de representação, pois serve aos propósitos de estruturar nossas representações e também de padrão para a invenção de modelos que dêem conta de forma mais satisfatória, seja de “our means of representation”, seja de “objects or states of affairs represented”.<sup>108</sup> É algo desse tipo, segundo Schulte, que Wittgenstein tinha em mente ao referir-se à mitologia em *Da Certeza* – o que seria confirmado pelas suas repetidas observações de que nossas dúvidas, crenças e convicções formam um sistema e que somos convencidos de um ponto de vista pela sua simplicidade e simetria. Diante dessa reconstrução do contexto da palavra ‘mitologia’, extraída das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, a conclusão a que chega Schulte não poderia ser outra; mesmo porque, ao desenhar tal contexto,

<sup>105</sup> E. g., PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 23-56. É claro que tentar esclarecer o significado do termo “mitologia” em *Da Certeza* a partir do emprego deste termo em outros momentos da obra é apenas uma estratégia dentre muitas outras. Essa é, afinal, a estratégia adotada por Schulte, cujos textos por isso se constituem como um típico exemplo do enfrentamento das passagens de *Da Certeza* em que Wittgenstein emprega o termo “mitologia”. A introdução de Schulte ao pensamento de Wittgenstein – *Wittgenstein: an introduction* –, por exemplo, devota um tópico à noção de *Weltbild* no qual analisa os parágrafos em que Wittgenstein usa a expressão “mitologia”. (Cf. SCHULTE, Joachim. *Wittgenstein: an introduction*, p. 162-175).

<sup>106</sup> É exatamente esse o ponto de vista expresso por Schulte em “World-picture and Mythology”. E, segundo esse ponto de vista, é preciso deslindar o contexto das observações em que ocorre a citação do termo “mitologia”. Assim, para Schulte, a expressão “In unserer Sprache ist eine ganze Mythologie niedergelegt” é um desses casos que talvez sirva para esclarecer o que Wittgenstein entende por “mitologia” (Cf. SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 331-332).

<sup>107</sup> SCHULTE, Joachim. *Wittgenstein: an introduction*, p. 164.

<sup>108</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 332.

Schulte não planeja outra coisa senão esclarecer o significado desse termo em *Da Certeza*, como o seu texto trata de pontuar.<sup>109</sup>

## II. Visão de Mundo, Mitologia e Imagem de Mundo

Embora proposições gramaticais não contenham verdade alguma, é em torno de uma *Weltbild* que a verdade dos nossos juízos deve se organizar, pois ela é signo da função normativa que tais proposições desempenham nos jogos de linguagem. Central em *Da Certeza*, é em torno da noção de *Weltbild* que a investigação se move, articulando conceitos como os de erro, dúvida e certeza. O fundamento da certeza não poderia contar meramente com um acordo sobre definições, assim como um acordo que contasse com uma unanimidade de opiniões também não seria suficiente, pois o que está em jogo é a constituição da objetividade. Do contrário, a objetividade com a qual devem contar as expressões lingüísticas não estaria a salvo do relativismo. O acordo, portanto, deve envolver formas de vida, dando-se em torno de juízos.<sup>110</sup>

É com a força de uma mitologia que proposições pertencentes ao quadro de referências fixam as condições de sentido, pois elas desempenham papel “semelhante ao de regras de um jogo”.<sup>111</sup> Mas, apesar da possibilidade de serem convertidas pelo uso em meras proposições empíricas e ainda assim constituírem as condições de sentido, o que quer dizer que pertençam a uma espécie de mitologia? Ao apontar uma conexão entre os §§ 95 e 612, Schulte ensaia uma resposta.<sup>112</sup> O termo ‘mitologia’ recusaria a idéia de que a aquisição de uma imagem de mundo pudesse ser dada a partir de uma construção teórica. A aquisição de

---

<sup>109</sup> “But then Wittgenstein must be using the expression ‘mythology’ in an unusual way, perhaps to bring out an aspect of a world-picture which to his mind is characteristic of a mythology, too. But as mythologies are not mentioned in other passages of *On Certainty* **we shall have to rely on context as well as remarks made in other writings.**” (SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 331. Grifo nosso).

<sup>110</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 242. Em seu texto “Wittgenstein’s ‘Kantian Solution’”, Brenner dedica uma seção à análise desse parágrafo, ou melhor, da questão que ele suscita. Assim, Brenner trata de mostrar que aproximados Kant e Wittgenstein. Por esta perspectiva, a noção de “gramática”, e. g., seria análoga às formas transcendentais do entendimento e da sensibilidade. Para Brenner, Wittgenstein diferencia-se de Kant por localizar a formação da rede conceitual que expressa as condições de sentido em conexão com uma modalidade de interação pré-razional com o mundo. Por outra parte, Machado afirma conter nesse parágrafo uma novidade acrescentada à obra pelas *Investigações*, qual seja: um acordo nas definições não seria suficiente à constituição da compreensão por meio da linguagem, mas que necessário seria um “acordo nos juízos”. (MACHADO, A. *Lógica e Forma de Vida*, p. 72). É bem certo que seja uma novidade trazida pelas *Investigações*, mas suas conseqüências encontram pleno desenvolvimento em *Da Certeza*. E nisto Brenner parece concordar conosco. Cf. BRENNER, W. Wittgenstein’s ‘Kantian Solution’, p. 125-128.

<sup>111</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 95.

<sup>112</sup> SCHULTE, J. *Within a System*, p. 63-64.

uma nova imagem de mundo não seria resultante de uma argumentação, mas produto de uma conversão.<sup>113</sup>

Elemento pejorativo algum impregnaria o termo ‘mitologia’ no § 95.<sup>114</sup> Assim, a conexão entre os parágrafos §§ 95 e 612 corrobora a idéia de que Wittgenstein, em sua crítica a Frazer, emprega o termo ‘mitologia’ em sentido, se não coincidente, pelo menos convergente com o uso feito em *Da Certeza*. Sendo assim, não se trata somente de mostrar que a conexão entre os §§ 95 e 612 de *Da Certeza* está comprometida com um modo de conceber a relação entre o uso de expressões lingüísticas e uma *Weltbild* que o condiciona. Trata-se, na verdade, de dar um passo a mais, qual seja: defender a semelhança essencial do termo ‘mitologia’ em *Da Certeza* e nas observações de Wittgenstein sobre Frazer.

Em “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, Wittgenstein escrevera, com o propósito de afirmar conexões entre a linguagem, práticas mágicas ou superstições: “Uma mitologia inteira está depositada em nossa linguagem”.<sup>115</sup> A crítica endereçada a Frazer traduz-se, no essencial, em recusa à subordinação de culturas ao paradigma científico ocidental, pois a análise de Frazer tende a ver como primitivo tudo que é estranho ao quadro referencial de sua ciência.<sup>116</sup> É bem certo que, aos olhos de Wittgenstein, Frazer submete as culturas que analisa à gramática própria a um cientista do século XX, e é nisso que consiste o seu erro.<sup>117</sup> A hipótese evolucionista alimenta-se de um modo peculiar de ver as coisas – diria Wittgenstein – e que se afirme representação perspicua dos fatos é sinal dos modos que estruturam uma forma de ver as coisas. Em sendo assim, Frazer só poderia ver os rituais que descreve como uma manifestação expropriada de sua ciência. Toda a história anterior ao pleno funcionamento da ciência contemporânea não passaria de história do erro.<sup>118</sup>

Não hesitaríamos em concordar com Schulte quanto ao fato de que há relação entre a aquisição de uma *Weltbild* e conversão religiosa. Todavia, uma vez que as regras gramaticais que descrevem uma *Weltbild* não possuem o estatuto de leis, não comportam o peso

---

<sup>113</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 612.

<sup>114</sup> “As proposições que descrevem essa *Weltbild* poderiam pertencer a uma espécie de mitologia.” WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 95.

<sup>115</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, p. 133.

<sup>116</sup> “He [Wittgenstein] does not want to say that there is no fundamental difference between a theory based on the gods of Homer and a theory based on Max Plank and Einstein. Rather, his purpose is to stress that, just as with a mythology: (1) our world picture is a system or structure of not easily removed and replaced convictions; (2) our world picture is tied to our practice; (3) our world picture rests on neither empirical knowledge nor verification of hypotheses; (4) our world picture is not easily shaken by conflicting empirical propositions; (5) a changeover to another system would have the character of a conversion.” (SCHULTE, Joachim, *Wittgenstein: an introduction*, p. 164.)

<sup>117</sup> MORENO, Arley, *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 257.

<sup>118</sup> “Frazer’s account of the magical and religious views of mankind is unsatisfactory: it makes these views look like errors. Was Augustine in error, then, he called upon God on every page of the *Confessions*?” (WITTGENSTEIN, Ludwig, *Remarks on Frazer’s Golden Bough*, p. 119).

metafísico implicado por uma *Weltanschauung* (visão de mundo). Não nos parece que seja unívoco o uso do termo ‘mitologia’ em *Da Certeza* e nas observações sobre Frazer por conta de um detalhe: Wittgenstein refere-se ao modo de descrição de Frazer não como circunscrito por uma *Weltbild*, mas por uma *Weltanschauung*.<sup>119</sup>

Prova de que a descrição de Frazer seria resultante de uma visão de mundo é o fato de empregar palavras comprometidas com o paradigma científico de seu tempo. Assim, usa “ghost” ou “shade” quando poderia expressar-se por “soul” ou “spirit”. Com efeito, escolha alguma estaria fora dos limites da *Weltanschauung*. O desenvolvimento das expressões religiosas não poderia ser compreendido como história do erro também porque a simbologia religiosa não se resolveria em opiniões, e “apenas uma opinião pode envolver erro”.<sup>120</sup> Com sua análise, Frazer mostrar-se-ia mais bárbaro do que poderia pretender que fossem as práticas que descreve.<sup>121</sup> Além disso, segundo Wittgenstein, ignoraria que um homem do século XX não estaria à frente de um selvagem em matéria espiritual.<sup>122</sup>

Não é o fato de uma *Weltbild* envolver um acordo sobre juízos que importa a Wittgenstein esclarecer ao tempo da crítica a Frazer. Pouco antes de cifrar os arranjos determinantes do modo de ver as coisas como encerrados em uma mitologia, Wittgenstein analisa a natureza dos modos de representação. Aliás, a ocorrência do termo ‘mitologia’ insere-se nas observações a respeito das condições de uma representação. Comprometida com formas de descrição próprias, a representação seria tributária de uma visão de mundo – produto do fascínio exercido pela linguagem –, devendo diferenciar-se do modo como emprega o termo ‘mitologia’ em *Da Certeza*. Afinal, uma *Weltbild* não poderia ser resultante do fascínio de expressões lingüísticas.

Assim, Frazer teria adotado a sua *Weltbild* sob rubricas metafísicas de uma *Weltanschauung*.<sup>123</sup> Não seria ao desobrigar-se de sua *Weltbild* que faria uma análise dos povos antigos destituída do caráter dogmático e do erro, mas ao desfazer-se do compromisso com sua visão de mundo. Caso a sua descrição fosse feita sem o compromisso com uma *Weltanschauung*, ela não conteria nada de supersticioso ou mágico.<sup>124</sup> Nesse sentido, por

<sup>119</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig, *Remarks on Frazer’s Golden Bough*. p. 133.

<sup>120</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *Remarks on Frazer’s Golden Bough*. p. 123.

<sup>121</sup> “Uma época interpreta falsamente a outra; e uma época *mesquinha* interpreta erradamente todas as outras à sua própria e sórdida maneira”. (WITTGENSTEIN, Ludwig, *Cultura e Valor*, p. 126).

<sup>122</sup> Cf. nota 32.

<sup>123</sup> Devemos essa expressão ao Prof. Arley Moreno. Cf. MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 281-282.

<sup>124</sup> PHILLIPS, D. Z. Afterword: Rhees on reading *On Certainty*. In: RHEES, Rush. *Wittgenstein’s On Certainty*, p. 146: “Many readers of Wittgenstein may find it hard to see any connection between the concerns in logic I have mentioned, and his ‘Remarks on Frazer’s *Golden Bough*’. It is easier to settle for saying that his main concern in the latter work is to avoid condescending misunderstandings of ways of living other than our own. He find such condescension, it may be Said, in what Frazer says about the slaying of the priest-king at Nemi. Yet,



exemplo, um cientista poderia elaborar teorias em desacordo com a crença religiosa que lhe confere uma visão de mundo; porém, não em desacordo com certas crenças enraizadas no modo como se estruturam os procedimentos científicos. Afinal, não teria pleno direito de abandonar o substrato de suas questões e hipóteses.<sup>125</sup> A *Weltbild* não corresponde, enfim, ao produto de uma invenção científica herdada como uma teoria bem estabelecida pela tradição científica.<sup>126</sup>

Destarte, a conclusão de Schulte, decorrente do esclarecimento do termo ‘mitologia’ em *Da Certeza* e do contexto em que é empregada nas observações sobre Frazer, deve reconhecer-se mal sucedida. A respeito disso, Schulte diz: “That it is something of this kind that Wittgenstein has in mind when in *On Certainty* he speaks of a mythology is confirmed by his repeated observation that our beliefs, doubts, and assumptions form a system”.<sup>127</sup> Essa noção de mitologia, presente nas observações sobre Frazer, não coincide com a noção de mitologia em *Da Certeza* por não se conectar ao conceito de *Weltbild*. É bem verdade que, em alguns aspectos, imagem de mundo e visão de mundo se assemelham, como é o caso de corresponderem a modos de estruturação da experiência; não obstante, uma imagem de mundo não encerra um modo de ver as coisas. Assemelham-se também porque uma certa possibilidade de alteração é inerente tanto à imagem de mundo quanto à visão de mundo, de sorte que a forma como Frazer narra a história das crenças dos povos antigos envolve o confronto de visões de mundo diferentes. Por outro lado, não seria possível decidir entre visões de mundo divergentes, a não ser da perspectiva de uma imagem de mundo.

Todavia, uma decisão desse gênero seria tanto mais destituída de metafísica quanto mais não valorasse as imagens de mundo. Afinal, começar por atribuir valor a uma visão de mundo não é senão indício de que o discurso é determinado por ela. Por outro lado, uma imagem de mundo não corresponde a determinantes absolutos que apenas um certo compromisso metafísico poderia produzir e que, de resto, marca uma visão de mundo. Nesse sentido, mesmo sendo malsucedida a conclusão de Schulte, isso não implica que a sua caracterização da imagem de mundo como mitologia deva ser reduzida a nada. Afinal de

---

concerned though he is about such condescension, it is important to see that Wittgenstein is still pursuing issues in logic even here. He is still showing why we should resist the desire to get behind a distinctive form of life, to show whether it has rational foundation or not. In the case of the slaying of the priest-king, this may come about by subliming functional activities, and treating them as though they were *the* criterion by which all other activities are to be assessed. We cannot get behind distinctive ways of acting. When we think we have, we are often elevating one of them to a spurious space outside the appropriate language-games from which it purports to give us an absolute conception of the world”. É claro que do fato de a noção de *Weltbild*, em *Da Certeza*, não poder ser caracterizada pelo que Wittgenstein define por mitologia nas “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”, não que essas observações sobre Frazer não possam se inscrever como reflexões sobre a lógica da linguagem.

<sup>125</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 162.

<sup>126</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 167.

<sup>127</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 332.

contas, se uma imagem de mundo possui certos traços de uma mitologia, é por ser “a structured, systematic set of models permitting analogical development and the gradual change of previous paradigms and systems of measurement”.<sup>128</sup>

Mas, por qual razão afinal essa conclusão seria malsucedida? Tão logo afirma que as “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*” e *Da Certeza* possuem um solo comum, Schulte pontua uma ressalva: “But now it does not look easy to connect this notion of mythology with what we have found out about Wittgenstein’s conception of a world picture”.<sup>129</sup> A dificuldade se deve ao fato de que nem todas as considerações relativas à mitologia podem aplicar-se ao grupo de “moorean sentences”, sobretudo quando se trata daquelas concernentes à primeira pessoa, pois não se reconheceria nessas sentenças uma estrutura fundante dos modos de representação que caracterizam uma mitologia.<sup>130</sup> A formulação de uma imagem de mundo em *Da Certeza* deve estranhar expressões matizadas pela primeira pessoa, por fazer equivalentes a capacidade de usar uma linguagem e a aquisição de uma imagem de mundo. Nessa medida, essa imagem de mundo não conteria elementos não partilhados por quem quer que domine a linguagem. A imagem de mundo corresponderia a um sistema de medição, no sentido de que fornece meios sistemáticos de apresentação, os quais não são reconhecidos em proposições matizadas pela primeira pessoa.

Em seu artigo “Within a System”, de 2005, Schulte se desfaz daquela conclusão a que chegara o seu texto de 1987. A expressão ‘mitologia’ relaciona-se com a idéia de que a aquisição de uma *Weltbild* é comparável à conversão religiosa, no sentido de que não envolveria argumentação. Agora, Schulte sublinha que uma conotação pejorativa se depreende de praticamente todas as passagens da obra em que Wittgenstein emprega a expressão ‘mitologia’ ou algum cognato. Nessas passagens, a expressão ‘mitologia’ equivale a “mere fiction” ou “a misleading fantasy”. As observações sobre Frazer constituem um bom exemplo do quanto tal expressão conteria elementos depreciativos. Mas acaso, escaparia da negatividade a afirmação “In unserer Sprache ist eine ganze Mythologie niedergelegt”, que ampara Schulte na conclusão daquele texto de 1987?

Em “Within a System”, afirmaria restar, justamente nesse termo, “a connection with magic, superstition and potentially misleading features of an language is clearly in view”. Essa conexão é de tal forma desfeita em *Da Certeza* que, “no such negative or pejorative element is present in Wittgenstein’s way of using the word ‘mythology’”.<sup>131</sup> Em sendo assim, o

---

<sup>128</sup> SCHULTE, Joachim. World-picture and Mythology, p. 333.

<sup>129</sup> SCHULTE, Joachim. World-picture and Mythology, p. 332.

<sup>130</sup> SCHULTE, Joachim. World-picture and Mythology, p. 332.

<sup>131</sup> SCHULTE, J. Within a System, p. 63.

significado da noção de mitologia não pode ser unívoco. Por conseguinte, a despeito de a noção de *Weltbild* não se encontrar nas observações sobre Frazer, seria em virtude de essa mitologia estar impregnada de elementos pejorativos que não estaria pronta a preservar relação com a noção de *Weltbild*. Por fim, em *Da Certeza* a noção de mitologia matiza diferentes níveis do discurso. Em outros termos, assinala a diferença entre proposições empregadas como descritivas e proposições usadas como regras de descrição.

### **III. Sentido Proposicional e Sistema de Crenças**

Uma proposição não diz respeito senão à experiência, embora não a uma experiência particular. Proposições que firmam a objetividade não podem ser contadas em separado. Assim, embora sejam produto da experiência, não é explícita ou isoladamente que passamos a contá-las como arranjo condicional de nossa certeza.<sup>132</sup> Articuladas no interior de um sistema, essas proposições guardariam uma certa dependência mútua, pois laços gramaticais as envolveriam. Uma dúvida relativa a uma proposição não poderia legitimamente erguer-se como se dirigida a uma experiência particular, já que se voltaria contra a objetividade. E caso não guardassem interdependência, poderiam ser postas em dúvida sem que com isso viesse a desfazer a objetividade com a qual se deve contar mesmo em um gesto de dúvida. “A própria dúvida baseia-se apenas naquilo que não está em dúvida.”<sup>133</sup>

Uma vez que a definição dos limites do significativo é um produto gramatical, a articulação das condições de dizibilidade seria interior a um sistema de crenças. Proposições gramaticais constituem uma rede conceitual que condiciona as expressões lingüísticas e não deixam de estabelecer-se com alguma necessidade, embora não se furtem da vagueza que caracteriza o uso da linguagem. Desenham assim o que deve ser contado como experiência significativa, ou ainda como dado empírico relevante.

Em *Da Certeza*, não é possível a constituição de regras conceituais com independência do uso efetivo. Porém, que os limites entre o gramatical e o empírico sejam articulados pragmaticamente não significa que podem ser definidos a cada caso, pois a definição dos limites é condição da aplicação da linguagem. As condições de sentido são tecidas em teia pragmática e, ainda assim, sentido e verdade não são confundidos.

---

<sup>132</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 274.

<sup>133</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 519.

A autonomia da gramática requer a independência entre sentido e verdade. Nessa medida, as condições de sentido, embora tenham a sua expressão em certas proposições, não se situam essencialmente aí, como se essas fossem elementos primários da significação, pois uma proposição não estaria em condições de ter sentido, uma vez retirada do uso.<sup>134</sup> Ou ainda, são as condições de dizibilidade que dependem da autonomia gramatical. Assim, uma proposição poderia mostrar-se falsa, mas não a gramática, pois manipulação simbólica alguma poderia ser dissonante em relação a ela.

Embora afirme que nem todas as proposições que descrevem uma *Weltbild* submetam-se igualmente à prova da experiência, Wittgenstein pergunta-se pelos modos de verificação. E é bem verdade que certos acontecimentos seriam capazes de nos arrancar à *segurança* do jogo. No entanto, fatos que pudessem demover-nos do que é expresso por elas estariam como que em condição de abrir-nos os olhos e nos mostrar a verdade, pois essas proposições correspondem à expressão de aspectos normativos.<sup>135</sup> É também certo que o curso da experiência poderia alterar algum ponto da *Weltbild*. Porém, com isso se reorganizaria a base dos jogos de linguagem. Assim, a prática envolvida nos jogos é que sofreria alguma mudança significativa, pois um modo de agir em desconsideração das regras do jogo de linguagem equivaleria a jogar outro jogo.

O conteúdo trazido pela expressão dessas proposições prefigura um modo de agir verbalmente desarticulado, todavia não destituído de componentes gramaticais. Sendo assim, não seria bem como pretendia Moyal-Sharrock, que um certo número de proposições gramaticais seria indizível por decreto lógico. E que, por isso, não seriam dadas verbalmente,<sup>136</sup> estando implícitas em um modo de agir, uma vez que “uma regra gramatical não pode ser dita”.<sup>137</sup> Nem sempre as regras que definem o modo de agir são dadas de modo explícito, contudo isso não quer dizer que não possam ser ditas.<sup>138</sup>

O aprendizado da linguagem não requer a formulação de regras às quais as operações lingüísticas se reportam. Mas isso não significa que a base dos jogos de linguagem corresponderia a algo instintivo caracterizado pela impossibilidade de formular as regras constitutivas dos jogos, por meio de proposições. Essas regras marcam a possibilidade da compreensão, sendo a afirmação de saber um típico exemplo dessa objetividade do emprego de expressões lingüísticas. Nessa medida, a admissão de que alguém sabe qualquer coisa que porventura afirma saber é algo que pode ocorrer apenas em relação ao domínio do jogo de

<sup>134</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 10.

<sup>135</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 578.

<sup>136</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Unravelling Certainty*, p. 81.

<sup>137</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Unravelling Certainty*, p. 91.

<sup>138</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 152.

linguagem. Por isso, dirá Wittgenstein que alguém que não domine o jogo de linguagem não estaria em condições de compreender uma tal declaração de saber. Afinal, dominar um jogo de linguagem implica a capacidade de inferir um certo campo de lances possíveis do jogo.<sup>139</sup>

Em sendo assim, é bem certo que as práticas que envolvem a linguagem não requisitam a explicitação das regras que as governam. Todavia, o estabelecimento de uma prática exige um corpo de regras a partir das quais seja delineado um campo de movimento dos seus lances. Ademais, a capacidade de imaginar como é possível que alguém saiba o que diz saber comporta o saber efetivo em questão ou a possibilidade de saber. É assim, afinal, que estados mentais passam a ser, em certo sentido, desimportantes, pois é o emprego dessas proposições que encerram uma dada modalidade de saber que importa ao domínio dos jogos de linguagem.

Ao travar uma certa dependência do significado em relação ao emprego de expressões lingüísticas, algo de mais fundamental se depreende da reflexão wittgensteiniana em *Da Certeza*. Sendo a partir disso que o primado da prática deve ser compreendido, pois as proposições gramaticais, em si mesmas, não se distinguem das proposições empíricas. A distinção entre normas e proposições empíricas pode ser feita apenas a partir do emprego em jogos de linguagem, de sorte que uma mesma proposição pode ser ora expressão de uma norma, ora expressão de uma experiência.<sup>140</sup> Por conta disso, uma proposição gramatical pode ser compreendida como uma proposição destituída de sentido, embora se constitua como uma proposição empregada de uma certa maneira.<sup>141</sup>

Poderíamos dizer também que uma proposição empírica corresponde a um certo uso de expressões lingüísticas. Por definição, no entanto, uma proposição empírica é uma proposição que possui sentido. Assim, dizer que proposições gramaticais não constituem um gênero de proposições, mas um modo de emprego, deve coincidir unicamente com dizer que

---

<sup>139</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 17-18.

<sup>140</sup> Pode-se, com isso, distinguir forma da linguagem de seu uso, como sugere Moyal-Sharrock, em comentário do § 98: “The *transformational* methafor, as we might call it, has hindered commentators from perceiving that it is not single proposition, suscetible of change, that it is at stake here, but *two* identical sentences of which one is na empirical proposition and the other a paradigm (or rule). The notion of *Doppelgänger* is therefore conceptually truer, and clearer, than that of *transformation* in that it targets the *real* source of confusion – *identical appearance* – and highlights the distinction between the *form* of language and its *use*: the same *form* does not mean the same *use*, or indeed the same *status*”. (MOYAL-SHARROCK, Danièle. *On Certainty and the Grammaticalization of Experience*, p. 56).

<sup>141</sup> Machado parece não concordar com essa leitura, pois, enfrentando a afirmação de Hacker, em seu clássico comentário das *Investigações Filosóficas*, de que “uma proposição gramatical é sem sentido”, trata de enfatizar que “uma proposição gramatical é, segundo Wittgenstein, uma sentença usada de uma certa maneira, não uma sentença de um determinado tipo. É o *uso* de uma sentença que determina se ela expressa uma proposição gramatical ou outra coisa. Alguém pode usar ‘Esta barra tem uma extensão’, significando algo como ‘Esta barra é realmente longa!’. Nesse caso, ‘Esta barra tem uma extensão’ não expressa uma proposição gramatical”. (MACHADO. A. N., *Lógica e Forma de Vida*, p.425-426).

proposições da gramática se distinguem de proposições empíricas apenas no uso. O que não contraria a afirmação de que proposições usadas como gramaticais são destituídas de sentido, ao passo que proposições empregadas como empíricas são plenas de sentido, assim como a necessidade envolvida pelos jogos de linguagem não pode ser fixada essencialmente em proposições, como se elas pudessem ser tomadas como unidades primárias da significação com independência de seu emprego.

O tratamento das proposições gramaticais sobre a certeza de Wittgenstein caracteriza-se assim por recusar de modo radical que a certeza, à qual se reportam as nossas práticas, seja tributária de estados mentais. Por isso, proposições gramaticais traduzem uma necessidade basilar dos jogos de linguagem. É nesse sentido que caso uma proposição com a forma “eu sei...” seja concebida como gramatical, é evidente que o “eu” não é importante. Devendo essa proposição, se gramatical, significar “não há qualquer dúvida neste caso” ou então “a expressão ‘eu não sei’ não faz sentido”. É claro que, em sendo assim, a proposição “eu sei” também não tem sentido.<sup>142</sup>

A reflexão de Wittgenstein sobre essas proposições gramaticais confronta uma imagem do conhecimento compreendido como “a percepção de um acontecimento exterior através de raios visuais que o projetam”.<sup>143</sup> Esta imagem do conhecimento solicita de imediato a pergunta pela certeza que deve caracterizar os modos de projeção, mas não estaria habilitada a respondê-la. É característico desse modo de conceber o conhecimento a compreensão da expressão “eu sei...” como estabelecendo a relação entre o “eu” e um fato, não entre o “eu” e o sentido proposicional. Se não estaria apta a responder à pergunta que a solicita, é porque esta imagem situaria o conhecimento no terreno dos dados dos sentidos. Afinal, ela se detém em como o conhecimento é apresentado, mantendo-se alheia à questão que envolve o fundo de apresentação que possibilitaria a projeção. A expressão “eu sei...” encerra a relação entre o “eu” e o sentido de uma proposição, porque as condições de possibilidade de apresentação são evocadas quando da afirmação de uma modalidade de saber cujo domínio deve ser possível a todos os iniciados no jogo de linguagem.

A célebre imagem do rei crente de que a existência da Terra seria coetânea ao seu nascimento é um típico exemplo da dissolução progressiva dessa imagem do conhecimento. A noção de *Weltbild* resiste a essa imagem do conhecimento que faculta a estados mentais a tarefa de sedimentação da certeza com a qual deve contar a objetividade da realidade exterior. É, então, a partir de uma suposição que Wittgenstein pretende pontuar seja sua resistência

<sup>142</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 58.

<sup>143</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 90. Silvia Faustino efetua um comentário esclarecedor dessa questão. Cf. FAUSTINO, Silvia. Sobre o leito do Rio dos Pensamentos, p. 109-119.

teórica a essa imagem do conhecimento, seja perguntar-se pelo estatuto dessa modalidade de convicção cuja expressão exemplar é a de que a terra tenha existido muito antes de meu nascimento, proferida por quem quer que seja.

A suposição põe Moore diante de um rei a quem fora ensinado desde criança que a terra existe há muito pouco tempo. Em vão, Moore tentaria convencê-lo da verdade que se expressa pela proposição de que a terra existe muito antes de seu nascimento. Ao recorrer ao material dos dados dos sentidos ou mesmo ao elencar de modo exaustivo os laços que envolvem essa sua convicção, Moore não obteria resultado algum, pois não se trata de uma divergência concernente às representações, mas os modos de representação é que são discordantes.<sup>144</sup> Portanto, a conversão envolveria a alteração da certeza à qual se reportam suas representações.

Por isso, esse mesmo rei diante de um livro de história que contivesse a afirmação de que a terra teria existido muito antes de seu nascimento se depararia com uma afirmação inteligível, mas após convertido por Moore. Uma vez que o que é aí expresso é condicional aos nossos juízos, seria mesmo estranho que um livro de história contasse com esse gênero de afirmação. Em outros termos, o que esta afirmação envolve deveria ser contado como condicional a qualquer narrativa histórica. Uma proposição desse gênero não seria abandonada sem que certos jogos de linguagem passassem a ser desimportantes ou mesmo impossíveis, pois explicita um ponto condicional de nossas convicções a partir das quais nossos juízos são esquematizados. Nessa medida, a crença desse rei se veria destituída de um solo que lhe conferisse significatividade.

Uma criança, por exemplo, ao perguntar sobre a existência da terra antes de meu nascimento me colocaria em situação em que me veria obrigado a dizer algo esquisito, a saber, que a terra existe muito tempo antes de meu nascimento. No entanto, ao responder a pergunta, estaria a transmitir uma imagem de mundo.<sup>145</sup> Assim como, alguém que formulasse essa pergunta se mostraria estranho às técnicas que envolvem o domínio de nossa linguagem. Assim deve ser entendida a afirmação de Wittgenstein de que as proposições que descrevem a imagem de mundo figuram como regras de um jogo. “E o jogo pode ser aprendido unicamente pela prática, sem a enunciação de quaisquer regras”<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> “Posso imaginar um homem que tenha sido educado em circunstâncias muito especiais e a quem tenham ensinado que a origem da Terra data de há 50 anos e que, portanto, acredite nisso. Podíamos ensiná-lo: a Terra existe a, etc – Estaríamos a tentar dar-lhe a nossa imagem de mundo. Isto aconteceria através de uma espécie de *persuasão*”.

<sup>145</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 233.

<sup>146</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 95.

Que tenha sentido uma proposição apenas significa que é possível decidir-se a favor ou contra o que ela enuncia, tomando-a por falsa ou verdadeira. A consideração de uma proposição como verdadeira traduz já um modo de ver a experiência.<sup>147</sup> O domínio das regras do jogo envolve a preservação de certos pontos condicionais que, em certa medida, mantêm-se fora do alcance. Fazer certas afirmações fora de um contexto significativo seria sinal de pouco domínio dos elementos essenciais à compreensão.

Compreender uma proposição, em exata medida, envolve saber em qual contexto sua enunciação seria significativa. No entanto, o domínio das regras que perfazem a aplicação não é suficiente à definição dos usos possíveis de uma expressão lingüística (embora seja um dado necessário). Uma proposição assim parece enfrentar a experiência a cada caso de sua aplicação. É claro que um domínio pleno de regras envolve saber aplicá-las – conforma uma prática –, pois o emprego de uma proposição deve já contar com um quadro de referências segundo o qual ela pode ter sentido.<sup>148</sup>

A idéia de atribuição de sentido costuma degenerar em equívocos, pois compreende o sentido como equivalente à possibilidade de uma proposição ajustar-se a fatos. Se uma proposição se ajustasse plasticamente a um dado estado de coisas, com isso não teríamos o que conta como fundamento para a eventual atribuição de sentido. A pergunta então que deve ocupar a cena é relativa ao que significaria esse ajuste. No entanto, constituída a possibilidade de se decidir a favor ou contra uma proposição, estaria garantida apenas a possibilidade de ajuste aos componentes empíricos articulados em sua expressão.

Não é por certo seguindo uma linha de raciocínio que se chega ao que expressam proposições da gramática. Em alguma medida, proposições gramaticais não se submetem à experiência, já que correspondem a modos de operar com a experiência. Por essas proposições se expressa a objetividade da certeza que confere um lastro às nossas práticas. E esta certeza não poderia corresponder a um ponto idealizado do qual certas coisas se aproximariam enquanto outras se manteriam distantes, antes sim, deve corresponder à destituição progressiva de sentido da dúvida.<sup>149</sup> O que significa que a dúvida contraria os modos de funcionamento do jogo de linguagem e, por conseguinte, se dirige contra os fundamentos de sua própria possibilidade.

A certeza à qual se reportam as práticas lingüísticas não poderia corresponder a uma suposição a ser dissolvida pela experiência, mesmo porque não seria alçada a partir de dados

---

<sup>147</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 145.

<sup>148</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 81, 94.

<sup>149</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 56.



imediatos da percepção.<sup>150</sup> A significatividade de uma dúvida depende de que ela encontre sua possibilidade no interior de nossas práticas. Todavia, ser possível uma dúvida não coincide com ser necessária. Por isso, Wittgenstein reitera o quanto o ato de duvidar deve fixar-se em um jogo de linguagem, tendo a certeza como pressuposta. Portanto, a pergunta pela significatividade da dúvida pode situá-la apenas no terreno das práticas que tanto traduziriam a sua possibilidade quanto poderiam torná-la impossível. As nossas dúvidas assim formam um sistema<sup>151</sup>.

Proposições gramaticais correspondem à expressão de pontos incondicionados de nossas práticas. Essas proposições, por isso, não constituem matéria de nossas considerações. A certeza que as envolve, porém, não pode ser superior à certeza relativa ao significado das palavras. Com isso, Wittgenstein pretende dizer que “empregamos juízos como princípios para a formulação de juízos”<sup>152</sup>. A certeza constitutiva das condições de possibilidade da significação é signo da relação entre o significado das palavras e um modo de agir subordinado à regras gramaticais. Não sendo possível, com efeito, a incorporação de uma nova proposição sem a compreensão de seu lugar em nossas operações lingüísticas. E que as operações judicativas devam contar com juízos empregados como princípios é, no mínimo, indício da recusa de que a certeza possa encontrar nos dados dos sentidos o critério de sua justificação.

Nesse mesmo sentido, não diagnosticaríamos como um caso de dúvida alguém que duvidasse da existência das próprias mãos. Simplesmente a sua dúvida não encontraria lugar em nosso quadro de convicções.<sup>153</sup> Assim, “poderíamos descrever o seu comportamento como semelhante ao comportamento da dúvida, mas o seu jogo não seria o nosso”,<sup>154</sup> uma vez que as regras gramaticais não poderiam desapegar-se das práticas mesmas, pois os requisitos necessários para que algo seja uma proposição podem ser estabelecidos apenas pelo modo como lidamos com proposições. Assim, esse modo de agir, que parece restar como fundamento dos jogos de linguagem, tanto caracteriza quanto deve resultar do modo como

---

<sup>150</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 57.

<sup>151</sup> “Ich bin der Bedeutung meiner Worte nicht gewisser als bestimmter Urteile. Kann ich zweifeln, daß diese Farbe “blau” heißt? (Meine) **Zweifel bilden ein System.**” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Da Certeza*. § 126. Grifo nosso).

<sup>152</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 124.

<sup>153</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 125.

<sup>154</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 255. Caso semelhante seria o de alguém que duvidasse que tem corpo – como mostra o § 257 de *Da Certeza* –, pois diante de alguém assim nos veríamos destituídos da possibilidade de convencimento. E caso algo fosse dito que o demovesse a sua dúvida, simplesmente não saberíamos como ou mesmo o porquê ele fora persuadido.

operamos com a linguagem.<sup>155</sup> Os modos operativos, por assim dizer, desenhavam um campo de certezas que corresponde à expressão dos modos possíveis de manipulação simbólica.

Porém, as proposições, cuja expressão desenha uma *Weltbild*, não correspondem a princípios formais. Não encontraríamos na certeza da qual elas se fazem expressão resíduo metafísico algum, uma vez que a sua constituição ocorre no interior das práticas que elas governam. Assim, não obstante esvaziadas de conteúdo ontológico, essas proposições não abandonam a possibilidade de cotejo com a realidade, cuja objetividade se articula em torno da imagem de mundo que elas descrevem. Porém, justamente por não se confrontarem com a experiência enquanto modos de usos possíveis de expressões lingüísticas, essas proposições não teriam sentido. Nessa medida, não lidariam também com a verdade, enquanto expressão dos modos de descrição. Em outros termos, desde que estabelecidas como princípios, essas proposições não figurariam como elementos de nossa consideração. Elas seriam, com efeito, peças constitutivas de uma prática, de sorte que o domínio de uma prática não requer o seu aprendizado explícito.

Não se diz a uma criança que sabemos da existência de uma montanha com o propósito de ensiná-la que uma montanha existe, mas contam-lhe que há muitos anos alguém subiu tal montanha, etc., de sorte que, ao aprender sobre a existência de montanhas, uma criança não procuraria saber se a narração é fidedigna. “Uma criança aprende que há narradores fidedignos e não-fidedignos muito mais tarde do que aprende fatos que lhe são contados.”<sup>156</sup> É, portanto, signo do domínio de uma prática, um modo de agir de acordo com certas convicções que não precisam ser ensinadas explicitamente. Ademais, o domínio de uma prática não exigiria a certificação imediata, de forma que essa criança “não aprende *de modo algum* que essa montanha existe há muito tempo, isto é, não se põe em questão se isso é de fato assim”,<sup>157</sup> bem como, “quando alguém tenta ensinar-nos matemática, não começa por garantir que sabe que  $a+b = b+a$ ”.<sup>158</sup>

#### **IV. *Weltbild*, Linguagem e Objetividade**

---

<sup>155</sup> “Wenn das Wahre das Begründete ist, dann ist der Grund nicht *wahr*, noch falsch”. (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 205).

<sup>156</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 143.

<sup>157</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 143.

<sup>158</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 113.

A harmonia entre linguagem e realidade depende de um acordo prévio que pode tão-somente ser resultado de nossas práticas. Afinal, não é senão em torno delas que a objetividade da realidade é conformada. Sinal de que a verificação empírica deve partir de princípios que não precisam ser verificados, é que a harmonia entre linguagem e realidade se organiza em torno de uma *Weltbild*.<sup>159</sup> Assim, embora proposições gramaticais devam distinguir-se de proposições empíricas, não haveria uma distinção por essência, pois que os limites entre elas se mostrariam pouco claros.<sup>160</sup>

Proposições da gramática corresponderiam a proposições que, por assim dizer, saíram de circulação, de sorte que praticamente não possuem usos significativos.<sup>161</sup> Já que essas proposições figurariam como arranjos condicionais de nossas práticas, ao me aferrar a uma dessas proposições, não é todavia a uma proposição que me agarro, mas a um conjunto de proposições. Nessa medida, postas isoladamente, seriam passíveis de uma dúvida que as poria em questão.<sup>162</sup> Mas, como é que uma convicção pode ligar-se a outras? Wittgenstein escreve na condicional um caso que esclarece essa interrogação. Principia enunciando algo trivial: “É perfeitamente seguro que automóveis não crescem da terra”.<sup>163</sup> Em seguida, afirma que caso alguém tenha uma crença contrária a essa, deveria desfazer-se de todo nosso sistema de verificação. Esse exemplo é central, pois a partir dele Wittgenstein recusa que proposições gramaticais possam ser ensinadas.<sup>164</sup>

Assim, esse sistema seria adquirido a partir da observação e da instrução. Dizer, no § 279, *aufnimmt* em vez de *lernt*, significa que o sistema é herdado. Portanto, não seria gratuito o uso da expressão *aufnimmt*. Como nos confessa o próprio Wittgenstein: “Propositivamente eu não digo “aprendido”.<sup>165</sup> Esse quadro de referências que se desenha como uma *Weltbild* corresponderia então à impossibilidade da negação de certas proposições em contexto gramatical. No entanto, devem continuar a ser proposições em sentido autêntico, uma vez que se submetem ao curso pragmático característico do uso de expressões lingüísticas.

Todavia, um contexto de uso deve contar com esquemas conceituais já estabelecidos. Nessa medida, o curso pragmático do uso da linguagem pode reconstituir a bipolaridade de

---

<sup>159</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 162.

<sup>160</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 97.

<sup>161</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 210: “Minha chamada telefônica para Nova Iorque terá fortalecido a minha convicção de que a Terra existe? Há coisas que parecem assente e saíram de circulação. Por assim dizer, foram desviadas para uma via não utilizada.”

<sup>162</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 274.

<sup>163</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 279.

<sup>164</sup> Essa recusa, por seu lado, alia-se à rejeição expressa no § 94 de que a *Weltbild* possa figurar como produto de uma escolha. Tanto que Wittgenstein a define como “*der überkommene Hintergrund, auf welchem ich zwishcen wahr und falsch unterscheid.*”

<sup>165</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 279.

uma dessas proposições em dois sentidos: primeiro, proposições não possuem significado salvo se subordinadas a certas condições de emprego; segundo, as práticas humanas são amparadas em formas de vida sujeitas à alteração. Com efeito, que uma proposição gramatical não tenha sentido quer dizer que expressam condições mínimas da significação. Assinalar então que é possível distinguir entre proposições gramaticais e empíricas, apenas em cotejo com um uso significativo, quer dizer que as condições de uso não têm a sua explicitação solicitada em circunstâncias normais.

Essas proposições que parecem estabelecer-se com evidência expressam uma necessidade lingüísticamente construída. Mas que uma proposição seja objetivamente certa quer dizer apenas: o que ela afirma corresponde à expressão da certeza à qual se reportam as operações lingüísticas. Nesse sentido, não significa que as proposições que a expressam estabeleçam uma plástica concordância com os fatos. “Eu encaro esta certeza, não como aparentada com a precipitação ou superficialidade, mas como uma forma de vida.”<sup>166</sup> Afinal de contas, por essas proposições é encenada a possibilidade de ajuste entre realidade e linguagem. Com efeito, a uma proposição pode corresponder um fato, porém se por um lado a gramática não poderia antecipar as possibilidades da realidade (como se o mundo fosse posterior à linguagem), por outro, a possibilidade de articular proposições com sentido corresponde a um condicionamento gramatical.

A vagueza, por sua feita, característica da aplicação da linguagem, não permitiria que a concordância entre a linguagem e o mundo dos fatos fosse formal, isto é, a necessidade com a qual se estabelece a certeza não poderia ser fixada de uma vez por todas. No entanto, uma experiência futura cifrada no interior de uma *Weltbild* não negaria uma experiência passada; e sim alteraria o modo de enfrentar a experiência.<sup>167</sup> Assim, seria difícil imaginar como falsa uma proposição cuja expressão veicula laços internos do uso da linguagem, sendo talvez difícil tirar proveito do que ela afirma.<sup>168</sup>

O quadro de referências sempre evocado por nossas manipulações simbólicas não poderia ser mais certo do que uma certeza articulada em seu interior. Assim, e. g, embora não deixe de parecer estranha a dúvida sobre a existência de Napoleão, alguém que assim proceda não colocaria em questão o quadro de referências. Entretanto, o mesmo não se sucede com uma dúvida que se dirigisse à existência da terra há 150 anos, pois com ela todo um sistema de crenças é que estaria em questão. A convicção de que a terra tenha existido há mais de 150 anos é condicional à existência de Napoleão e mesmo à dúvida sobre sua existência. Por isso,

<sup>166</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 358.

<sup>167</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 292.

<sup>168</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 203.

Wittgenstein diz: “eu poderia supor como uma fábula a existência de Napoleão, mas não que a terra não existia há 150 anos”.<sup>169</sup>

Nessa medida, se o sistema inteiro não parece mais certo do que uma certeza particular, é que as proposições que o constituem não poderiam ser enfrentadas com independência da certeza que as configura, uma vez que as entrelaça gramaticalmente. Por conseguinte, duvidar da existência da terra implicaria a negação de toda evidência histórica. Esse tipo de evidência, por seu lado, não deixa de possuir alguma necessidade, embora não se possa dizer que seja definitivamente correta.<sup>170</sup> Ademais, o enfrentamento de uma afirmação não poderia ser alçado de fora do próprio sistema.

A certeza assim deve ser sujeita a alterações porque a necessidade envolvida por proposições que descrevem a *Weltbild* não pode fixar-se essencialmente em proposições. No entanto, é fundamental ao funcionamento de nossas práticas que essa certeza permaneça intocada. Assim, mesmo as nossas operações com o pensamento devem subordinar-se à *Weltbild*, a partir de um constrangimento das normas que articulam modos operativos possíveis. Dessa maneira, dominar uma prática não implica pensar suas regras.<sup>171</sup> Dizer então que o enunciado por proposições gramaticais corresponde a uma certeza situada à margem de nosso modo de agir, coincide com reiterar o papel que elas desempenham em relação à elaboração do discurso.

Essas convicções demarcam os limites de nossas investigações. Ao considerarmos, por exemplo, se um cálculo fora suficientemente verificado, “há um ponto em que a justificação deve terminar e então resta a proposição de que é *assim* que calculamos”.<sup>172</sup> Portanto, nossas práticas estabelecem uma base condicional ao seu próprio fluxo, delineando um campo de certezas segundo o qual algumas perguntas não teriam sentido.<sup>173</sup>

Proposições particulares possuem o valor que lhes atribuímos em relação ao sistema que agrega nossas convicções.<sup>174</sup> Assim, conformadas no interior de um sistema, não poderiam isoladamente apresentar um valor capaz de diferenciá-las. Tampouco poderiam diferenciar-se com independência de um emprego, pois devem submeter-se igualmente ao uso da linguagem. Até aqui, temos afirmado um ponto pacífico de *Da Certeza* que, mesmo assim, deve enfrentar a trama conceitual que parece envolvê-lo com alguma tensão. Em

---

<sup>169</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 186. Cf. Também WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 256: “o jogo de linguagem muda com o tempo”.

<sup>170</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 188.

<sup>171</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 480.

<sup>172</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 212.

<sup>173</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 207.

<sup>174</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 410. “Nosso saber forma um sistema enorme. E é apenas no interior desse sistema que o particular tem o valor que lhe atribuímos”.

específico, duas passagens: (1) à altura do § 213, Wittgenstein afirma que “as nossas ‘proposições empíricas’ não formam uma base homogênea”; (2) no § 162, adverte que as proposições que descrevem a *Weltbild* “não são todas igualmente sujeitas à verificação”.<sup>175</sup> A dificuldade aqui é articular a idéia de que todas as nossas proposições estariam dispostas igualmente ao fluxo pragmático com o fato de que dentre elas haveria algumas que não se sujeitariam à verificação da experiência.<sup>176</sup>

Assim, se por um lado os componentes gramaticais não poderiam corresponder a aspectos formais, de modo a constituir-se à revelia de aspectos empíricos; por outro, dados empíricos não poderiam estabelecer a certeza. De resto, que as proposições se disponham igualmente ao fluxo contínuo de nossas práticas é signo de que a possibilidade de ocorrer alterações significativas nos princípios de manipulação simbólica inscreve-se na própria linguagem. Isto quer dizer que a própria gramática define suas relações com a realidade.

A consideração dessa certeza como assente elabora uma *forma* de agir. As nossas práticas desenham assim um campo no qual nossas expressões são significativas; do contrário, a necessidade que atravessa a linguagem deveria manter-se infensa ao curso pragmático que a articula. Em algum sentido, são os nossos procedimentos que tornam as nossas práticas possíveis. Mas, se é assim, os nossos procedimentos devem sedimentar a *Weltbild* à qual devem também se subordinar. Afinal de contas, “nosso discurso adquire seu significado a partir do resto de nossos procedimentos”.<sup>177</sup>

Por conseguinte, que não seja possível uma dúvida hiperbólica sobre nossos juízos é sinal do modo como os articulamos. As proposições que condicionam as nossas práticas resultam das próprias práticas, pois a sua necessidade varia de acordo com a organização das instâncias fundamentais dos jogos de linguagem. Em sendo assim, aspectos normativos podem relacionar-se com estruturas descritivas sem que a sua especificidade se perca.<sup>178</sup> Por sua vez, a interação entre componentes lógicos e estruturas empíricas está diretamente relacionada com uma certa fluidez dos limites entre gramática e empiria, não havendo,

---

<sup>175</sup> “É claro que nossas proposições empíricas não tem o mesmo estatuto, já que se pode formular uma proposição e convertê-la de proposição empírica em norma de descrição”. (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 167. Cf. também WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 98). Isto, por certo, implica a natureza da necessidade envolvida em nossos jogos de linguagem, na medida em que proposições gramaticais não se reduzem à necessidade que as constitui.

<sup>176</sup> Implica, antes de tudo, preservar a possibilidade de que dados empíricos sejam convertidos em componentes gramaticais.

<sup>177</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 229.

<sup>178</sup> “O que Wittgenstein tenta pensar em comum a todas essas doutrinas é como leis lógicas, gramaticais, atemporais, podem relacionar-se com estruturas empíricas, temporais, sem que se tome o caminho fácil quer de negar a especificidade normativa dessas leis quer de recorrer a uma espécie de facticidade originária donde o eidético pudesse ser retirado a golpes de viradas de consciência.” (GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 269).

portanto, uma nítida demarcação entre o que seja expressão de uma norma e o que seja expressão de uma experiência.<sup>179</sup>

A constituição da necessidade de aspectos normativos não ocorre à revelia das estruturas empíricas com as quais se relacionam e cujo trato condicionam. E mais, a necessidade com a qual se fixam as convicções que esses aspectos normativos veiculam não corresponde a um ponto intrinsecamente óbvio de nosso sistema de crenças, “antes aquilo que o rodeia é que lhe dá consistência”.<sup>180</sup> Desse modo, ao tempo que as práticas deveriam contar com acordos prévios, as proposições que sinalizam tais acordos podem ser reconhecidas apenas no interior das próprias práticas judicativas. Assim, regras de uso estariam situadas no terreno de sua aplicação, ou seja, no mesmo terreno em que se situam as proposições cujo emprego deve se reportar às regras. Portanto, proposições gramaticais não funcionam como base dos jogos de linguagem à maneira de hipóteses que, caso se mostrem falsas, podem ser substituídas por outras. Antes, elas formam a base de “todas as operações com pensamento (com linguagem)”.<sup>181</sup>

O aparente dilema que se forma em torno do primado da prática é semelhante ao envolvido pela afirmação de que o modo como julgamos é resultante de experiências. “Mas como é que elas fazem isso? Pois, a proposição para a qual elas apontam pertence, ela própria, a uma interpretação especial dessas experiências”.<sup>182</sup> Nesse sentido, o conjunto de observações em torno dos §§ 144 e 152 é esclarecedor, pois desenvolve a idéia de que, no interior do sistema das nossas convicções, alguns aspectos permanecem enraizados de tal sorte que não parecem sujeitos a alterações, enquanto outros estariam mais propensos à mudança. Isso, por situar os aspectos normativos como um eixo em torno do qual gira um corpo de juízos.<sup>183</sup> Ora, esta imagem envolve a idéia de que a relação estabelecida com componentes empíricos não desmancha a especificidade de aspectos normativos e que tal relação sedimenta a necessidade característica daqueles aspectos.<sup>184</sup> Com efeito, as proposições que são ponto assente para mim, eu não as aprendo explicitamente, antes sim, eu

---

<sup>179</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 97.

<sup>180</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 144.

<sup>181</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 401.

<sup>182</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 145.

<sup>183</sup> “Este eixo não está fixo no sentido de haver alguma coisa a segurá-lo, mas o movimento em torno dele é que determina a sua imobilidade” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 152).

<sup>184</sup> “O caráter vago das regras e, conseqüentemente, dos conceitos, é o resultado da íntima ligação que a linguagem mantém com nossas ações e suas circunstâncias contextuais: variações nas circunstâncias acarretam mudanças de finalidades e expectativas quanto aos usos dos conceitos, às formas de organizar os conteúdos da experiência.” (MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 154).

as encontro como esse eixo. Porém, ao que nos parece, isso não significa que a produção de juízos deveria contar com a verdade de proposições como pressuposto necessário.<sup>185</sup>

As regras da linguagem assim não podem ser traçadas com independência das práticas. E, em sendo assim, os traços, em alguma medida, transcendentais da linguagem devem ser inseparáveis do uso de expressões lingüísticas, o que acaba por fixá-los com alguma necessidade e relativa independência. Nesse sentido, os fundamentos das práticas lingüísticas não seriam exteriores aos jogos de linguagem, e devem, em certo sentido, se subordinar às regras das quais são expressão, embora enquanto material de fundamentação não joguem o jogo da verdade.

A constituição das regras conceituais não pode sobrevir sem a instituição de uma prática. Em contrapartida, a prática deve contar com um certo *campo de certezas* em torno do qual os movimentos possíveis do jogo de linguagem são definidos.<sup>186</sup> O primado da prática assim é signo de que o estabelecimento de uma prática não necessita da explicitação das suas regras,<sup>187</sup> assim como as regras, embora necessárias, não são suficientes à constituição de uma prática. É por essa via que se deve compreender a afirmação de que as condições de significação são resultantes do uso que deve condicionar. Desse modo, podem apenas indicar usos possíveis já em cotejo com a realidade, jamais determinar todas as possibilidades de emprego de uma expressão, como se correspondessem a princípios gerais.

O domínio de um significado de uma expressão é suficiente para compreender a regra à qual ela se reporta, no sentido de que saber um dos usos possíveis de uma expressão implica dominar uma gramática. Temos assim a correspondência entre os conceitos de “regra” e de “significado”.<sup>188</sup> Por isso, uma alteração nos jogos de linguagem envolveria uma reorganização conceitual que, por sua vez, modificaria o significado das palavras.<sup>189</sup>

---

<sup>185</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 153.

<sup>186</sup> Expressão de GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 214.

<sup>187</sup> Importa ressaltar que não se trata, com isso, de defender o primado da prática em *Da Certeza* como a postulação de uma tese filosófica, como, por exemplo, sugere Rudd. Afinal de contas, como diz o próprio Rudd, o primado da prática corresponde a um resultado descritivo do enfrentamento mais dilatado da idéia presente nas *Investigações* de que o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. Porém, segundo Rudd, “Wittgenstein does not in fact say what many commentators seem think he does, that philosophy cannot advance theses; only that, if it did, everyone would agree with them (PI 128). But of course, he can’t mean that literally, since he insists that we tend to tie ourselves into such confusions that we often cannot see what is right in front us (PI 122, 129). (In which case, nor is it literally true that ‘nothing is hidden’ (PI 435: cf. 126); though it is we who hide things from ourselves – the hiddenness is not in the nature of things.) So he must mean that anyone who is seeing things clearly would agree with whatever theses philosophy advanced. In which case, the primacy of practice might be a legitimate philosophical thesis – one which anyone who was unconfused would assent to as to something obvious. (...). In the end, then, Wittgenstein’s metaphilosophical position does not seem to differ so much from say, Kant’s, or Spinoza’s or Plato’s;” (RUDD, Anthony. *The Primacy of Practice*, p. 155).

<sup>188</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 62.

<sup>189</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 65.



Uma regra de um dado jogo de linguagem não é senão a expressão conceitual dos movimentos permitidos pelo jogo. Portanto, o domínio de um uso possível de uma expressão particular seria suficiente à sua incorporação em nossa linguagem, visto que “um significado de uma palavra é um gênero de sua utilização. Afinal, é o que aprendemos quando uma palavra é incorporada em nossa linguagem”.<sup>190</sup> E, mais ainda, essas condições devem possuir alguma independência. Podemos, então, dizer que a independência característica dos aspectos normativos reguladores das operações lingüísticas significa que é a própria gramática que define as relações que estabelece com a realidade<sup>191</sup>.

Os variados modos de emprego de uma mesma expressão são por certo tecidos pragmaticamente. Porém, disso não resulta que o significado de uma expressão seja mera consequência desse contexto que lhe confere significado. Afinal, o significado não poderia ser determinado unicamente pelo contexto de uso. Qualquer uso possível de uma expressão assim evoca a imagem de mundo que desenha os limites do sentido proposicional. Por isso, não se chega a essa certeza que ampara nossas práticas “seguindo uma linha de raciocínio especial, mas ela está ancorada em todas as minhas *perguntas e respostas*”.<sup>192</sup>

Entranhada em nossas práticas como necessária, a certeza, em certo sentido, nem pode ser pensada. Uma regra não cumpriria a função de expressão da objetividade, caso já não fosse expressão de uma prática. E, bem o sabemos, uma regra que não cumpra tal função não é bem uma regra. No entanto, que seja necessário mais do que regras para estabelecer uma prática não significa que o estabelecimento de uma prática possa ocorrer à revelia das regras. Nessa perspectiva, o domínio de certas regras tanto seria condicional ao estabelecimento de uma prática quanto deveria ser produto dela. Caso contrário, deveríamos aceitar a estranha situação de que uma proposição pudesse ser compreendida com independência de uma gramática.

Nesse sentido, dizer que o estabelecimento de uma prática solicita mais do que regras significa compreender que regras isoladas deveriam também manter-se afastadas das proposições cujo uso é condicionado por essas mesmas regras. Assim, os laços gramaticais que envolvem as proposições (possibilitando a sua articulação significativa) encontram, na prática, o material que as constitui. Gramática e realidade objetiva são armadas conjuntamente, de sorte que, ao se constituir a linguagem como uma prática, a rede conceitual que a envolve não pode corresponder a algo que escape dos limites da própria linguagem.<sup>193</sup>

---

<sup>190</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 61.

<sup>191</sup> Cf. MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 265.

<sup>192</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 103.

<sup>193</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 142.

Assim, as proposições que descrevem uma *Weltbild* não passam de produto dos variados modos de manipulação simbólica e, no entanto, desempenham uma função transcendental. Pois, traduzem aspectos normativos que regulam nossas práticas à medida que constituem a certeza que sustenta nossas operações lingüísticas.<sup>194</sup> Por isso, dizer que uma criança, ao dominar um jogo de linguagem, deve ser capaz de fazer certas coisas seria um pleonasma. Afinal de contas, o domínio envolve já uma prática.<sup>195</sup> Agora, Wittgenstein volta-se contra a idéia de que o domínio de um jogo de linguagem se caracterize pela apreensão de um certo saber básico. Destarte, o domínio de um jogo de linguagem coincide com aprender a agir de acordo com certas regras. E tal domínio é, inclusive, condição para que se possa saber qualquer coisa.<sup>196</sup>

É assim que o aprendizado das cores deve anteceder a pergunta pelo nome de uma cor, o que é signo de que os elementos essenciais ao uso da linguagem são lingüísticos. Esses elementos corresponderiam a instâncias preparatórias do jogo de linguagem, de sorte que não podem corresponder a um lance no jogo, pois são “meios de apresentação”.<sup>197</sup> Em sendo assim, não poderiam possuir as propriedades introduzidas por eles mesmos a partir de ligações com palavras, pois fornecem regras de um gênero muito singular, “cuja função é apenas permitir o início dos jogos, mas apenas com as quais os jogos ainda não podem iniciar”.<sup>198</sup>

Com isso, nomeação e descrição não se situam no mesmo nível. A nomeação, uma vez preparatória à descrição, não pode constituir-se como um lance no jogo de linguagem, assim como colocar um peão em seu lugar no tabuleiro não é ainda um lance no jogo de xadrez.<sup>199</sup> Esses elementos mínimos não podem também independer das práticas lingüísticas, cuja possibilidade, em algum sentido, eles demarcam, pois um nome tem significado apenas ao ser empregado no jogo de linguagem.

Ao se mostrar capaz de agir de acordo com as regras constitutivas de um jogo particular, uma criança deve ter dominado esses elementos mínimos da significação. Posto que condicionais, não têm o seu domínio em separado do aprendizado das técnicas envolvidas pelo jogo de linguagem. Ou seja, dominá-los não é algo que pode ocorrer em separado das práticas.

---

<sup>194</sup> MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 57-58.

<sup>195</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 534.

<sup>196</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 538.

<sup>197</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 50.

<sup>198</sup> MORENO, Arley. *Introdução a uma Pragmática Filosófica*, p. 99.

<sup>199</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 49.

O domínio de uma linguagem envolve o engajamento em práticas que caracterizam modos de manipulação simbólica. Portanto, desenham a base dos jogos de linguagem. Assim, o seu domínio não seria possível sem que os “meios de apresentação” fossem apreendidos, pois correspondem às condições mínimas do aprendizado das técnicas lingüísticas. De algum modo, as condições mínimas de constituição de uma linguagem coincidem com as condições mínimas do aprendizado das técnicas aí implicadas. No sentido de que, o aprendizado da linguagem, à medida que envolve o domínio de uma gramática, não poderia dispensar a apropriação desses mesmos elementos. Alguém, por exemplo, que esteja apto a cumprir a ordem “traga-me um livro” deve dominar o significado da palavra ‘livro’ ou deve, quando menos, estar apto a consultar um dicionário, o que implica o domínio do significado de outras palavras. Afinal, o cumprimento dessa ordem poderia suportar uma verificação que atestasse a percepção, envolvendo a dúvida sobre se o que se vê é realmente um livro, mas não uma dúvida a respeito do significado da palavra ‘livro’. A dificuldade aqui é compreender como o significado pode corresponder a um fato empírico.

“A própria dúvida baseia-se apenas naquilo que está além da dúvida.”<sup>200</sup> Nesse sentido, as práticas lingüísticas devem contar com uma convicção de fundo caracterizada pela certeza de alguns juízos empíricos. Ou seja, os processos constituintes dos jogos de linguagem tendem a situar certos juízos fora do alcance da dúvida. Esse caráter marca a regularidade do uso da linguagem, pois não é que certas coisas devam permanecer indubitáveis para que um jogo de linguagem seja possível, mas *em regra (in der Regel)* certos juízos empíricos não devem ser postos em questão nem ser formulados.<sup>201</sup>

## V. Pragmatismo e Objetividade

A certeza deve subordinar-se aos movimentos que a constituem, de modo que o conjunto de razões de uma *Weltbild* conserva em sua natureza a possibilidade de reorganização. Nesse sentido, a necessidade dessa certeza quanto mais envolve a convicção de que regras não seriam arbitrárias menos ela poderia desfazer-se do fluxo pragmático. A impossibilidade de constituição das regras com independência de sua aplicação significa também que a aplicação não corresponde apenas à determinação de regras.<sup>202</sup> Ou seja, essas

---

<sup>200</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 519.

<sup>201</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 519.

<sup>202</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 421.

regras exprimem limites da aplicação que mantêm a possibilidade de alteração. Com isso, os limites entre o significativo e o não significativo não podem ser decididos de uma vez por todas.

A *Weltbild* é então signo inequívoco da objetividade da certeza que as proposições gramaticais exprimem, de modo que as suas razões constitutivas não são tecidas à maneira de hipóteses. Elas antes condicionam o nosso modo de produzir hipóteses. Assim, dilui-se a possibilidade de relativismo. E sinal disso é que o emprego de uma proposição em desacordo com o conjunto de razões da *Weltbild* sequer poderia constituir-se como discordante. Nesse caso, a compreensão lingüística não seria possível.<sup>203</sup> Contudo, proposições não poderiam sequer ser falsas a não ser em relação a uma imagem de mundo. E que as práticas devam guardar a possibilidade de alteração quer dizer que alguns fatos poderiam interromper o seu curso normal, de modo que a necessidade envolvida nelas seria dissolvida.

“Assim estou tentando dizer algo que soa a pragmatismo.”<sup>204</sup> Aos olhos de Wittgenstein, essa afirmação não seria uma constatação que pudesse traduzir, com fidelidade, algum resultado de sua filosofia. Ao contrário, trata de reiterar a recusa de que algum resultado filosófico de *Da Certeza* seja lido como pragmatismo.<sup>205</sup> A certeza que ampara as nossas práticas não pode ser senão objetiva e, no entanto, não pode ser infalível. Essa certeza forma a base da ação e do pensamento, pois a convicção de fundo que ela desenha é essencial ao curso de nossas práticas.<sup>206</sup> Proposições gramaticais não exprimem assim uma certeza

---

<sup>203</sup> “The world picture is not true in the sense of not agreeing with actual states of affairs” (SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 331).

<sup>204</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 422.

<sup>205</sup> Moyal-Sharrock pretende que *Da Certeza* inscreva-se como pragmatismo à medida que a perspectiva pragmatista seja concebida simplesmente como um movimento centrado no primado das práticas. Ela se serve da distinção feita por Robert Brandom entre uma concepção larga e uma estrita do pragmatismo. Consoante a essa distinção, enquanto uma concepção larga do pragmatismo centra-se na relação entre as crenças e a utilidade, uma concepção estrita volta-se para a relação entre as crenças e as práticas. Com isso, Moyal-Sharrock pretende filiar Wittgenstein a uma perspectiva pragmatista diferente da que ele rejeita, fazendo-o pertencer à família de filósofos que acentua o primado do agir. “The later Wittgenstein is a pragmatist in a broad sense. His viewing meaning in terms of *use*, his insistence on the anthropological and logical primacy of the *deed* over a word (In the beginning was the deed”) and his revaluation of some of our words as deeds largely justify his affiliation to *broad pragmatism*.” (MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Logic in Action*, p. 126.) Moyal-Sharrock invoca em auxílio de sua leitura Jacques Bouveresse e Hillary Putnam. O primeiro distingue um pragmatismo à William James baseado na utilidade de um pragmatismo de vertente peirceana que pode ser definido como um método de análise ou clarificação conceitual, não concernido com a verdade, justificação ou racionalização de nossas crenças. A perspectiva de Wittgenstein, então, integraria a linhagem de pragmatismo peirceano. Já o segundo sugere que, ainda que Wittgenstein não seja um pragmatista em sentido estrito, ele partilharia uma central – e talvez, a principal – ênfase do pragmatismo, a saber: “a ênfase sobre o primado da prática.” A atribuição de pragmatismo a Wittgenstein interessa a Moyal-Sharrock na medida em que a sua leitura identifica – e a um só tempo – os pontos de vista anti-cético e falibilista como o mais distintivo traço da perspectiva pragmatista. E se não nos deve interessar, não é simplesmente em razão de Wittgenstein afirmar explicitamente, e se repetir em sua afirmação, que a sua reflexão não redundava em pragmatismo, mas sim porque nos interessa entender o significado dessa afirmação de Wittgenstein.

<sup>206</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 411.

subjetiva, pois uma, por maior que fosse, não seria suficiente para a sedimentação da base dos jogos de linguagem.

Signo da objetividade dessa certeza básica, não é possível renunciar às proposições gramaticais sem que todos os meus juízos desmoronem ao mesmo tempo.<sup>207</sup> Em algum sentido, a afirmação do § 422 registra uma tensão, pois parece ser o fato de a certeza ser objetiva e não poder ser infalível que possibilita a suspeita de pragmatismo. Ora, os §§ 411, 414, 415 e 419 assinalam como certas proposições traduziriam aspectos condicionais do funcionamento dos jogos de linguagem. Ao tempo que os §§ 420 e 421 afirmam que as regras que condicionam o uso da linguagem não podem ser determinantes absolutos.

A arbitrariedade característica do condicionamento gramatical não permite que o estatuto lógico da necessidade seja comprometido.<sup>208</sup> E, com isso, a autonomia da gramática está resguardada. Além do mais, ao situar as condições lógicas da significação no terreno das práticas, Wittgenstein retira das regras constitutivas dos jogos de linguagem o peso ontológico marcado pela atribuição de essência às proposições que funcionam como condições elementares da significação.<sup>209</sup>

É signo da função especial desempenhada por essas proposições que um jogo de linguagem permaneceria o mesmo caso proposições consideradas verdadeiras em um dado momento passassem a ser consideradas falsas e vice-versa. Afinal de contas, proposições no interior de um jogo de linguagem devem ter sentido, de sorte que ser verdadeira em um momento não poderia apagar a possibilidade de ser falsa em outro. Porém, se alterada alguma proposição de base, “não mais se pode dizer que jogamos o mesmo jogo”.<sup>210</sup>

Nessa medida, temos delineados dois níveis do discurso distinguíveis pela função que exercem nos jogos de linguagem: o nível das proposições gramaticais e o nível das empíricas. O nível das proposições gramaticais marca a possibilidade dos jogos de linguagem, pois não haveria descrições sem essas proposições de base. Uma proposição gramatical, como salientamos, pode tornar-se empírica e vice-versa. No entanto, essa possibilidade não compromete a relação de condicionamento entre gramatical e empírico.

---

<sup>207</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 419. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 415.

<sup>208</sup> Cf. MORENO, Arley. Comentário de Arley Ramos Moreno “Erro, Ilusão, Loucura”. In: PRADO JR. Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 69. “Concordo plenamente que, desde o *Tractatus*, para Wittgenstein os conjuntos de leis naturais e de princípios básicos das imagens do mundo – os axiomas da mecânica e, posteriormente, as proposições gramaticais – não têm sentido, i. e., não possuem valor de verdade, e, ao mesmo tempo, possuem o caráter de necessidade e são arbitrários. Arbitrários, no sentido de que não resultam de inferências, mas de escolhas que poderiam ser outras. Todavia, *não são* arbitrários no sentido de que dão conta eficazmente das situações que exprimem (...)”.

<sup>209</sup> PRADO JR. Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 31.

<sup>210</sup> PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 35.

Já que as proposições gramaticais são arbitrárias, no sentido de que são resultantes de escolhas que poderiam ser outras, a *Weltbild* que enforma os nossos juízos poderia também ser outra. Todavia, que seja esta ou aquela não é um produto de uma escolha. A cena descrita pelo § 420 é esclarecedora, quer no sentido de que traduz de modo radical a idéia de que proposições gramaticais não contêm saber algum, quer no sentido de que essas proposições veiculam aspectos lógicos em relação aos quais um erro não faria sentido. Trata-se então de afastar uma certa subjetividade do emprego desses aspectos condicionais.<sup>211</sup>

Porém, a arbitrariedade com que certos juízos são estabelecidos, como base de nossas operações judicativas, parece permitir a suposição de que uma proposição é verdadeira se serve a determinados propósitos, de tal sorte que uma *Weltbild* seria adquirida conforme a sua eficácia em dar conta de certas situações. No entanto, para além de toda dúvida razoável, a certeza em relação a certos juízos deve subsistir porque condicional às operações judicativas. Diz Wittgenstein, que está certo de que vive no mesmo quarto há semanas e que a sua memória não o engana, assim como está certo de que está vivendo agora na Inglaterra, não sendo possível um engano *razoável* a esse respeito. Porém, é possível que muitas pessoas entrassem em seu quarto e declarassem o contrário ou mesmo apresentassem provas. Ora, nesse caso, ou se veria como louco entre normais, ou como normal entre loucos.<sup>212</sup> É verdade que poderia, com isso, até alimentar alguma dúvida a respeito de estar na Inglaterra. Mas, mesmo quando a possibilidade de dúvida é, de modo claro, legítima, a ausência de dúvida não falsifica necessariamente o jogo de linguagem.<sup>213</sup>

Mesmo quando possível, uma dúvida não é necessária. E, talvez, ao lançar mão da dúvida, os modos de descrição é que se veriam contrariados a ponto de tornar fluido o que o modo de agir tomara como rígido. Todavia, com isso, o jogo de linguagem é que se veria falsificado, pois essa dúvida não se dirigiria a uma descrição, mas às condições lógicas da descrição. Assim, diante de uma legião de pessoas que contrariassem um juízo do gênero “eu estou na Inglaterra”, poderia apenas se situar como desagregado, no sentido de que o resto de suas convicções o constrangeria a não abandonar tal juízo. Afinal, “para onde quer que se voltem os meus pensamentos e como quer que eles sejam, confirmam-me que estou na Inglaterra”.<sup>214</sup> Porém, isso não quer dizer que esteja excluída a possibilidade de que ocorra algo capaz de fazer ruir a base dos jogos de linguagem, o que não é senão decorrente de que a

---

<sup>211</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 415.

<sup>212</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 420.

<sup>213</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 375.

<sup>214</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 421.

constituição da significação ocorre no interior das práticas lingüísticas. É essa então a causa da suspeita de pragmatismo, o qual deve ser prontamente recusado.

O conhecimento parece repousar sobre o *reconhecimento*, pois a base constituída pelas proposições (resultado de convenções), “sem expressar qualquer conhecimento, fornece regras gerais para as operações de combinação e de comparação conceituais que levam ao conhecimento”.<sup>215</sup> E, como assinalamos, não é por um processo inferencial que chegamos ao que essas proposições enunciam. Elas descansam, afinal, na base dos processos judicativos, sendo contadas como certas “para além de toda dúvida razoável”.<sup>216</sup>

Em *Remarks on The Philosophy of Psychology*, afirma Wittgenstein, “eu não estou a dizer que se uma proposição for útil, é verdadeira”<sup>217</sup>. Essa afirmação justifica a negativa à pergunta que lhe atribui o título de pragmatista. Tal atribuição envolveria um equívoco em relação à idéia de que apenas o uso pode conferir um sentido à proposição. Em resposta à suspeita de pragmatismo, Wittgenstein reitera que é somente no interior da dinâmica do jogo de linguagem que uma proposição tem sentido. Isso, depois de um bloco de observações no qual recusara que o significado seja tributário de estados mentais.

Em sendo assim, importa a esse bloco de observações explorar a idéia de que o domínio do significado de uma palavra não pode ocorrer com independência de seu uso. O que envolve duas idéias presentes em *Da Certeza*: (1) a significação é constituída no interior de práticas lingüísticas; (2) apenas no uso uma palavra tem significado. Assim, dominar uma linguagem implica o domínio de um conjunto de técnicas de articulação de expressões lingüísticas.<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> MORENO, Arley. Comentário de Arley Ramos Moreno “Erro, Ilusão, Loucura. In: \_\_\_\_\_. *Erro, Ilusão, Loucura*: ensaios, p. 58.

<sup>216</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 416.

<sup>217</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Philosophy of Psychology*, Vol. I, § 266.

<sup>218</sup> Posto isto, o pragmatismo cuja atribuição Wittgenstein rejeita é aquele sumarizado por Moore em “William James’ ‘Pragmatism’”. Nesse texto, Moore analisa o pragmatismo defendido por William James em *Pragmatism: A New Name for some Old Ways of Thinking: Popular Lectures on Philosophy* e resume as suas idéias assim: “We may, I think, distinguish three different things which he seems particularly anxious to assert about truth. (I) In the first place, he is plainly anxious to assert some connection between truth and ‘verification’ or ‘utility’. Our true ideas, he seems to say, are those that ‘work’, in the sense that they are or can be ‘verified’, or are ‘useful’. (II) In the second place, he seems to object to the view that truth is something ‘static’ or ‘immutable’. He is anxious to assert that truths are in some sense ‘mutable’. (III) In the third place, he asserts that ‘to an unascertainable extent our truths are man-made products’”. (MOORE, Edward George. William James’ “Pragmatism”, p. 97-98. Com razão, Moyal-Sharrock afirma que “Wittgenstein resists affiliation with pragmatism because he does not want *his* use of *use* to be confused with the *utility* use of *use*. For him, it is not that a proposition is true if it is useful, but that use gives the proposition its sense. In fact, Wittgenstein’s *use* has no internal connection to truth at all; it is *meaning*, not truth, that is internally linked to use. As to foundational beliefs, truth does not even apply to them (OC 205), but nor does Wittgenstein want to end up saying that a proposition is *certain* if it is useful.” (MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Logic in Action*, p. 125.). Contudo, ao que nos parece, indicar qual perspectiva pragmatista Wittgenstein recusa não significa dizer que Wittgenstein não recusaria outra perspectiva pragmatista. Afinal de contas, Wittgenstein trata de reiterar que recusa a atribuição dessa modalidade de pragmatismo à sua reflexão, e não que aceita qualquer outra.

Dessa maneira, a significação como produto do emprego de expressões lingüísticas é, dentre outras coisas, sinal da recusa a qualquer analogia do significado com a vivência de um estado mental. Afinal, dominar o significado de uma palavra não envolve conhecimento, pois um tal domínio marca as condições lógicas de possibilidade do conhecimento.<sup>219</sup> Ademais, os processos pelos quais a significação é estabelecida são compreendidos como empíricos. Que uma palavra tenha um significado particular é um fato, porém sedimentado pelas nossas práticas como regra condicional ao seu uso significativo, de sorte que esse fato deve contar com certa independência em relação aos processos empíricos.

Assim, certos fatos, “uma vez elaborados no interior de práticas diversas, ganham o estatuto convencional de regras para o uso do simbolismo”.<sup>220</sup> Como tais regras devem dar conta das situações cujos limites elas exprimem, uma *Weltbild* deve mostrar-se capaz de dar conta das situações cujos limites condiciona, mas que não poderia prever de modo absoluto. Embora os lances de um jogo de linguagem estejam subordinados às regras de uso, o jogo de linguagem não deixa de ser imprevisível, pois novas manipulações podem ser inventadas. Desse modo, os aspectos normativos que condicionam as práticas lingüísticas correspondem a acordos prévios, no sentido de que o curso das práticas considera o engajamento em torno deles como essencial à construção da objetividade. O significado como relativo ao uso quer dizer também que a certeza não se sedimenta sozinha. E seguir regras não seria um produto de nosso arbítrio, como se pudéssemos decidir pela verdade ou falsidade de uma proposição de acordo com sua utilidade. Em igual medida, para que se tenha uma dúvida é necessário antes julgar de acordo com a humanidade.

As proposições que descrevem uma imagem de mundo estruturam o discurso significativo, porquanto expressam limites conceituais. Porém, como assinala Schulte, não é fácil reconhecer, nas proposições aludidas por Wittgenstein em *Da Certeza*, essas formas estruturantes.<sup>221</sup> O que seria inversamente proporcional à dificuldade com que podemos imaginar um contexto significativo para proposições como “a terra existiu há muito tempo antes de meu nascimento” ou “eu jamais fui uma mulher”. Por conseguinte, a mitologia, que marca a linha divisória entre os níveis do discurso, não parece impregnar-se dos elementos envolvidos por essas proposições, nas quais não se reconhece uma estrutura fundante do discurso. A caracterização das proposições que descrevem uma imagem de mundo não é dúctil a essas proposições. Proposições gramaticais relativas às cores, aos olhos de Schulte,

---

<sup>219</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Philosophy of Psychology*, § 263, Vol. I.

<sup>220</sup> MORENO, Arley, Comentário de Arley Ramos Moreno “Erro, Ilusão, Loucura”. In: PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*. p. 59.

<sup>221</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 333.



expressariam melhor a função desempenhada por proposições que descrevem uma imagem de mundo.

Para reforçar a sua posição, Schulte escolhe como exemplo proposições da certeza que, aparentemente, não se subordinariam à caracterização de imagem de mundo.<sup>222</sup> Porém, Schulte vai mais longe: “As far as I can see, there is no such structure to be found amount these sentences”,<sup>223</sup> em oposição às proposições basilares de um sistema cromático. Proposições do tipo “isto é amarelo”, “isto é vermelho” ou “isto é sangue” são constitutivas de uma estrutura que não só enforma modos de lidar com o mundo, “mas nos permite desenvolver modelos similares, contudo diferentes, que servem ao mesmo propósito”.<sup>224</sup> Uma proposição do tipo “A é um objeto físico” seria uma dessas proposições empregadas como regras de articulação simbólica, uma vez que estabelecidas em um nível do discurso no qual não é significativo se perguntar pela sua verdade. Uma tal proposição, nesse caso, explicitaria o significado das expressões “objeto físico” ou “A”.<sup>225</sup>

Ora, as proposições a que Wittgenstein se refere em *Da Certeza* são todas (ou grande parte delas) proposições que descrevem uma imagem de mundo. Afinal de contas, estruturam o quadro de referências com o qual deve contar o uso de expressões lingüísticas, por desenhar um horizonte em torno do qual são traçados os limites do significativo.<sup>226</sup> Mas o que quer dizer proposições tais como “eu sei, não estou apenas supondo, que aqui está minha mão” sejam proposições da gramática? Uma vez que essas proposições descrevem uma imagem de mundo, diria Schulte, a sua especificidade não permite que funcionem em sua forma mooreana, pois dizer que elas descrevem uma imagem de mundo retiraria o acento subjetivo dado por Moore. Assim, essas proposições “are neither normal sentences nor sentences that are very useful under normal circumstances.”<sup>227</sup>

A peculiaridade de proposições gramaticais diz respeito às condições mínimas para o domínio de uma linguagem. Tais condições, por sua vez, envolvem a capacidade de julgar de acordo com elas. Nesse sentido, uma proposição que cifra a certeza relativa ao saber que tenho uma mão relaciona-se com o uso das expressões lingüísticas do jogo ao qual pertence

---

<sup>222</sup> “At least twice he alludes to propositions that are descriptive of a world-picture (OC, §§95, 162), but, as far as I can see, he never actually gives an explicit example of a proposition which describes a world-picture.” (SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 326).

<sup>223</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 333.

<sup>224</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*. p. 332.

<sup>225</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 36.

<sup>226</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 120: “We shall see that, like all others hinges [proposições gramaticais], *personal* hinges act as logical or grammatical rules; they are not empirical or epistemic propositions, but constitute the underived, inarticulate starting points of what it makes sense for an individual to say of herself. Within the set of *personal* hinges, I distinguish between *autobiographical* and *perceptual* hinges, the latter including both external perception and autoperception.”

<sup>227</sup> SCHULTE, Joachim. *World-picture and Mythology*, p. 327.

proposição “eu sei, não estou apenas supondo, que vejo vermelho”.<sup>228</sup> Na mesma medida, a hipótese de que todas as coisas que nos cercam não existem equivale à hipótese de que tenhamos errado todos os nossos cálculos. Afinal, tal dúvida não preservaria o que é condição do ato de duvidar, a saber: uma amostra de um objeto existente ou de um cálculo correto.<sup>229</sup>

Dizer que uma proposição é gramatical significa que não se trata de uma proposição temporal (“Also *nicht* temporal”<sup>230</sup>). Afinal, não se trataria de uma hipótese a ser confirmada ou infirmada pela experiência. Porém, por ser *zeitlos* uma proposição, não quer dizer que tenha “um fundamento atemporal e extralingüístico”, mas que expressa relações internas, ou seja, relações entre certas palavras que a constituem como um paradigma lingüístico.<sup>231</sup> E assim a desimportância do acento subjetivo é signo de que, tal como não teria sentido a negação de uma proposição gramatical, não teria sentido dizê-la em circunstâncias normais, pois ela nada acrescentaria à descrição.<sup>232</sup>

“Eu sei” se refere a uma determinação lógica.<sup>233</sup> Nessa medida, se proposições do tipo “eu sei que isto é um pedaço de papel” são gramaticais, são equivalentes a proposições do tipo “isto é vermelho”. Desse modo, a expressão “há objetos físicos”, implicada pela proposição “eu sei, não estou apenas supondo, que isto é minha mão”, possui o mesmo estatuto lógico que a expressão “há cores”. Esta, por sua vez, é constitutiva da proposição “eu sei, não estou apenas supondo, que vejo vermelho”. É certo que proposições gramaticais sobre as cores traduzem, de modo mais claro, o papel estruturante que proposições da gramática cumprem nos jogos de linguagem, talvez pelo fato de que proposições sobre as cores travam mais explicitamente relação com a percepção, ao contrário de proposições gramaticais que parecem encerrar uma modalidade de saber.

As proposições gramaticais não formam uma massa homogênea. Algumas proposições são mais centrais que outras em nosso sistema de crenças. Com efeito, as proposições “isto é amarelo” ou “amarelo é uma cor” seriam bem mais centrais no nosso sistema de crenças do que a proposição “eu jamais fui uma mulher”. Assim, se proposições gramaticais sobre as cores são signo de que a percepção resulta de relações lógicas, as proposições gramaticais da certeza, em igual medida, são expressão de aspectos normativos estruturantes da experiência.

Afinal, assim como ao compararmos proposições gramaticais cromáticas a proposições da certeza, concluímos que certas proposições são mais centrais. Tal comparação

---

<sup>228</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 57.

<sup>229</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 56.

<sup>230</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 57.

<sup>231</sup> SALLES, J. C. *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, p. 230.

<sup>232</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 58.

<sup>233</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 59-60.

teria igual efeito caso comparássemos proposições de um sistema cromático entre si, bem como proposições da certeza. Nesse sentido, a proposição “eu jamais fui uma mulher” é menos central que “meu corpo jamais desapareceu e reapareceu depois de um intervalo”. No entanto, a gramática é plana e do fato de uma proposição gramatical ser menos central não resulta que a necessidade que a perpassa seja mais maleável. É, por fim, nesse sentido que proposições gramaticais podem descrever uma imagem de mundo – o que significa que modelos prévios e, no entanto, resultantes de nossas práticas, desenham modos de lidar com o mundo, no sentido de que expressam limites conceituais, demarcando as elaborações simbólicas possíveis, mesmo que não de modo terminante.

## CONDIÇÕES DE SENTIDO E FATOS

### I. Descrição Gramatical e Uso Efetivo

“Você deve olhar para a prática da linguagem e então verá isso”<sup>234</sup>. Essa recomendação, aparentemente, nos devolve ao solo do senso comum no qual todas as questões filosóficas encontrariam sua dissolução. Revolver o olhar para as práticas comuns impediria ao filósofo de dizer qualquer coisa sem sentido. Afinal, em filosofia, retornamos a certas expressões como que por encanto. Contraposta ao senso comum, a interrogação filosófica assim se diluiria a ponto de o filósofo se ver livre daquilo que lhe perturba o entendimento, como se a recondução das palavras do sentido metafísico ao cotidiano o redimisse. Porém, essa renúncia não corresponderia à suspensão do discurso, antes sim, a filosofia requer o abandono de certas construções simbólicas sem sentido. Mas, por conta disso, o trabalho filosófico não se torna mais fácil, pois abandonar uma expressão afigura-se tão penoso quanto reter lágrimas ou conter um acesso de cólera.<sup>235</sup> Por essa perspectiva, a advertência de Wittgenstein não parece se tratar da afirmação de um autor que, à maneira de um naturalista, se abandonaria à experiência natural, se entregaria ao senso comum, convocando-o a depor contra a filosofia.

Todavia, em *Da Certeza*, o senso comum parece ser uma saída de enigmas filosóficos, um último recurso argumentativo. Com expressões do tipo “Mein leben zeigt” (§ 7), “Wohin ich schaue...” (§ 123), “Das ist es eben” (§ 219), “Mein leben besteht darin, dass...” (§ 344), “Es sthet da – da unser Leben” (§ 559), Wittgenstein parece devolver as questões filosóficas a um solo cotidiano. Mas até aqui o que temos é apenas a suspeita de que um tal recurso

---

<sup>234</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 501.

<sup>235</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 161.

coincide com um aspecto argumentativo essencial à reflexão. E a pergunta a ser feita seria pela função exercida por esse recurso argumentativo, ou seja, em que medida esse recurso tão freqüente equivaleria a responder questões filosóficas, apelando para a experiência comum? Afinal de contas, se por um lado um tal recurso indica o quanto o trabalho descritivo deve restringir-se aos jogos de linguagem; por outro, esse mesmo trabalho descritivo agrega o uso efetivo de expressões lingüísticas como mais uma modalidade possível de uso. Com isso, o trabalho descritivo desenha as condições de normalidade dos jogos de linguagem, podendo, em seu cômputo final, assinalar: “So ist eben dieses Sprachspiel.”<sup>236</sup>

Não parece pairar qualquer dúvida sobre a idéia de que esse seja um resultado descritivo. Afinal, os mecanismos constitutivos dos jogos de linguagem devem traduzir-se em modalidades por que as regras gramaticais são especuladas. Trata-se, pois, de regras internas de manipulação simbólica que desenharam os limites do sentido. O que se afirma com isso é que a dúvida deve ser afastada como sem sentido, porque a certeza fundante dos jogos de linguagem é de natureza lingüística. Nessa medida, duas questões se irmanam. A primeira diz respeito ao fato de que o trabalho descritivo encontra em elementos fundamentais um ponto intransponível. Além disso, o trabalho descritivo não ultrapassa os limites tênues, mas necessários, desenhados pelo exercício de elementos mínimos.<sup>237</sup> A segunda, por sua vez, relaciona-se com a idéia de que esses elementos correspondem a construções lingüísticas que aparentemente não poderiam ser justificadas por nada de mais evidente. Embora se entremesquem, essas duas questões devem ser reconhecidas como distintas, pois nelas temos separados o resultado do trabalho filosófico e o seu objeto de investigação.

Assim, a questão deste capítulo diz respeito ao papel desempenhado por fatos na sedimentação dessa certeza que se afigura impreterível ao funcionamento da linguagem. Uma outra questão, intrinsecamente relacionada, concerne ao papel exercido pela experiência na constituição da necessidade em terreno pragmático<sup>238</sup>. Em alguma medida, essas duas questões podem, sem prejuízo algum, ser reduzidas à primeira, visto que a experiência, compreendida em sentido amplo, é já resultante de manipulações simbólicas. Isso implicaria, antes de tudo, perguntar-se pela relação entre linguagem e realidade. A preeminência dessa questão é ainda acentuada em virtude de a necessidade situar-se em contexto pragmático e a relação entre linguagem e realidade parecer estabelecer-se sem cesura alguma.

A noção de concordância com os fatos é tanto mais importante quanto mais explícita a sua relação com o que resta como condições de sentido. A relação entre lógica e experiência,

<sup>236</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 56.

<sup>237</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 501.

<sup>238</sup> Tratamos dessa questão no próximo capítulo (“Gramática e Experiência”).

não mais em sentido amplo, é posta em questão. Pois, ao perguntar-se pela correspondência entre conceitos e fatos, a nossa análise não pode preterir um traço essencial da reflexão de *Da Certeza*, quando do enfrentamento dessa questão, a saber, a interrogação pela formação de nossos conceitos. Nessa medida, uma análise do papel desempenhado pelo recurso ao uso efetivo no trabalho descritivo deve ser feita em contraposição à mobilização do senso comum na filosofia de Moore. Com efeito, trata-se de assinalar o modo próprio de o trabalho descritivo lidar com os fatos, já que lhe importa cuidar unicamente das relações internas que tramam o sentido das expressões lingüísticas.

O trabalho descritivo não pretende descobrir laços causais entre fatos e a formação de conceitos, dirigindo-se antes sim às relações internas, porque gramaticais. Os laços constitutivos da base dos jogos de linguagem podem ser reconhecidos unicamente na prática do jogo. Por isso, explica-se o recurso ao modo de funcionamento dos jogos de linguagem tão recorrente em *Da Certeza*, o qual não parece ser uma novidade na obra. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein assinalara que um acordo prévio embasaria o funcionamento dos jogos de linguagem, pois “um jogo é jogado de acordo com regras definidas”.<sup>239</sup> Mas, como é que as regras de um jogo seriam assimiladas pelo aprendiz se podem ser reconhecidas apenas na prática do jogo? A resposta de Wittgenstein a essa questão não envolve tergiversação alguma: “Aprende-se o jogo observando-se como os outros jogam”.

As regras se inscrevem nas práticas que o jogo envolve de sorte a defini-lo. Assim, agir em desacordo com tais regras implicaria jogar um outro jogo, não meramente errar. As regras definidoras de nossas práticas são signo dos limites do campo do significativo, de sorte que se inscrevem na natureza de nossos variados jogos de linguagem “como uma lei natural governando o jogo”. A ênfase aqui deve ser no *como*. Em sendo essas regras resultantes das práticas, não podem ser senão convenções que, todavia, reclamam necessidade. Condicionam o tráfego lingüístico sem que possam furtar-se aos movimentos que caracterizam esse mesmo tráfego.

As regras do jogo, já que o definem, são postas como ponto inexorável pelo conjunto de práticas que o caracterizam. Perfazem um arranjo condicional das nossas formulações lingüísticas, de forma que assinalam o acordo prévio cuja constituição sedimenta a objetividade das manipulações simbólicas. “Pois que como eu sei que alguém duvida? Como eu sei que ele usa as palavras ‘eu duvido disso’ tal como eu?”<sup>240</sup> Com efeito, em sendo a dúvida um procedimento que deve subscrever-se no interior do jogo, as regras definidoras do

---

<sup>239</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 54.

<sup>240</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 124.

jogo estabelecem-se como limites da dúvida. Mas, se mesmo uma dúvida não poderia formular-se à revelia do acordo, qualquer que seja a manipulação simbólica não poderia ser significativa senão em ajuste com as regras. Em certo sentido, elas não deixam de ser a tradução de certos fatos postos como ponto assente. Assim, uma dúvida estendida a todos os fatos incorporados pelo jogo de linguagem desmancharia a possibilidade de certeza acerca do significado das palavras.<sup>241</sup> Portanto, uma dúvida assim não poderia ser formulada.

Aqui então o recurso ao modo de funcionamento dos jogos de linguagem alia-se à expressão do lema dessas observações de Wittgenstein, a saber, “o próprio jogo da dúvida pressupõe a certeza”<sup>242</sup>. A certeza ademais seria subjacente a todo pensamento e, por conseguinte, a toda manipulação simbólica, já que lhe confere uma forma. E não poderia ser de todo abandonada sem que as práticas fossem interrompidas. A necessidade peculiar à certeza proporciona limites às práticas, delimitando as fronteiras do sentido. Uma dúvida é tida por sem sentido, não em razão de regras formais, cujo emprego estipularia os limites de razoabilidade de nossas ações. As próprias práticas, cujos contornos envolvem o ato de dúvida, circunscreveriam os limites de operação significativa de uma dúvida, pois “uma dúvida que duvidasse de tudo não seria uma dúvida”.<sup>243</sup>

Isso sinaliza a preponderância do uso de expressões lingüísticas na constituição do sentido – o que, de resto, não retira dos elementos gramaticais resultantes das práticas a autonomia que lhes permite regulá-las. Todavia, posto que resguardada a autonomia, a separação entre a prática e suas regras não pode ser traçada à medida que estas passem a corresponder a princípios formais, determinantes absolutos das práticas. A interrogação de Wittgenstein não pode assim preterir a pergunta pelas conseqüências práticas de operações lingüísticas em desacordo com as regras do jogo. E mais, manipulações simbólicas estão implicadas dentre as conseqüências práticas. Certas expressões, por exemplo, deixariam de ter sentido, enquanto outras passariam a ter pleno sentido no jogo de linguagem.

A descrição dos jogos de linguagem, voltada à pergunta pela função exercida por proposições gramaticais em nosso sistema de juízos empíricos, não pode furtar-se do uso efetivo, pois a distinção entre proposições gramaticais e empíricas somente pode ser traçada no uso. Por isso, dentre outras razões, importa ao trabalho descritivo menos a pergunta pelo estatuto de proposições gramaticais do que pelo papel que elas exercem em nossos jogos de linguagem. Essas proposições, embora não abandonem *de todo* o tráfego empírico,

---

<sup>241</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 114.

<sup>242</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 115.

<sup>243</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 450.

*condicionam*, em algum sentido, a experiência. A necessidade aqui não se afirma a partir do afastamento da experiência; antes sim, o contato com a experiência é que parece garanti-la.

E, se não se abandona à experiência natural como se fora um naturalista, Wittgenstein tampouco procede à maneira do filósofo do senso comum, pronto a mobilizar o trivial em favor da afirmação dos resultados de sua empreitada filosófica.<sup>244</sup> Por certo, não se encontra tal empreitada eivada do recurso ao senso comum, conduzindo o interlocutor a assentir com sua argumentação, porque se aponta o uso efetivo como único possível. Afinal de contas, embora a razão de não poder ser formulada a proposição “há objetos físicos” seja conceitual, não constituiria uma resposta adequada quer ao idealista quer ao realista dizer que a proposição “há objetos físicos” é sem sentido.<sup>245</sup> Todavia, se poderia começar a lhes responder por dizer que uma tal declaração não passa de uma tentativa mal sucedida de dizer o que não pode ser dito desse modo. Responder assim às inventivas filosóficas do idealista ou do realista não é senão começo de conversa.

A desordem conceitual que marca os problemas filosóficos pode ser dissolvida tão-só a partir da ordenação dos conceitos. E isto não se pode fazer pelo recurso à força, como se devesse pôr a porta abaixo, quando abri-la depende do segredo por que se destravaria sua fechadura.<sup>246</sup> Mas, se é mesmo assim, em que medida o aprendizado próprio à filosofia pode corresponder a recordar como empregamos as palavras ordinariamente, sem que com isso o trivial seja elevado à condição de verdade filosófica? Ou, ademais, que fatos podem ser apresentados pelo trabalho descritivo sem que disso resulte qualquer descoberta?

Ao cotejar a expressão de Bradley de que o tempo, assim como o espaço, não deve ser mais que uma aparência contraditória, Moore não pode deixar de fazê-la mais clara para, no cômputo final, lançá-la contra o uso ordinário da linguagem. Assim, por mais que Bradley afirme ser evidente e provado não ser o tempo real, a sua prova nem mesmo será posta em questão. Mesmo porque o recurso ao senso comum acaba por tornar uma contra prova desinteressante. E confrontar o que Bradley entende evidentemente provado com o uso ordinário da linguagem exige apenas que toda a argumentação de *Appearance and Reality*

---

<sup>244</sup> MEDINA, José. Wittgenstein's Social Naturalism, p. 81, p. 84: “On my interpretation, the naturalistic style of Wittgenstein's philosophy is accentuated in the post-*Investigations* writings. But I will argue for continuity of Wittgenstein's thought on this point. I will try to show that Wittgenstein's remarks on ‘natural history’ after 1946 elaborate a naturalistic strand of this philosophy that was already present in Part I of the *Investigations* and earlier writings. The central claim of this essay is that Wittgenstein's ‘naturalism’ after *Investigations* is a provocative new development of this thought, but not a departure from his earlier views. As a preliminary step, I will start my argument by making clear the sense in which Wittgenstein *never* was a naturalist. (...) According to Wittgenstein's naturalism, there is not a radical divide, but a continuum between deliberate acts carried out in the light of reasons and automatic behavior determined by causal laws.”

<sup>245</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 36-37.

<sup>246</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 175.



sobre o tempo possa ser reduzida a “O tempo *não é real*”. Afinal de contas, “Mr. Bradley does, then, say here, in so many words, that time *is not real*.”<sup>247</sup> Ainda que trate de, em sua análise, satisfazer as condições mínimas de uma exegese, Moore jamais abandona o senso comum.

Segundo Moore, Bradley acredita que, ao dizer “o tempo *não é real*”, não está dizendo um mero contra-senso. Então, Bradley deve supor que o que ele diz por essa expressão não é incompatível com o que as pessoas comuns querem significar ao dizer que o tempo é real. Nessa medida, quando uma pessoa comum afirma ser o tempo real, diz algo mais do que a existência do tempo. E, portanto, algo que não seria excluído com a negação da proposição “o tempo é real”. A questão, para Moore, é decidir o que é significado e do que se trata essa expressão, a ponto de fazer com que sua negação se afigure como uma aparente contradição. Bradley não parece disposto a abrir mão da concordância de sua argumentação com o discurso ordinário, quando menos, no que diz respeito ao que significam suas palavras.

Em primeiro lugar, aos olhos de Moore, essa pretensão de Bradley leva sua conclusão ao erro. Posto que admite que a palavra “real” pode ser usada como equivalente a “existe”, “é um fato”, “é”, Bradley não pode consentir que a expressão “o tempo é real” seja equivalente a “o tempo existe”, “o tempo é” ou “o tempo é um fato”<sup>248</sup>. Com efeito, é inequívoco o quanto Bradley implica que ser real seja algo mais do que ser um fato ou existir. E é esta distinção que interessa a Moore, pois dela resulta os problemas lingüísticos que ele pretende analisar. Essa distinção inventada por Moore parece salvar a argumentação de Bradley do contraditório que a sua própria exegese denunciou. Em segundo lugar, uma vez contraposta a expressão de Bradley ao senso comum, resta apenas que o que ele entende significar é inusual. O compromisso da análise com o uso ordinário não permite Moore se sentir em condições de esclarecer a expressão “o tempo *não é real*”, caso não a admita inusual.

O senso comum não pode deixar de ser um pano de fundo contra o qual se decide o significado de questões filosóficas mooreanas. Além do mais, o senso comum não só corresponderia a um princípio de clareza bem como seria critério da verdade da investigação filosófica. Por conta disso, Moore apresenta fatos contra conclusões filosóficas. Ou melhor, proposições que, por serem triviais, possuem o valor de fatos. Esses truísmos enunciados em “Uma Defesa do Senso Comum” têm uma versão resumida em “Certainty”:

I am at present, as you can all see, in a room and not in the open air; I am standing up, and not either sitting or lying down; I have clothes on, and am not absolutely naked; I am speaking in a fairly loud voice, and am not either

---

<sup>247</sup> MOORE, George Edward. *The Conception of Reality*, p. 197.

<sup>248</sup> MOORE, George Edward. *The Conception of Reality*, p. 201.

singing or whispering or keeping silent; I have in my hand some sheets of paper with writing on them; there are a good many other people in the same room in which I am; and there are windows in that wall and a door in this one.<sup>249</sup>

Não é senão em torno de proposições desse tipo que a reflexão filosófica de Moore milita. Diante do uso do recurso aos fatos, por exemplo, a posição filosófica de Berkeley não pode passar de um idealismo delirante.<sup>250</sup> Todavia, para Moore, o recurso ao trivial não pode render à sua filosofia qualquer dogmatismo, já que acusá-la disso, nessas circunstâncias, seria um absurdo. E uma posição contrária é que seria dogmática. Por isso, um ceticismo afirmado como resposta à enunciação dessas verdades cairia no ridículo.<sup>251</sup>

Posto isso, essas proposições são verdadeiras sempre que enunciadas. Pois, enunciá-las envolve não apenas saber que são verdadeiras, como estar certo de que é de fato o caso o que se enuncia ser o caso.<sup>252</sup> Por conseguinte, o fato de essas proposições serem contingentes não exclui a possibilidade de serem verdadeiras em todos os casos. Visto que do fato de uma proposição ser contingente não se segue que não possa ser sabida verdadeira. Moore não apaga, portanto, a contingência dessas proposições e do fato de uma proposição ser contingente resulta a possibilidade de ser falsa ou verdadeira. No entanto, passam a depender, em algum sentido, de quem as enuncia. E mais, desde que em circunstâncias normais, todos se encontram em condições seja de sabê-las, seja de estar certo a seu respeito.<sup>253</sup>

A menos que não se esteja em condições de saber o que se afirma saber, essas proposições são verdadeiras. Mas isso vale antes mais como uma concessão do que como uma regra aplicável a todos os casos. A verdade proposicional trava uma certa dependência com o estado de consciência de quem as enuncia. A relação estabelecida entre a verdade proposicional e as condições de enunciação, assim, acentua a contingência de proposições, cuja negação não escaparia facilmente da categoria de um absurdo. Ao admitir a contingência dessas proposições, de cuja necessidade depende o sucesso de sua argumentação, Moore reitera tão-só a dependência da verdade em relação ao contexto de uso. Por conta disso, qualquer dúvida que possa restar sobre a verdade poderá ser atribuída à não satisfação das condições prescritas.

---

<sup>249</sup> MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 227.

<sup>250</sup> Cf. MOORE, George Edward. *The Refutation of Idealism*, p. 1-30.

<sup>251</sup> “Would it not sound rather ridiculous for me now under these circumstances, to say ‘I think I’ve got some clothes on’ or even to say ‘I not only think I have, I know that it is very likely indeed that I have, but I can’t be quite sure?’” (MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 227-228).

<sup>252</sup> MOORE, George Edward. *Four Forms of Scepticism*, p. 226.

<sup>253</sup> MOORE, George Edward. *Proof of An External World*, p. 132.

Porém, a ênfase na dependência da satisfação das condições necessárias e suficientes para que se saiba o que se diz saber, serve não apenas ao propósito de assinalar que essas proposições são verdadeiras em todos os casos e, também, à justificação da necessidade de uma prova. É certo que esse artil torna inconclusiva a refutação do ceticismo pretendida pela prova de Moore. A prova, por evitar ser tautológica, é comprometida pela contingência das coisas que afirma existir com inteira certeza. Por isso, não é possível a apresentação de um enunciado geral de como se pode provar quaisquer proposições do tipo “aqui está uma mão e aqui está a outra mão”.<sup>254</sup>

Diante da suspeita de que isto que dizemos ser uma mão não é de fato uma mão, é possível provar que se trata de uma mão unicamente mediante um exame mais detido, contando com a evidência dos sentidos. Porém, é condição dessa prova a demonstração de que não se trata de um sonho ou de um devaneio. Mas o filósofo do senso comum não pode se abandonar à dúvida do cético. Em sendo assim, tão logo estabelece a prova de que se está em vigília como condição de que se trata de uma mão isso com que se acena dizendo ser uma mão, Moore traça a distinção entre ter evidência conclusiva e estar apto a prová-la, como se, por isso, se reconciasse com o senso comum ou reiterasse que dele jamais se divorciou a sua filosofia.

No entanto, caso não se esteja em condições de ter evidência conclusiva a respeito da própria vigília, não se estará em condições de saber qualquer coisa com certeza. Dessa maneira, não ser possível uma prova capaz de responder todas as objeções a respeito da distinção entre a vigília e o sonho não comprometeria a argumentação de Moore. Embora tenha evidência, não se encontraria em condições de fazer o mínimo requerido por uma prova de evidência, a saber, demonstrar qual é a evidência.<sup>255</sup> É nesse tom que Moore encerra a sua aparente concessão a todos que pretendam dizer-se insatisfeitos com sua prova da existência de coisas exteriores e independentes da mente em “Prova de um Mundo Exterior”.

E não é decerto em tom diferente que Moore explora o argumento do sonho em “Certainty”. As proposições de Moore exibem uma relação com o mundo exterior de cuja existência passa a depender a sua verdade. Moore entende que cada uma de suas proposições – semelhantes às muitas outras que poderíamos apresenta sem maiores dificuldades – implica a existência de algo exterior à mente de quem porventura as enuncia.<sup>256</sup> Uma única dúvida acerca da existência do mundo exterior tornaria impossível decidir sobre a verdade dessas proposições.

---

<sup>254</sup> MOORE, George Edward. Proof of An External World, p. 149.

<sup>255</sup> MOORE, George Edward. Proof of An External World, p. 149.

<sup>256</sup> MOORE, George Edward. Certainty, p. 143.

Por outro lado, o objeto dessas proposições não seria independente do que podemos decidir a respeito da existência ou não do mundo. Afinal, provada a existência de apenas um objeto exterior à mente, teremos provado a existência de um mundo exterior à mente. Em última análise, Moore entende que, para que seja apresentada uma prova da existência de um mundo exterior, basta provar que exista uma mão. Aqui, na verdade, decidir sobre a verdade proposicional é a mesma coisa que decidir a respeito da existência de um mundo exterior. A argumentação de Moore, por essa perspectiva, se revela um tanto mais impregnada pelo recurso ao senso comum, pois as proposições, cuja verdade não pode ser necessária, devem funcionar como protocolos de adesão ao discurso ordinário, sem o qual mesmo as questões filosóficas malograriam.

O principal argumento empregado por filósofos que entendem haver uma chance de que se esteja equivocado em relação à declaração de saber, com inteira certeza, que se está em pé é o de que não pode ser absolutamente certo que não se está a sonhar enquanto tal declaração é feita. Contudo, não seria possível saber por certo se tal declaração é feita em sonho.<sup>257</sup> O célebre caso do Duque de Devonshire que, certa feita, sonhara estar em meio a uma conversa na Câmara dos Lordes e, uma vez desperto, dera-se conta de que estava de fato conversando ali, é signo de que a hipótese de que se está a sonhar não se segue que não se está em pé. Nesse sentido, esse caso é um bom exemplo que da conjunção dos dois fatos, um homem pensa que uma proposição  $p$  é verdadeira e a proposição  $p$  é de fato verdadeira não se segue que o homem em questão saiba que a proposição  $p$  é verdadeira. Com isso, Moore pretende retirar da hipótese cética o estatuto de saber, conferindo-lhe apenas o de pensar.

Afinal, como supusera Russell, crenças verdadeiras não são idênticas ao conhecimento do verdadeiro. Ao destituir a hipótese cética do caráter de conhecimento, Moore entende afastar o ponto de vista segundo o qual as suas proposições devem ser aceitas como mera questão de fé. Também por esse aspecto “Certainty” e “Prova de um Mundo Exterior” se irmanam, visto que, mesmo depois de reconhecida a impossibilidade de uma prova satisfatória, Moore não admite a verdade de seus truísmos como uma questão de fé.<sup>258</sup>

Mas por que Moore, nesse contexto, toma os sentidos como critério da evidência? Em virtude de uma simples razão. Não se esquece de sublinhar a equivalência dos argumentos “desde que eu saiba que estou em pé, segue-se que eu sei que não estou sonhando” e “já que você não sabe se está sonhando, segue-se que você não sabe que está em pé”. Ora, se equivalentes, seria logicamente válida a passagem do não saber se se está sonhando ao não

---

<sup>257</sup> MOORE, George Edward. Certainty, p. 145.

<sup>258</sup> MOORE, George Edward. Proof of An External World, p. 149.

saber se se está em pé, tal como o saber que se está em pé é garantia de que não se está em sonho.<sup>259</sup>

No cômputo final, apenas a evidência dos sentidos poderia oferecer razões para a certeza de que não se sonha em dado momento, mesmo que a evidência dos truísmos não repouse unicamente nos sentidos. Assim, um homem que estiver apenas sonhando estar em pé não pode contar com o respaldo da evidência dos sentidos para a sua afirmação de saber estar em pé. Por essa perspectiva, a evidência passa a ser critério da certeza, embora inconclusiva. A hipótese cética deve ter em conta que não há certeza alguma a respeito do fato de que temos a evidência dos sentidos para o que quer que seja. Mas, quer estejamos certos ou não do que afirmamos saber, devemos ter certeza de que não estamos sonhando. Essa certeza, ao se valer da conjunção da memória do passado imediato com a experiência sensorial, deve ser suficiente para nos tornar aptos a saber que não estamos sonhando<sup>260</sup>.

A filosofia de Moore opera a partir da distinção radical entre saber e crer. As proposições do senso comum são sabidas por serem verdadeiras, e não meramente críveis. De um homem que crê em uma dada proposição  $p$  podemos corretamente dizer que ele crê que  $p$  é verdadeira. Porém, do fato de uma criança saber que a quinta proposição de Euclides é verdadeira não decorre que ela saiba ser verdadeira.<sup>261</sup> Agora, o que está em jogo é que a expressão “o sol é maior do que a lua é uma *coisa* que eu sei” não pode ser substituída por “o sol é maior do que a lua é uma proposição que eu sei”, já que a declaração de saber, nesse caso, pretende implicar que é verdadeiro o que se sabe. E é possível declarar saber uma dada proposição, cuja verdade não se sabe, no sentido de que a proposição em questão nos é familiar.

Por fim, Moore entende que as expressões “eu estou certo...” e “eu sei com certeza...” são equivalentes e também que devem diferenciar-se radicalmente de “eu sinto que estou certo...”, pois as expressões “eu sei que  $p$  com certeza” e “eu estou certo de que  $p$ ” implicam que  $p$  seja verdadeira, enquanto “eu sinto que estou certo de que  $p$ ” não implica, de modo algum, a verdade de  $p$ .<sup>262</sup> De qualquer sorte, essas três expressões coincidem no sentido de que seu significado depende de quem as enuncia. O que é assinalado pelo uso da primeira

<sup>259</sup> MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 247.

<sup>260</sup> MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 250.

<sup>261</sup> MOORE, George Edward. *Four Forms of Scepticism*, p. 197.

<sup>262</sup> MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 238. Em outros termos, “this difference may be brought out by the fact that, e. g., ‘I felt certain that he would come, but in fact he didn’t’ is quite clearly not self-contradictory; it is quite logically possible that I should have felt certain that he would come and that yet he didn’t; while, on the other hand, ‘I knew for certain that he would come, but he didn’t’ or ‘It was certain that he would come but he didn’t’ are, for at least one common use of those phrases, self-contradictory: the fact that he didn’t come *proves* that I didn’t know he would come, and that it wasn’t certain that he would, whereas it does not prove that I didn’t *feel* certain that he would.” (MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 238).

pessoa do singular e pela existência de um mundo exterior deve passar a depender da percepção. Mas nada deve repugnar mais a filosofia do senso comum do que esse idealismo que transforma o mundo em aparência subjetiva.

Do fato de alguém saber a quinta proposição de Euclides não se sucede que saiba ser verdadeira. A verdade da proposição em questão independe do saber de quem a enuncia. Moore salienta que “the meaning of ‘Somebody knows that  $p$  is true’ is certainly not relative to the person who say it: it is as completely impersonal as ‘The sun is larger than the moon’, and if two people say it at the same time, then, if the one by saying something true, so must the other be.”<sup>263</sup> Assim, assinala a objetividade do significado da proposição “alguém sabe que  $p$  é verdadeira” depois de sublinhar o saber de que  $p$  é verdadeiro como uma necessária condição da verdade de “é certo que  $p$ ”.

E, talvez, nisso se resolva um traço essencial da análise de Moore, já que dissolve contradições que possam abalar seu ponto de vista filosófico.<sup>264</sup> Posto isso, o papel do senso comum na filosofia de Moore pode ser mais bem esclarecido. E não nos parece se tratar de um apelo que comprometa a distinção entre filosofia e senso comum. É assim afinal que o homem ordinário não enunciaria essas proposições, cujo conteúdo é um saber mínimo e partilhado por todos, pois a sua enunciação cumpre efeitos filosóficos.<sup>265</sup>

Retomemos então a questão do recurso ao senso comum a partir da crítica a Bradley. Em “The Conception of Reality”, Moore mostra ser ininteligível a expressão “o tempo *não é* real”. Tal expressão envolveria um afastamento do uso comum de expressões lingüísticas. A

---

<sup>263</sup> MOORE, George Edward. *Certainty*, p. 240.

<sup>264</sup> Wittgenstein desde cedo se mostrara incomodado com esse que parece ser um traço corrente do estilo de Moore, a repetição. Assim, em carta endereçada a Russell, provavelmente em Junho de 1912, escrevera: “I feel very much tempted to write to you although I have very little to say. I have just been reading a part of Moore’s *Principia Ethica*: now please don’t be shocked) I do not like it at all. (Mind you, quite *apart* from disagreeing with most of it.) I don’t believe – or rather I am sure – that it cannot dream of comparing with Frege’s or your own works (except perhaps some of the Phil[sophical] Essays). Moore repeats himself dozens of times, what he says in 3 pages could – I believe – easily be expressed in half page. *Unclear* statements don’t get a bit clearer by being repeated!!” (MCGUINNESS, Brian e VON WRIGHT, George. *Ludwig Wittgenstein*, p. 13). Esse incômodo, revelado por Wittgenstein em registro epistolar, encontra devido registro nas conversas com Malcolm, então em 1951. O estilo filosófico de Moore – observara Wittgenstein – abrigava a partir de uma aguda caracterização de problemas filosóficos o mérito de extirpar soluções prematuras. Talvez o reconhecimento de algum mérito sirva somente para conceder maior força à crítica a ser tecida. Assim, o que Moore faria em filosofia seria despachar soluções prematuras de modo primário, de sorte que seus recursos se mostrariam de todo insuficientes para reconhecer uma solução correta caso uma se lhe apresentasse. (MALCOLM, Norman, *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 56). A repetição característica do estilo de Moore por certo o enfadava, a ponto de Wittgenstein ter abandonado as suas aulas em Cambridge, então como estudante, antes da I Guerra, mesmo desdenhando o fato de Moore nesse período ser o mais influente filósofo de Cambridge (Cf. MALCOLM, Norman, *Ludwig Wittgenstein: a memoir*, p. 7). De resto, é importante que se tenha em conta que, já em 1912, Wittgenstein trata de sublinhar que alguns ensaios de Moore, cuja escrita se mostrava pertencer a uma mão mais apumada, constituíam exceção em relação ao seu estilo corrente. E não chega a ser um despropósito contar “*Certainty*”, “*A Defence of Common Sense*” e “*Proof of an External World*” como amostra desse tipo de ensaio ao qual Wittgenstein se refere.

<sup>265</sup> MOORE, George Edward. *O que é filosofia?*, p. 376.

ininteligibilidade resulta de seu emprego não satisfazer às condições normais de enunciação. Mas não se trata apenas de Bradley ter subscrito a sua expressão de modo equívoco, a ponto de ser possível desfazer as contradições por fazer a distinção entre características do tempo, como a de existir e não ser real. Mais uma vez o homem comum é signo da univocidade do discurso. E todo o esforço inicial de Moore volta-se ao estabelecimento de condições preparatórias do confronto entre a expressão de Bradley e a compreensão desse homem.

Em suma, a filosofia do senso comum de Moore pensa-se como a filosofia que termina por dissolver as dificuldades de outras, uma vez atenta ao senso comum e suas crenças. Signo disso é a sua freqüente menção a outros filósofos, como se se tratasse apenas de um auditório cuja posição teórica é unívoca. Ou melhor, apenas interessa a Moore, com raras exceções, o quanto esses filósofos concordam entre si e discordariam do senso comum.

A inventividade conceitual de Bradley nos coloca face a face com o que podem significar palavras como “existe”, “é um fato”, “é” e “real”. Não obstante admita haver um significado de “real” que equivale ao significado dessas outras palavras, aos olhos de Moore, Bradley não estaria pronto a admitir que o tempo seja real. Por isso, assevera que o tempo é, existe, é um fato, mas não é real. Ou, quando menos, é isso que assume o diagnóstico de Moore.<sup>266</sup> Com efeito, Bradley cometeria um erro, o de supor que a palavra “real” pode significar algo mais do que “existente”. Isso é o que tornaria a sua argumentação consistente, pois é apenas assim que se pode entender a afirmação de que o tempo é, existe, é um fato, mas não é real. Consistente, mas não livre do erro. No entanto, para Moore, passa a importar pouco se Bradley cometeu mesmo tal erro. Agora, esse recuo parece inocente, quando, na verdade, trata de preterir o fato de Bradley ter ou não cometido o erro em nome do que há de mais próprio à sua filosofia, a saber, a análise de expressões lingüísticas em cotejo do significado ordinário.

Abandonar a polêmica a respeito do eventual erro de Bradley significa não perguntar pela natureza do tempo. Antes sim, as conseqüências de ser o tempo real ou irreal é que importam. Em suma, para Moore, é uma questão decidir quais coisas seriam verdadeiras ou não caso o tempo fosse irreal. A crítica de Moore, no entanto, não deixa de constituir-se como uma crítica veemente a Bradley. Afinal, à medida que descortina conseqüências absurdas da assunção da irrealidade do tempo, reduz a argumentação filosófica de Bradley ao absurdo.<sup>267</sup> Nesse contexto, não ser possível diagnosticar um erro, caso em desacordo com o uso

<sup>266</sup> MOORE, George Edward. *The Conception of Reality*, p. 207.

<sup>267</sup> Assim, “if somebody really does take the view that, when he says “Time is unreal”, absolutely all that he means is something which is in no way incompatible with what most people would mean by saying “Time is real”, *I do not know how to show that this view is wrong*” (MOORE, George Edward. *The Conception of Reality. Philosophical Studies*, p. 208-209. Grifo nosso).

ordinário, significa, antes de tudo, reduzir pontos de vista filosóficos à perspectiva do senso comum.<sup>268</sup>

Essa longa digressão sobre o confronto entre Moore e Bradley, sendo ademais superficial, serve-nos contudo para ressaltar a perspectiva diversa de Wittgenstein, que perpassaria o uso efetivo da linguagem em *Da Certeza*. Afinal, pela terapia filosófica, Wittgenstein abandona a discussão dos pontos de vista, à medida que significaria a elaboração de teses filosóficas. Portanto, apresentar fatos que não podem ser abandonados sem que se pague o preço de desfazer a base que possibilita os lances em um dado jogo de linguagem não significa traçar um ponto de vista filosófico, uma teoria do significado.

Se certos fatos sofressem alguma alteração, nossos jogos de linguagem não permaneceriam os mesmos. A corrente aplicação das regras que nos permitem efetuar operações lingüísticas não depende de sua adequação aos fatos. Wittgenstein trata de ressaltar o quanto as regras de uso conceitual não mantêm uma relação causal com os fatos, de sorte que adequar-se aos fatos possa significar alterações conceituais resultantes unilateralmente de mudanças ocorridas no reino dos fatos. A relação se estabelece em outra ordem, “como se esses fatos fornecessem uma matéria apenas, a ser marcada ou enformada pela ação de uma instância transcendental que, só ela, fornece *necessidade e inteligibilidade*”.<sup>269</sup>

A relação entre componentes gramaticais e empíricos é bem mais estreita, a ponto de um fato ser capaz de tornar certos jogos de linguagem desinteressantes ou inusuais.<sup>270</sup> Mas, por mais fortes os efeitos produzidos por uma experiência em nossas estruturas conceituais, tudo o que ela pode fazer é mudar a forma como vemos as coisas. Afinal de contas, estabelecer-se em contradição depende de haver um quadro referencial comum. Em outros termos, uma experiência futura poderia provocar a alteração de certos conceitos, mas apenas restituindo novos fundamentos aos jogos de linguagem.

A relação entre conceitos e fatos e, por conseguinte, entre nossos procedimentos e a certeza à qual eles se reportam, não é causal. Em primeiro lugar, embora alguns fatos sejam capazes de tornar nossos jogos de linguagem impossíveis ou desimportantes, nenhum fato pode ser mencionado como causa de sua necessidade. A certeza à qual se reportam nossas manipulações simbólicas, assim, é fundamento da forma por que elaboramos nossos juízos, mas não a sua causa. Em segundo lugar, o campo de nossas investigações empíricas possui como limites certas questões de fato que não são postas em dúvida.<sup>271</sup> E não se trata de uma

<sup>268</sup> Uma análise dessa questão encontra-se em PRADO JR., Bento. *Alguns Ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*, p. 109-150.

<sup>269</sup> PRADO JR., Bento. *Erro, Ilusão, Loucura: ensaios*, p. 33-34.

<sup>270</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 63.

<sup>271</sup> Cf. RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 91.



escolha tributária do arbítrio de nossas investigações, antes sim, pertence à lógica de nosso modo de lidar com a experiência que certos fatos não sejam chamados em questão. Ou seja, sem certos fatos nossos jogos de linguagem passariam a ser impossíveis, já que a base dos jogos nos seria arrancada.<sup>272</sup> Porém, isso não quer dizer que os jogos de linguagem são possíveis por causa de certos fatos.

Certos fatos gerais da natureza conformam um nível dos jogos de linguagem que se afirma por sua polaridade característica. Enformados por componentes gramaticais, esses fatos passam a desempenhar uma função essencial ao funcionamento dos jogos de linguagem, qual seja, fornecem matéria à certeza sem a qual nossos procedimentos deixariam de ter sentido. A certeza gramatical assim materializaria em certos fatos os pontos de referência do discurso.

Os aspectos lógicos da significação se entremesclam com fatos gerais da natureza que passam a condicionar os jogos de linguagem – o que é signo de que o conhecimento possui como base o reconhecimento de certos fatos inexoráveis. A facticidade a ser reconhecida não redundante, todavia, em qualquer espécie de empirismo, pois as condições gramaticais não se embaralham entre os fatos. E que se entremesclam com fatos gerais, isso não quer dizer que se desmanche a autonomia gramatical tão essencial às nossas manipulações simbólicas, visto que os níveis categoriais do discurso subsistem. Posto que capaz de tornar nossos jogos impossíveis, um fato mostra-se incapaz de tornar qualquer jogo necessário. A estruturação de nossos procedimentos não pode preterir os fatos; porém, fatos não são suficientes à mesma estruturação.

Sem um ponto de referência que os ordenasse, não seria possível que o discurso se adequasse aos fatos. A relação entre fatos essenciais ao funcionamento dos jogos de linguagem e os mínimos lógicos condicionais da significação pode se dar tão-só por laços internos. E por uma única razão. A adequação entre fatos e discurso consiste em que o ponto referencial do jogo de linguagem depõe a favor do discurso. A adequação, portanto, não diz respeito ao fato de a linguagem corresponder a um espelhamento da realidade. Em sendo assim, que a relação entre fatos e componentes conceituais seja interna significa tanto que qualquer alteração conceitual depende do arbítrio gramatical quanto que a dinâmica dos jogos de linguagem preserva a capacidade de assimilar alterações ao longo do tempo.

Nessa medida, a ênfase no condicionamento dos jogos de linguagem por certos fatos deve voltar-se à função que eles cumprem em nosso mapa conceitual. Outrossim, esses fatos não poderiam ser mobilizados como um lance de um de nossos jogos de linguagem. Mas de

---

<sup>272</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 617.

que tratam esses fatos que, sob certo aspecto, não podem se tornar um lance de nossos jogos de linguagem?

A linha entre a experiência e nossos jogos assinala a função desempenhada por fatos como resultante de razões conceituais. Por conta disso, as razões para que uma proposição se torne um lance no interior de um jogo de linguagem devem ser internas ao próprio jogo. Essas razões, ademais, não servem aos propósitos de justificar o funcionamento dos jogos de linguagem a partir de um ponto exterior aos próprios jogos.<sup>273</sup> É certo que o contrário disso poderia ser dito da dinâmica dos jogos de linguagem, caso a relação de condicionamento dos fatos ocorresse por laços causais. Afinal, se fosse assim, os fatos poderiam condicionar a possibilidade dos jogos de linguagem com independência de nossas manipulações simbólicas.

Por fim, certos fatos condicionam a possibilidade dos jogos de linguagem, porém dependem de aspectos conceituais a partir dos quais são estruturados. Em sendo assim, como então os fatos podem condicionar a possibilidade dos jogos de linguagem, já que esses não seriam suficientes à constituição do campo de certezas do qual depende o tráfego lingüístico?

As razões por que devemos prosseguir com os jogos de linguagem são sempre conceituais. Afinal, a base dos jogos de linguagem não seria demovida sem que os limites gramaticais fossem flexibilizados, tornando viável a assimilação de novos fatos. Por isso, a ênfase nos fatos deve ser relativa à função que podem exercer em relação ao funcionamento dos jogos e jamais ao seu conteúdo essencial. Assim, uma dúvida contra elementos gramaticais arrastaria tudo consigo, lançando a base dos jogos em completo caos.<sup>274</sup> Uma proposição em relação à qual aparentemente possuímos justificação absoluta não seria assaltada por contradições de todos os lados, sem que a base de todos os juízos nos fosse retirada, pois as condições mínimas da significação é que antes seriam postas em questão.

O equívoco envolvido na idéia de que os jogos de linguagem dependem de certos fatos, no sentido de que seriam capazes de constituir a possibilidade dos jogos, é comparável ao de supor que há um tipo de proposição que se caracteriza por uma certeza absoluta. Rhees entende ser esse modo de leitura, freqüentemente suscitado pelo § 613, que deve ser recusado a partir de uma outra compreensão desse parágrafo. Wittgenstein, ao assinalar que a objetividade tão essencial à compreensão lingüística é comprometida, caso certas proposições sejam postas em dúvida, nega que a necessidade dos jogos de linguagem possa fixar-se essencialmente em proposições.<sup>275</sup> Mas também não se trata de que a formulação de juízos só

---

<sup>273</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 622.

<sup>274</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 613.

<sup>275</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 92.

seja possível porque as coisas se comportam de determinado modo.<sup>276</sup> Trata-se, isso sim, de reiterar que a dinâmica dos jogos de linguagem depende do exercício da função exercida por certas proposições, antes que de qualquer proposição ou fato. E, se tão independente assim dos conteúdos empíricos que fornecem material ao seu exercício, uma tal função não nos parece capaz de escapar do risco de ser compreendida como um traço formal do qual depende a objetividade da linguagem. Por essa perspectiva, não é que a formulação de juízos seja apenas possível porque as coisas se comportam de determinado modo, mas sim que certos juízos deixariam de ser possíveis caso as coisas não se comportassem desse modo. E, sendo sempre conceituais as razões por que os jogos de linguagem são possíveis, não é impensável que a sua base não seja demovida diante de fatos que a contrarie.<sup>277</sup>

É certo também que os limites dessa função transcendental não são claros em virtude de não serem formais. E ter arrancada a segurança do jogo é não ser mais possível contar com a referência inexorável de componentes gramaticais que conferem objetividade à significação lingüística. Wittgenstein entende, então, que o condicionamento da possibilidade dos jogos de linguagem por certos fatos deve significar que o possível equivale a *logicamente possível*.<sup>278</sup> E mais, ainda que não seja necessário que um fato estabelecido em contradição com a base dos jogos de linguagem a deite abaixo, é necessário que seja possível que fatos sejam capazes de diluir a base dos jogos de linguagem.

Em *Da Certeza*, Wittgenstein não se cansa de repetir que uma dúvida sem fim não é uma dúvida. Por um lado, trata de enfatizar que uma dúvida, mesmo quando possível, não é necessária à dinâmica do jogo de linguagem; por outro lado, trata de afirmar o quanto a dúvida dependeria de que certas coisas não estejam em dúvida. Essas duas questões relacionam-se intrinsecamente, pois as condições mínimas da significação é que estão em questão, tanto no que toca a ênfase de que uma dúvida, mesmo quando possível, não é necessária, quanto no que se refere à afirmação de dependência da legitimidade da dúvida de certas coisas indubitáveis. Quer dizer, a significatividade de nossas manipulações simbólicas depende da certeza relativa a certos juízos, cuja expressão matiza os componentes gramaticais que perfazem o nosso modo de lidar com a experiência.

É possível, mas não necessário que um fato deite abaixo a base dos jogos de linguagem, porque é necessário que nossas práticas de formulação de juízos contem com certos princípios lógicos, garantias da estruturação de nossas manipulações simbólicas. E qualquer que seja o fato, não é capaz de diluir essa necessidade, no sentido de que fatos

<sup>276</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 615.

<sup>277</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 616.

<sup>278</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 618.

podem apenas fazer com que os princípios passem a ser outros. Não que deixe de haver princípios de estruturação e organização judicativa. Por conta disso, não abandonaríamos a formulação de juízos, caso as coisas passassem a se comportar de outro modo. Nem tampouco as nossas inferências dependem de uma certa regularidade das ocorrências. “Eu devo dizer, ainda que uma irregularidade nos eventos naturais ocorresse de súbito, isso não deveria me abalar”.<sup>279</sup>

Por exemplo, contrariando todas as nossas expectativas, caso a água ao fogo na chaleira, em vez de ferver, gelasse, presumiríamos que algum fato estranho e desconhecido interveio e, talvez, deixássemos o assunto à consideração dos físicos.<sup>280</sup> A questão que se faz Wittgenstein é relativa ao fato de a regularidade tornar a indução possível. E não se trata da mesma questão perguntar-se se, diante de uma repentina irregularidade, continuaríamos a formular inferências e se chamaríamos a isso ‘indução’. A experiência marcada pela regularidade dos eventos naturais é um resultante de nossas construções simbólicas, no sentido de que é organizada segundo certos princípios lingüísticos.

A necessidade com que se fixa a função exercida por esses princípios não desmancha a contingência de nossas práticas simbólicas, já que os princípios são mutáveis. Afinal, empregamos juízos como princípios para a formulação de juízos.<sup>281</sup> É assim que a formação dos nossos conceitos não pode, ao menos da perspectiva gramatical, ser explicada por fatos da natureza, já que alterações dos mecanismos estruturantes dos jogos de linguagem contam com um fundo de razões conceituais. Talvez interessassem a uma investigação que não a gramatical as relações causais entre a formação conceitual e fatos da natureza. Nesse caso, a apresentação de fatos como recurso à comprovação de suas hipóteses cumpriria importante função.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein formula a seguinte questão: “se a formação de conceitos pode ser explicada por fatos da natureza, não deveríamos estar interessados pela natureza que é a base da gramática, em vez da gramática?”<sup>282</sup> O modo como interpela parece tornar claro o papel a que se presta o recurso, seja aos fatos seja ao senso comum. E com isso ele não parece negar a possibilidade de uma investigação que tome por objeto a “natureza que é base da gramática”. Pelo contrário, essa interrogação tende mais a legitimar um campo de investigação com o único propósito de diferenciá-lo do campo que

---

<sup>279</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 619.

<sup>280</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 613.

<sup>281</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 124.

<sup>282</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, Parte II, xii.

tocaria à investigação gramatical.<sup>283</sup> É claro que a correspondência entre conceitos e fatos da natureza recaí sobre os interesses da investigação gramatical, e não sobre as possíveis causas de formação conceitual. O que seria objeto uma ciência natural.

A radicalidade em precisar o campo de sua investigação, porém, não pára por aí. E nem mesmo com história natural pode confundir-se tal empresa investigativa. E por uma razão simples. É possível inventar uma história natural fictícia para os seus propósitos. Tal invenção não é por certo estranha ao recurso à normalidade tão freqüente em *Da Certeza*, pois aí a normalidade é remontada a partir do uso efetivo de expressões lingüísticas. E, em se tratando disso, Wittgenstein não deixa de recorrer a usos fictícios a fim de enquadrar o uso normal à contraluz.

Depois de reconhecido o acento pragmático dos conceitos, caso a investigação gramatical apontasse causas da formação conceitual, deveria tratar componentes gramaticais à maneira de hipóteses. Em sendo assim, a relação de condicionamento da experiência pelos mínimos lógicos da significação seria rompida e os componentes gramaticais passariam a depender da confirmação da experiência. Portanto, adverte Wittgenstein, não se trata de tomar a afirmação condicional “se tais e tais fatos da natureza fossem diferentes, as pessoas teriam conceitos diferentes” como uma hipótese. Além disso, diante de alguém que acredite que certos conceitos são absolutamente exatos, e que possuir conceitos diferentes implicaria não compreender algo perfeitamente compreensível, apenas nos restaria fazê-lo “imaginar certos fatos da natureza muito gerais diferentes daqueles com os quais estamos habituados. Assim, a formação de conceitos diferentes dos normais se tornaria inteligível para ele”.<sup>284</sup>

Nessa recomendação, encontra-se subscrito um traço fundante do expediente terapêutico que consiste na invenção de usos possíveis a partir dos quais a tentação de filiação a um uso como sendo o único possível é diluída. Mas, por que a estipulação de fatos gerais da natureza diferentes daqueles com que estamos acostumados seria capaz de relativizar os conceitos, promovendo a inteligibilidade de conceitos estranhos? Ora, “se imaginarmos os fatos diferentes do que eles são, certos jogos de linguagem perdem alguma importância, enquanto outros se tornam importantes. E, dessa maneira, há uma alteração – uma alteração

---

<sup>283</sup> MEDINA, José. Wittgenstein's Social Naturalism, p. 89: “Wittgenstein's philosophical investigations are normative enterprise. His philosophical elucidations of human practices are not empirical investigations of how we think and talk. As we have seen, he repeatedly emphasizes that he is not doing natural science. The goal of this philosophical analysis is to offer a ‘perspicuous representation’ of the normative structure of our practices. And yet this analysis requires an appeal to facts fo our natural history.”

<sup>284</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, Parte II, xii.

gradual – no uso do vocabulário da linguagem”.<sup>285</sup> Afinal, uma mudança nos jogos de linguagem significaria uma alteração nas condições lógicas da significação.<sup>286</sup>

Assim, o interesse da investigação volta-se para as razões das nossas práticas, de sorte que uma descrição das práticas normais, por mais completa que seja, não poderia tocar nas razões por que é possível um lance no jogo de linguagem e não outro. Por mais longe que pudesse ir, uma descrição de nossas práticas normais apenas apresentaria as causas por que o jogo de linguagem é jogado, não seus fundamentos.<sup>287</sup>

Ao situar o seu interesse nas relações constitutivas dos jogos, Wittgenstein entende ser uma pergunta filosófica essencial a que se interroga a respeito das razões que tornam possível um lance no jogo de linguagem. Porém, a investigação gramatical tanto não deixa de incluir dentre seus interesses a correspondência entre conceitos e fatos muito gerais da natureza, quanto não hesita em identificar a certeza envolvida por proposições gramaticais com nossas formas de vida. Nesse espírito, a investigação lógica pretende concebê-las como algo que se situa além de toda justificação, ou seja, “como um algo animal”.<sup>288</sup>

Entender a certeza à qual se reportam os lances no interior dos jogos “como um algo animal” significa, antes de tudo, que alcançar o que proposições gramaticais enunciam não demanda qualquer raciocínio. Ao descortinar as razões dos jogos de linguagem, diz Wittgenstein, pretendo encarar o homem como um animal, um ser primitivo no qual não se reconhece raciocínio algum. Nesse homem definido como “uma criatura em estado primitivo” seria possível reconhecer unicamente instinto.<sup>289</sup> E não se trata aqui de tornar indistinguíveis regras que governam as práticas e leis naturais, nem tampouco Wittgenstein reconhece nesses instintos as razões por que agimos assim e não de outra maneira.

Afinal, em se tratando de identificar essa certeza com condições instintivas, mostrá-la como um fundamento não fundamentado, seria pouco esclarecedor aventar causas. Trata-se, isso sim, de afirmar seja o caráter pragmático dessa certeza, seja a preponderância das práticas na constituição da necessidade dos jogos de linguagem. E, como essa questão é determinante do modo de leitura de *Da Certeza*, não poupa os intérpretes das dificuldades que encerra. Sendo condição preliminar do seu enfrentamento definir qual é exatamente o problema em relação ao qual ela surge. Essa condição é reforçada tanto mais porque não há uma unanimidade em relação ao problema do qual resultam as dificuldades.<sup>290</sup> Os nossos esforços

---

<sup>285</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 63.

<sup>286</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 65.

<sup>287</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 474.

<sup>288</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 359.

<sup>289</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 475.

nesse sentido, portanto, serão bem sucedidos se puderem tornar um pouco mais claro o problema.

## **II. Significação, Condições Lógicas e Fatos**

A possibilidade de mudanças factuais acarretarem alterações significativas nos jogos de linguagem é signo de que a linha divisória entre gramática e empiria não é terminante. Além disso, é sinal de que não há um espaço normativo independente. As condições básicas do jogo de linguagem se resolvem em uma *forma* de vida “sobre a qual não se pensa, mas segundo a qual se age”.<sup>291</sup> Perguntar-se, por conseguinte, em que medida a certeza à qual as regras se reportam pode ser identificada com o instinto é procurar por uma resposta que não nos parece esclarecer o problema inscrito na relação entre fatos e componentes lógicos da significação. Afinal, deve-se evitar hipostasiar as regras que governam os jogos, transformando-as em determinantes absolutos, uma vez tratadas como especulação de leis naturais.

A forma de vida não pode corresponder a um mero conjunto de condições instintivas que, dispostas na natureza humana, possibilitariam a comunicação lingüística. Pois, se fosse assim, as proposições que a descrevem deveriam passar a valer menos como resultantes de relações lógicas do que como uma substância, um determinante absoluto da *forma* como elaboramos nossos juízos. Por isso, no que diz respeito ao condicionamento dos jogos de linguagem, a ênfase deve recair sobre a função transcendental que o correto funcionamento da linguagem requer, e não sobre um conteúdo em específico. Ressaltando-se, contudo, que se leve em conta a dinâmica, por que se constitui a necessidade, instala-se em terreno contingente.

O condicionamento dos jogos de linguagem corresponde a uma base comum de compreensão que não possui conteúdo determinado.<sup>292</sup> A força do condicionamento se exprime nos lances mais elementares dos jogos de linguagem, em função dos quais se desenha o pano de fundo de nossos juízos empíricos. A base gramatical, posto que nem precisa ser pensada, pode ser reivindicada diante de uma dúvida que pretenda contrariar a objetividade dos jogos. É nessa medida que as nossas práticas se justificam. Wittgenstein entende que, ao

---

<sup>290</sup> Um típico exemplo disso encontra-se nas divergências interpretativas entre STROLL, Avrum. Wittgenstein's Foundational Metaphors. e HUTTO, Dan. Two Many: Wittgenstein's Foundationalism.

<sup>291</sup> GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 224.

<sup>292</sup> Cf. GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 254.

término da justificação da exatidão de um cálculo, por exemplo, resta a proposição de que “essa é a *forma* como calculamos”.<sup>293</sup> Com efeito, o que uma dúvida deve ter em vista é a *forma* como julgamos, em vez de circunscrever seus limites em razão de qualquer conteúdo empírico.

A dificuldade é compreender como proposições lógicas que compõem a base gramatical se estabelecem na esfera empírica e, não obstante, são atemporais. E, ao que nos parece, a certeza pode ser tomada como algo quase animal (*gleichsam als etwas Animalisches*) em virtude de duas razões. Em primeiro lugar, trata-se de acentuar o caráter elementar dessa certeza, de modo a situá-la aquém de toda justificação e, portanto, além de toda dúvida *razoável*. Em segundo lugar, Wittgenstein reitera que o domínio das regras, cuja aplicação se reporta a essa certeza básica, não depende nem demanda qualquer tipo de raciocínio, apesar de estabelecer-se em relação inferencial com nossos juízos.

Reconhecer uma regra como ponto fixo e incondicionado não depende da capacidade de pensá-la, tampouco agir de acordo com regras prescinde de um raciocínio pelo qual se alcance a sua compreensão. De resto, é o reconhecimento dessas regras que permite a circunscrição de um campo no qual as dúvidas passam a se dissolver e o correto passa a ser distinguido do incorreto. Pois, que se deva evitar a todo custo que as regras gramaticais sejam compreendidas como objetos ideais aos quais nossos procedimentos devem se adequar, não significa que a partir de tais regras não seja possível a definição do correto e do incorreto.

A possibilidade de distinguir o correto do incorreto, portanto, é relativa à idéia de que os jogos de linguagem articulam formas de como um conjunto de expressões *pode* e *deve* ser empregado. Em suma, um jogo de linguagem, por mais primitivo, não subsistiria caso não fosse capaz de discernir o âmbito das operações judicativas das regras que as governam. Assim, acentuar a quase animalidade dos mecanismos básicos de funcionamento dos jogos de linguagem serve muito bem aos propósitos de reiterar que a prática de fazer juízos não pode resultar de operações que se mantenham independentes de nossas práticas judicativas.

É assim que proposições gramaticais fixam quadros conceituais a partir dos quais a elaboração de juízos empíricos torna-se possível. Isso quer dizer que, ao pensar essa certeza básica, Wittgenstein não abandona a tentativa de descrever os limites do sentido.<sup>294</sup> E “nunca abre mão do princípio segundo o qual para que uma cadeia de sinais venha a adquirir sentido

---

<sup>293</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 212.

<sup>294</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 99: “Grammatical rules determine our correct use of language. To consider all hinges as rule grammatical is to envisage grammatical rules as more than *explicit* instructions or conventions for our use of words. They are, more generally, *bounds of sense*, that can be either instinctive or acquired. But it will facilitate our understanding of the *origin* of hinges, if we first attempt their taxonomy”. (Grifo nosso).



é preciso que esta parte sinalizante se separe do mundo e seja usada como critério atemporal do que possa ser dito correta ou incorretamente.”<sup>295</sup>

Os critérios de correção dos lances nos jogos de linguagem podem tão-só ser lingüísticos, de modo que o processo pelo qual se estabelecem os quadros conceituais que circunscrevem os limites de uso de expressões ocorre no interior de elaborações judicativas. Com isso não se nega que regras sejam compostas quer por resíduos empíricos de sua aplicação, quer por relações que estabelecem com outras regras no interior de um sistema de crenças – a ponto de o modo de agir de uma comunidade lingüística passar a valer como critério de certeza. O que por certo é signo da relação de dependência por que as regras se vinculam às práticas.<sup>296</sup> Dizer alguma coisa com sentido não significa meramente empregar sinais de acordo com certas regras que governam o uso desses sinais, antes sim, é articular uma cadeia de sinais, cujo sentido é enformado pelo contexto de uma forma de vida.

Phillips assinala: “the meaning of a word or a proposition is not given to us all at once. We must look for it in the function they have in the language-game to which they belong. These functions vary.”<sup>297</sup> No entanto, o significado de uma expressão não pode se desapegar do quadro conceitual em que as suas variações se inscrevem. É assim que em torno das formas de vida se articulam os pontos incondicionados que possibilitam a elaboração de juízos significativos. Por conta disso, não é possível cotejar as regras que governam o uso da linguagem como efeito de uma operação independente das práticas de uso.

Wittgenstein recusa a possibilidade de uma descrição geral dos jogos de linguagem, mas não em virtude de o significado ser uma variante segundo o uso, a ponto de ser comparável à *função* de um funcionário e os *diferentes significados* comparar-se com *diferentes funções*.<sup>298</sup> Não há um traço comum a todos os jogos de linguagem de sorte a não ser possível “instituir um gênero do qual eles fossem as espécies”.<sup>299</sup> Nem é possível definir os jogos de linguagem essencialmente, porque a fixação de uma tal definição deveria lidar com uma forma lógica comum a todos os jogos. E essa forma lógica não seria estabelecida, a

---

<sup>295</sup> GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 71.

<sup>296</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 98: “Wittgenstein stresses that it is ‘our *acting*’ that lies ‘at the bottom of the language game’, and ‘not certain propositions’ striking us immediately as true. Hinges are not fundamental propositions occurring as necessary representational or intellectual antecedents to our thinking and acting. Objective certainty is not a matter of propositions or intellection – not a theoretical attitude – but is assimilated to a practical *attitude*.”

<sup>297</sup> PHILLIPS, D. Z. Afterword: Rhees on reading *On Certainty*. In: RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty: there – like our life*, p. 143.

<sup>298</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 66.

<sup>299</sup> GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 68.

menos que a necessidade fosse fixada por essência em proposições. E isso “soa demasiado uma reminiscência do *Tractatus*”.<sup>300</sup>

A capacidade de refletir sobre a própria prática não é condição do domínio de uma linguagem. Essa é a situação da “criatura em estado primitivo” descrita no § 475 de *Da Certeza*. Assim, Wittgenstein assinala o estatuto basilar dos lances mais elementares dos jogos, já que eles desenham o horizonte de certezas em torno do qual nossas práticas fluem, como condição das variações de significado. A assimilação de aspectos normativos seria anterior e condicional à compreensão de que nossas normas estão sujeitas à alteração, assim como, no que diz respeito à escrita, o aprendizado básico das letras é condição do domínio das variantes.<sup>301</sup> Wittgenstein entende a capacidade de raciocinar em contraste com a capacidade de agir. O § 475 enfrenta a questão concernente à impossibilidade de as regras de uso se fixarem em completa independência das práticas, sinal disso é que, em seguida, no § 476, Wittgenstein trata de afastar a idéia de que a base dos jogos de linguagem se constitua como uma espécie de saber. “As crianças não aprendem que livros existem, que poltronas existem, etc. etc., elas aprendem a buscar livros, a sentar-se em poltronas, etc.”<sup>302</sup>

Em sendo assim, a pergunta pela existência das coisas só é possível quando imersa na normalidade que a estabelece como uma exceção.<sup>303</sup> A recusa de que a base dos jogos de linguagem seja constituída por um gênero de saber deve-se ao fato de a palavra “saber” encerrar a compreensão de que é possível pensar a respeito do que é sabido. E os conteúdos elementares dos jogos de linguagem, desde que entendidos como um gênero de saber, não podem corresponder a um saber que implique a capacidade de ser pensado, pois uma tal implicação estabelece-se em linha de conta com a capacidade de duvidar.

Como saber qualquer coisa envolve a possibilidade de pensá-la, Wittgenstein deve recusar a idéia de que a base dos jogos de linguagem perfaça qualquer gênero de saber.<sup>304</sup> Desse modo, o aprendizado do conjunto de técnicas que cercam o domínio de uma linguagem

---

<sup>300</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 321.

<sup>301</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 473. “In Wittgenstein’s repeated insistence upon this point, in his emphasis upon the importance of unnoticed, decause utterly pervasive, general facts of nature, one can find a thin analogue of Kant’s elaborate argument to establish the necessity of universal causal law as a general and fundamental condition of the possibility of conceptualized experience.” (HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion*, p. 197).

<sup>302</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 476.

<sup>303</sup> GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 240: “O mundo não se dá como presença inerte conformando o horizonte de nossa atividade de falar e de pensar, também é confirmado ou infirmado por essa atividade. Representa-se por meio de jogos de linguagem, mas se apresenta por meio de tudo aquilo que tais jogos pressupõem e repõem. O mundo existe para a linguagem e para o pensamento que saem de si mesmos para dizer o novo na base do velho não dito.”

<sup>304</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 480.

pode prescindir da capacidade de pensar as regras das técnicas de uso corrente. Afinal, é possível o aprendizado sobre regras sem que se as enuncie.<sup>305</sup>

A base dos jogos de linguagem seria um protótipo da nossa forma de pensar, e não um resultado do pensamento. Por conta disso, afirma o § 475 *Da Certeza*, “a linguagem não emergiu de qualquer tipo de raciocínio”. A preponderância de nossas práticas na constituição dos pontos incondicionados de modo algum se afirma em paralelo à idéia de que as práticas são governadas por regras gramaticais, das quais depende a sua objetividade.<sup>306</sup> Negar, por outro lado, que a linguagem tenha emergido de algum tipo de raciocínio parece menos afirmação de que forças instintivas preponderam sobre a constituição do espaço normativo do que reiteração do entrelaçamento interno entre regras e práticas.

Dessa maneira, acentuar o caráter pragmático da construção da necessidade não implicaria qualquer tipo de naturalização, seja do normativo, seja do significado.<sup>307</sup> Antes sim, implica que a relação entre a compreensão de que a necessidade é de natureza lingüística e a reiteração de que as regras gramaticais são resultantes da criatividade humana. Por isso, não podem ser concebidas como sublimes. Porém, disso não se extrai de imediato que a necessidade não seja o resultado de forças instintivas. As regras que governam o uso de expressões lingüísticas e ditam o sentido de nossas ações constroem mais do que determinam os nossos procedimentos.

Talvez, essa sim seja uma extração imediata da reiteração de que as regras gramaticais não podem ser concebidas como sublimes: as regras gramaticais não podem determinar o sentido de nossas ações. Todavia, o constrangimento pelo qual afirmam a regularidade dos eventos naturais e a estabilidade requerida pelas nossas manipulações simbólicas garante a objetividade do discurso. Wittgenstein entende que não há uma linha divisória radical entre atos deliberados à luz de razões e um comportamento determinado por leis causais, sendo possível entrever um contínuo. Por isso mesmo, temos a afirmação de que o espaço de razões não é inteiramente autônomo em relação à determinação causal.<sup>308</sup> Entretanto, há uma diferença conceitual importante entre um comportamento determinado causalmente e um

<sup>305</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 95.

<sup>306</sup> CUTER, João Vergílio G., O que Wittgenstein diria a respeito do Líquido Encontrado na Terra Gêmea, p. 56: “O uso de qualquer termo ou expressão de uma língua é um uso regrado, inserido desde logo na oposição entre aquilo que é correto e aquilo que não é. Esta oposição, por sua vez, não pode definir-se no âmbito do indivíduo – ela é externa a ele. Ela envolve a necessariamente a presença de uma comunidade responsável pela instituição da regra e por seu controle.”

<sup>307</sup> MEDINA, José. Wittgenstein’s Social Naturalism, p. 90: “However, unlike Quine and other naturalists, he does not argue for a *reductionist* account of the relation between our linguistic practices and these general facts of nature. Quine and other contemporary naturalists have argued that our philosophical accounts of language and knowledge are ultimately to be reduced to causal explanations in neurophysiological terms. According to Wittgenstein, however, meaning and normativity cannot be naturalized in this way.”

<sup>308</sup> Cf. MEDINA, José. Wittgenstein’s Social Naturalism, p. 84.

comportamento normativamente estruturado. A distinção, porém, não é absoluta. Não parece passar de um erro a tentativa de explicar o comportamento normativamente estruturado em termos de determinação causal, uma vez que não é possível reduzir o campo das normas ao âmbito dos mecanismos causais.

O significado de nossas expressões lingüísticas ou de nossas ações não pode ser apenas efeito de seus resultados, como se pudesse ser reconhecido unicamente a partir do sucesso ou fracasso de nossas intenções. O contraste, portanto, entre ações normativamente estruturadas e ações determinadas causalmente acentua o contínuo entre condições instintivas e relações lógicas, no que pese o fato de que relações lógicas sejam preponderantes. No entanto, Medina ressalta, “whether an animal activity constitutes a normatively structured practice depends on whether those who participate in it co-ordinate their behavior according to shared procedures or techniques which they have learned and can teach to others.”<sup>309</sup> Assim, o caso da criatura em estado primitivo interessa à reflexão wittgensteiniana à medida que pensa as condições mínimas do discurso.

Mas vale salientar que uma lógica primitiva é suficiente para garantir a compreensão de um meio de comunicação igualmente primitivo, como é o caso, por exemplo, dos jogos de linguagem descritos nos §§ 2 e 8 das *Investigações Filosóficas* e mencionados no § 564 *Da Certeza*. Com isso, temos respondida parcialmente à questão posta pela impossibilidade de extrair imediatamente a negação de que a necessidade seja resultante de determinações causais ou de reações instintivas da afirmação de que a normatividade resulta de convenções humanas.

Os comentadores, ao ressaltarem a afirmação de Wittgenstein de que “a linguagem não emergiu de qualquer tipo de raciocínio”, assinalam que a regressão própria à pergunta pelo fundamento de nossas práticas encontra em determinantes naturais um obstáculo intransponível.<sup>310</sup> Assim, enfatizando traços instintivos das formas de vida, naturalizam a certeza à qual deve se reportar o uso da linguagem. A naturalização serve aos propósitos de afirmar como universais certos componentes dos jogos de linguagem, porquanto caracterizem a humanidade. Porém, dessa afirmação de Wittgenstein, podemos, dentre outras coisas, extrair que essa certeza nem é formal nem pode ser absoluta. Isso se deve a ênfase nas práticas como espaço próprio à constituição dessa certeza.<sup>311</sup> É somente assim que essa certeza pode

---

<sup>309</sup> MEDINA, José. Wittgenstein’s Social Naturalism, p. 85.

<sup>310</sup> Cf. e. g., MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein’s On Certainty*.

<sup>311</sup> GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do Mundo*, p. 272: “A originalidade de Wittgenstein reside em mostrar que o *fundamento* da racionalidade não é meramente formal, no sentido clássico da palavra, vale dizer, princípios esvaziados de seus conteúdos mundanos, mas, ao contrário, é o próprio mundo como se apresenta enquanto condição do exercício da linguagem, notadamente do pensamento e do juízo, mas mundo existente enquanto

desempenhar a função de substrato de nossas perguntas e respostas, conferindo uma forma ao pensamento e à linguagem.

Em carta a Malcolm, Rhees narra uma conversa na qual Wittgenstein elaborara o caso de um ser humano que, antes de ter aprendido a falar, tivesse sido abandonado em uma ilha deserta inabitada e na qual não fosse possível encontrar rasto algum de humanidade. A questão levantada a partir daí parece eliminar a suposição de que Wittgenstein entende os elementos basilares dos jogos de linguagem como correspondentes a reações instintivas e, por conseqüência, devem preceder aspectos lógicos. Wittgenstein se faz a seguinte pergunta: “If we landed there, what communication could we have with this human being?”<sup>312</sup> A resposta nos parece esclarecedora. “– There is no reason to think that there are any gestures which must (logically?) be understood by anyone who sees them. And there is no reason to think that any gestures would serve as a starting ground for teaching the island man to speak and understand some part of the language.”<sup>313</sup> A base natural comum não é suficiente para garantir a compreensão por meio de uma linguagem, o que quer dizer que os aspectos elementares dos jogos de linguagem não podem corresponder apenas a reações instintivas. Por outro lado, as reações instintivas exercem um papel fundamental na linguagem.

Enfrentando esse caso, Wittgenstein inventa um de seus exemplos: “Suppose I went through the motions of putting food in my mouth and chewing it: perhaps the island man would bring me food (perhaps he would run away, perhaps he would attack me...). If he did, he might not do so a second time”.<sup>314</sup> Em algum sentido, as reações instintivas somente podem ser compreendidas contra um pano de fundo gramatical a partir do qual a regularidade pode ser reconhecida. A ênfase, aqui, volta-se à idéia de que quando esse comportamento é caracterizado, seja como primitivo, seja como instintivo, é sempre em relação a um jogo de linguagem normativamente estruturado. Em sendo assim, um gesto não pode ser compreendido, senão em relação ao tecido lógico que o ampara.

Por outro lado, significa que a base dos jogos de linguagem conta com um acordo relativo às reações antes do que com reações comuns em virtude dos instintos. Além disso, um gesto sequer poderia ser visto como um protótipo da forma de pensar, caso não inserido em uma linguagem, não relacionado com procedimentos comuns ao exercício do pensar e do falar.

---

regra permitindo o exercício da bipolaridade, e como tal também comportamento no qual se inscreve um pensamento tácito, seguido sem que se fale dele.”

<sup>312</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 98.

<sup>313</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 99.

<sup>314</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 99.

Wittgenstein reitera, no § 475, que não há razão para nos envergonharmos de uma lógica primitiva. Isso sinaliza que reações instintivas seriam compreendidas em contraste com procedimentos normativamente estruturados. Por conta disso, explorando o caso do ser humano abandonado na ilha deserta, Wittgenstein assinala que “unless someone understands the meaning of ‘and so on’ (or of some equivalent expression or gesture), it will be impossible to *teach* him the meaning of ‘and so on’”.<sup>315</sup> Essa observação de Wittgenstein está em sintonia com o § 473 de *Da Certeza*, a saber, a estabilidade das coisas é aprendida como uma norma antes da compreensão de que o normativo está sujeito à alteração. De resto, uma tal compreensão não separa a criatura em estado primitivo do homem racional, no qual é possível reconhecer algum raciocínio. Afinal de contas, para ambos vale o princípio de que a certeza de nossos procedimentos se assenta em uma forma de agir, de sorte que o homem racional não se distinguiria do primitivo em virtude de ser possível que as condições elementares de seu comportamento passem a resultar do pensamento.

Nesse sentido, não se trata de acenar para reações instintivas como base dos jogos de linguagem, antes sim, para a natureza dos princípios que regem a ação. Ou seja, trata-se, isso sim, de enfatizar que esses princípios não são esvaziados de conteúdo empírico, no sentido de que possam se valer unicamente de um arcabouço formal. Em suma, mesmo os jogos de linguagem não verbais têm o seu funcionamento dependente de uma lógica interna que articula as suas condições elementares.

A negação de que a base dos jogos de linguagem corresponde a reações instintivas tanto envolve a idéia de que uma forma de agir se deposita no fundo dos jogos de linguagem quanto recusa a concepção de que o conhecimento tenha como princípio o dado natural. Rhees pontua que, ao afirmar que “a linguagem não emergiu de um tipo de raciocínio”, Wittgenstein não diz que a linguagem tenha resultado do instinto.<sup>316</sup>

Assim, ao observar que pretende encarar o homem como um animal – como uma criatura em estado primitivo – Wittgenstein põe em questão a possibilidade de haver compreensão em uma comunicação que contasse com uma lógica primitiva, “in the sense in which we understand one other in what we say and do, or the sense in which we understand the language we speak.”<sup>317</sup> Por essa perspectiva, tanto se afirma que a instância fundamental dos jogos de linguagem seja o fato de que certas proposições se apresentam invariavelmente como verdadeiras, quanto que é o nosso *agir* (*Handeln*) que constitui o tecido de fundo dos

<sup>315</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 99.

<sup>316</sup> “This says it wasn't the result or outcome of reasoning. But it does not say that it was the outcome of instinct, or 'emerged' from instinct. And I do not think Wittgenstein would have said this. Or not without explaining what it would mean.” (RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 95).

<sup>317</sup> RHEES, Rush. *Wittgenstein's On Certainty*, p. 95.

nossos jogos de linguagem.<sup>318</sup> Os nossos conceitos de cor, por exemplo, não subsistiriam em função de reagirmos da mesma forma às cores. Caso fosse assim, as regras que governam os jogos envolvendo cores deveriam ser independentes de nossas práticas de uso das palavras relativas às cores, já que corresponderiam a determinações causais. Desse modo, em vez de o acordo relativo às nossas reações ser gramatical, seria natural.<sup>319</sup>

Ainda que as condições elementares do discurso cifrem componentes instintivos, não são tais componentes que interessam a Wittgenstein nas proposições, cuja expressão subscreve essas condições elementares da significação. A insistência com que Moore diz saber certas proposições também não deve lhe interessar por duas razões. Primeira, o fato de alguém, com inteira confiança, me assegurar de que sabe isso e aquilo, não me assegura de que de fato sabe; segunda, porque o papel exercido por essas proposições no sistema de nossos juízos empíricos não significa que elas designam uma classe de coisas sobre as quais não se pode duvidar. Essas proposições exercem um papel semelhante em nosso sistema de juízos empíricos, em razão de o curso de nossas práticas tê-las desviado para uma via inutilizada.<sup>320</sup>

Agora, porque a possibilidade de dúvida relaciona-se intrinsecamente com a capacidade de efetuar raciocínios, o caso do homem primitivo não deixa de ser emblemático para o papel desempenhado por proposições gramaticais. Portanto, ao assinalar que essas proposições condicionam todas as operações lingüísticas, notadamente julgar e pensar, Wittgenstein não estaria compreendendo o fundamento de nossas práticas como reações instintivas. Há de se separar então reações instintivas de condições lógicas da significação, pois, no cômputo final, não há razões anteriores ao estabelecimento do jogo de linguagem. A prova de que não haja como se desapegar do condicionamento gramatical envolvido pela nossa *forma* de julgar estaria em ser possível escolher uma linguagem com a qual pensar – mas não como se eu pensasse e então elegeisse uma linguagem a partir da qual se traduziriam os meus pensamentos não verbais.<sup>321</sup>

## GRAMÁTICA E EXPERIÊNCIA

---

<sup>318</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 204.

<sup>319</sup> Cf. HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion*, p. 298-299.

<sup>320</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 210.

<sup>321</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on Philosophy of Psychology*, Volume I, § 689, § 565.

## I. Certeza, Dúvida e *Forma de Agir*

Em “Ursache und Wirkung: Intuitives Erfassen”, assinala Wittgenstein, “a origem e a forma primitiva do jogo de linguagem é uma reação”.<sup>322</sup> “A linguagem – pretende dizer – é um refinamento”. À altura do § 402 de *Da Certeza*, prestes a dizer que uma certeza perfeita não pode ser senão uma questão de atitude, incorpora o verso de Goethe: “Im Anfang war die Tat”. O verso de *Fausto* passa a evocar a força das práticas na constituição das condições mínimas da significação. Pontua, então, as proposições, que exprimem os pontos de referência em torno dos quais os jogos de linguagem se organizam e constituem uma base inamovível. A aproximação desses dois parágrafos é signo de que o tema da certeza tem história na obra. Porém, isso nada tem de trivial. Mas que quer dizer a atribuição desse verso à linguagem? Por que, ao efetuar a descrição dos jogos de linguagem, Wittgenstein cita essa expressão goetheana que subverte até mesmo o sentido das sagradas escrituras?

Treze anos separam o § 402 *Da Certeza* e “Ursache und Wirkung” e, todavia, o sentido do verso de Goethe não é traído. Wittgenstein faz com que as anotações *Da Certeza* conservem o mesmo sentido dessa expressão ilustrativa da dinâmica dos jogos de linguagem. Tanto é assim que uma metáfora de *Da Certeza* – “estes alicerces são suportados pela casa inteira” – esclarece o uso da expressão de Goethe.<sup>323</sup> Se, por essa metáfora, Wittgenstein inverte a aparente ordem natural das coisas, é que a necessidade que tem em vista não é afirmada pelo afastamento da experiência, quer dizer, essa necessidade deve se afirmar no cotejo com o uso de proposições empíricas. Nessa exata medida, a certeza básica dos jogos de linguagem é suportada pelo uso corrente da linguagem.

Por outro lado, a expressão “vom ganzen Haus”, na qual se resolve a metáfora, cifra a impossibilidade de haver uma distinção categórica entre juízos empíricos e proposições da lógica. Pois, o território no qual se localiza o campo de certezas que perfaz a base judicativa não pode constituir-se com independência da elaboração de juízos empíricos. A metáfora sublinha os laços entre as regras de uso de expressões lingüísticas e a sua aplicação. Por uma perspectiva, importa acentuar a distinção entre a casa e seus alicerces e, por outra, fazer com que os alicerces participem do conjunto da casa. Ou seja, proposições da lógica não abandonam *de todo* o trânsito dos juízos empíricos, mostrando ser lábil a fronteira entre

---

<sup>322</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 395.

<sup>323</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 248.



gramática e empiria. Em ambos os textos a dúvida deve ter um fim e deve ser uma exceção, antes do que uma regra, uma vez que se reporta a um campo de certezas.<sup>324</sup>

Escrito, em grande medida, contra Russell, “Ursache und Wirkung” possui como foco exclusivo a reflexão sobre o conhecimento causal. Por isso, diferencia-se de *Da Certeza* que lida, sobremaneira, em torno da pergunta acerca do papel desempenhado, em nosso sistema de crenças, por proposições que exprimem um campo de certezas. Mas acentua apenas que o horizonte de *Da Certeza* é um tanto mais largo; talvez, por isso, seus resultados sejam mais substanciais, em virtude de *Da Certeza* tanto dilatar a pauta de questões, quanto por situar no centro da cena uma pergunta que “Ursache und Wirkung” não formula. Embora não manipule boa parte do aparato teórico de *Da Certeza*, antecipa um certo escopo conceitual essencial ao contexto teórico dessa reflexão.<sup>325</sup>

“Ursache und Wirkung” já tratava de pontuar que nossas manipulações lingüísticas se inscrevem em um quadro gramatical constituído por nossas práticas judicativas. E mais, assinalava o quanto esse quadro gramatical condiciona, em certo sentido, a experiência. Por conta disso, está em condições de afirmar que “a essência do jogo de linguagem é um método prático (uma forma de agir), não a especulação nem a verbosidade (*Geschwätz*)”<sup>326</sup>. Assim, embora não articule a pergunta fundamental *Da Certeza*, “Ursache und Wirkung” envolve a pergunta pelo papel jogado pela dúvida e a exatidão em nossos jogos de linguagem. E isto Wittgenstein trata de deixar claro desde seu primeiro parágrafo.

Uma causa deve ser reconhecida imediatamente sem que demande experimentos repetidos (*ohne widerholtes Experiment*). O diagnóstico de Wittgenstein, porém, não se detém aí. Trata também de, no segundo parágrafo, esquadrihar o caso em função do qual o expediente terapêutico será mobilizado. “Russell disse que antes do reconhecimento de algo como uma causa a partir de experiências repetidas, teríamos que reconhecer algo como uma causa pela intuição.”<sup>327</sup>

Wittgenstein entende que a formulação de Russell envolve uma completa incompreensão do papel exercido pela exatidão e pela dúvida em nosso sistema de juízos, pois dizer que o reconhecimento de uma causa resulta da repetição da experiência traduz-se na afirmação de que em algum ponto a dúvida deve cessar e tornar possíveis as condições que

<sup>324</sup> Cf. GLOCK, Hans-Johann. Knowledge, Certainty and Scepticism: in Moore’s defence, p. 64.

<sup>325</sup> GLOCK, Hans-Johann. Knowledge, Certainty and Scepticism: in Moore’s defence, p. 64: “In this last respect [a dúvida pressupõe um campo de certezas], both *On Certainty* and ‘Cause and Effect’ build on an idea which dates back to the *Notebooks*, and which makes an intermittent appearance in the work leading up to and including the *Investigations*, namely that scepticism is self-refuting because it violates the preconditions of meaningful doubt.”

<sup>326</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 399.

<sup>327</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 371.

permitem concluir que algo ocorre por conta de uma causa.<sup>328</sup> E Wittgenstein não se cansa de reiterar que a forma básica do jogo é uma em que agimos, de sorte que é um equívoco compreender os elementos básicos do jogo como conhecimento.<sup>329</sup> Assim, a dúvida, uma vez posta desde o princípio, comprometeria o funcionamento do jogo.

Wittgenstein afirma que a forma simples do jogo é a determinação da causa, e não da dúvida. Mas por qual razão nosso modo de agir não assimilaria a dúvida como um aspecto básico do jogo da causa e efeito? Ora, a dúvida não tem lugar na forma simples do jogo e o interlocutor de Wittgenstein não mede esforços para desfazer dessa idéia. ““Em um poema a rima não poderia vir no início dos versos em vez de situar-se no fim?””<sup>330</sup> Por certo, a dúvida não tem qualquer lugar em seu jogo simples – o interlocutor interpela – mas que significa estar certo de que ele sente dor de dente? Diante da resposta de Wittgenstein – “So ist das Spiel” – o seu interlocutor, porém, não cessa de tramar dificuldades à idéia de que uma dúvida não encontra lugar na forma básica do jogo. Assim, estipula a possibilidade do fingimento, e a resposta de Wittgenstein se estabelece em continuidade com a primeira: “Mas ele não pode estar fingindo se a forma de agir dele não for contada como *fingimento* no jogo.”

A forma fundamental dos nossos jogos não reserva espaço para a dúvida e, por certo, a convicção que essa afirmação encerra não é uma questão de certeza histórica. Por vezes, compreende-se a afirmação de que a forma fundamental dos jogos de linguagem *não pode* incluir a dúvida como se tratando de uma possibilidade relacionada intrinsecamente com a realidade histórica. Aqui, antes de tudo, Wittgenstein pretende imaginar uma forma fundamental do jogo.<sup>331</sup> Portanto, não se trata de dizer que haja uma linha de continuidade histórica em que se resolve a evolução das formas de expressão humanas. Destarte, a linguagem teria evoluído de uma forma, cujo único recurso eram os gestos, para uma verbal. Em sendo a possibilidade lógica, a forma de agir se inscreve como condição dos jogos de linguagem, por mais complexos que eles sejam.

Dizer que o jogo de linguagem se resolve unicamente em uma forma de agir consiste em afirmar a impossibilidade do erro nessa modalidade do jogo. É por isso que um jogo de linguagem simples não inclui a possibilidade da dúvida. Agora, Wittgenstein dispõe de um

---

<sup>328</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 397.

<sup>329</sup> BRENNER, William H. *Dialogues on Causality and the Limits of Empiricism*, p. 4: “I agree that you – and indeed all of us – (diz Wittgenstein) are sometimes *directly* and *immediately certain* that *x* is the cause of *y*. What I want to say is that calling this certainty a kind of *knowledge* is – misleading unless you explain that in using the word ‘knowledge’ here you’re simply wanting to make it a *rule* to call *x* the cause. In others words: as far as I can see, saying that we know a cause directly or intuitively just means that we’re going to call it the cause and are determined not to let any experiment interfere.”

<sup>330</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 385.

<sup>331</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 377.

exemplo correspondente a um encontrado em *Da Certeza*. Não nos ocorre, ao dizermos “sente-se nesta cadeira”, que estejamos em erro e que talvez não se trate de fato de uma cadeira. Ou seja, “que a experiência posterior pode nos mostrar que se trata de outra coisa que não uma cadeira”<sup>332</sup>. Não nos ocorre uma tal dúvida nesse caso e o jogo de linguagem nem mesmo a tem como possível. Aqui “Ursache und Wirkung” elabora uma solução para a pergunta pelas condições gramaticais do reconhecimento de uma causa que a questão característica de *Da Certeza*, em algum sentido, leva em conta.

Nessa medida, *Da Certeza* e “Ursache und Wirkung” afirmam o primado das práticas na constituição das condições lógicas da significação, no que pese o fato de essa solução dos jogos de linguagem em *Da Certeza* resultar em uma reflexão acerca do domínio de técnicas que o uso da linguagem envolve. Afinal, a dúvida, como um momento de hesitação, não pode ser senão exceção à regra, já que é fundamental aos jogos de linguagem um modo de agir de acordo com as regras que os governam.<sup>333</sup>

Todavia, não se trata de compreender que um jogo de linguagem complexo deve envolver a dúvida como elemento necessário, pois os elementos necessários ao jogo de linguagem são aqueles sem os quais a dinâmica dos jogos estaria comprometida, ou seja, sem os quais a possibilidade dos jogos de linguagem seria posta em questão. Um modo de agir que não conte com a regularidade, por sua parte, não estaria em condições de figurar como base dos jogos. Isso significa que, se as coisas não se passassem assim, as mudanças mais radicais ocorreriam. Como, por exemplo, é essencial ao tráfego urbano que, na grande maioria dos casos, um automóvel ou um pedestre se desloque em linha constante em direção a um destino, e não se locomova como quem muda de opinião em relação ao seu destino durante todo o tempo.<sup>334</sup> Com efeito, afirmar que a dúvida deve ser uma exceção à regra significaria que, desde que seja significativa, não rompe com a regularidade da qual a dinâmica do jogo depende. Por isso, o aprendizado do jogo de linguagem não pode ser marcado pela expressão em tom de voz de dúvida “eu penso que há uma cadeira aqui”, antes sim, é a expressão “há uma cadeira aqui” constitui a base do jogo de linguagem.

Uma criança não pode aprender o uso de expressões que incluem a palavra “cadeira” dizendo, “isto se parece com uma cadeira, mas é realmente uma cadeira?”<sup>335</sup> E, por começar com uma dúvida, deve-se suspeitar da impossibilidade que se exprime pelo *não pode*.

---

<sup>332</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 377. Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 7: “Minha vida mostra que sei ou estou certo de que há uma cadeira, há uma porta, etc. – E. g., eu digo a um amigo “Sente-se naquela cadeira”, “Feche a porta”, etc, etc.”

<sup>333</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 379.

<sup>334</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 379.

<sup>335</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 379.

Wittgenstein suspeita sobre a impossibilidade de uma dúvida incluir-se na forma fundamental dos jogos de linguagem, visto que uma tal impossibilidade poderia ser apenas lógica. E, além disso, “a dúvida não pode ser um elemento *necessário* sem o qual o jogo é obviamente incompleto e incorreto”.<sup>336</sup> Portanto, que o começo dos jogos de linguagem não possa ser marcado pela dúvida significaria que a dúvida não é um elemento necessário à constituição do tecido pragmático que possibilita os jogos de linguagem.

Por um lado, a impossibilidade de dúvida na forma fundamental dos jogos não pode implicar a impossibilidade de ela ser incluída dentre os elementos de um jogo, cuja forma seja mais complexa. Por outro, negar a possibilidade desses jogos primários incluírem a dúvida implicaria dizer que a dúvida não pode ser um elemento necessário dos jogos de linguagem, por mais complexos que eles sejam. A base dos jogos de linguagem não comporta o ato de dúvida.

Essa idéia de “Ursache und Wirkung” também encontra correspondência em *Da Certeza*. No jogo de linguagem “quando eu chamá-lo, entre pela porta”, diz Wittgenstein, “em qualquer caso normal, será impossível uma dúvida sobre se há de fato uma porta ali.”<sup>337</sup> Agora, uma dúvida a respeito da existência da porta nos impediria de prosseguir no jogo de linguagem. E Wittgenstein não faz mistério sobre seus propósitos: “O que eu devo mostrar é que uma dúvida não é necessária, mesmo quando ela é possível.”<sup>338</sup> E isto quer dizer que “a possibilidade do jogo de linguagem não depende de se duvidar de tudo que pode ser duvidado”<sup>339</sup>.

A ordem da argumentação de “Ursache und Wirkung”, por seu lado, constata que um jogo de linguagem que inclua a dúvida é mais complicado do que um jogo que não a inclua. Protesto contra Russell, essa constatação é feita em virtude de duas razões. Primeira, a dúvida não pode ser um elemento necessário do jogo no sentido de que a possibilidade do jogo não depende da dúvida; segunda, a dúvida não pode ser um elemento necessário de nossos jogos e, no entanto, os jogos de linguagem podem incluir a dúvida.

*Da Certeza* e “Ursache und Wirkung” se fazem tão próximos que podem esclarecer-se mutuamente. A idéia de que os jogos mais básicos não incluem a possibilidade de dúvida afasta a objeção de que não é possível ter certeza a respeito de jogos de linguagem, cujas expressões parecem depender de uma experiência subjetiva, pois faz com que o significado dependa das práticas de elaboração de juízos. “Não podemos saber se alguém está com dor?

---

<sup>336</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 381.

<sup>337</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 391.

<sup>338</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 392.

<sup>339</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 392.

– Oh, sim, não *podemos*, nós *sabemos* isso!”<sup>340</sup> Porém, não se trata de um conhecimento intuitivo (*intuitives Wissen*) dessa dor nem disso resulta a afirmação de uma capacidade natural. Também em “Ursache und Wirkung” que um modo de agir constitua a base dos jogos de linguagem significaria que a procura pela justificação de nossos juízos deve esbarrar em um ponto intransponível onde, escavando, a pá entorta. “A completa justificação de um juízo não deve se estender, ao infinito, à cadeia de razões.”<sup>341</sup>

Para afastar a incompreensão acerca do papel desempenhado pela dúvida e pela exatidão em nossos jogos de linguagem, Wittgenstein apresentará duas ordens de argumentos. Em primeiro lugar, a possibilidade da dúvida não se inscreve como um elemento necessário dos jogos de linguagem. Em segundo, mostra a inconsistência da idéia de que a causa é sabida primeiramente pela intuição. Uma e outra ordem de argumentos encontram-se em relação intrínseca com a tarefa que ele entende ser própria da filosofia.

A atividade filosófica consistiria em reconduzir as palavras do uso metafísico para o uso ordinário.<sup>342</sup> Tudo o que a filosofia pode fazer é destruir ídolos,<sup>343</sup> e isto não corresponde a criar novos ídolos, como é o caso da “ausência de um ídolo”. Isso quer dizer “rejeitar falsos argumentos”<sup>344</sup>. Assim, o trabalho filosófico difere do trabalho do filólogo por interessar-se por regras que, geralmente, a filologia ignora ou desconsidera.<sup>345</sup> Todavia, o interesse por essas regras, que são internas ao uso de expressões lingüísticas, não deve degenerar em qualquer invenção pela qual se possa interferir no uso efetivo da linguagem. Tudo o que está ao alcance do filósofo, no final das contas, é descrevê-lo.<sup>346</sup> Por isso, “o trabalho filosófico consiste em reunir lembretes em vista de um propósito particular”.<sup>347</sup>

Nessa medida, cuidar de um problema filosófico não envolveria a enunciação de novas verdades a respeito do assunto investigado. Perguntar-se, por exemplo, o que é substância, é interrogar-se a respeito das regras gramaticais que governam o emprego da palavra “substância”. Assim, explora o papel que a palavra “intuição” exerce em nossos jogos de linguagem, dizendo que “o conhecimento nos interessa apenas no jogo”.<sup>348</sup> Por isso, Wittgenstein se pergunta que jogo está a ser jogado com a palavra “intuição” quando empregada na expressão “conhecer a causa intuitivamente”<sup>349</sup>.

<sup>340</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 381.

<sup>341</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 383.

<sup>342</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 167.

<sup>343</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 171.

<sup>344</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 165.

<sup>345</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 169.

<sup>346</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 177.

<sup>347</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, p. 173.

<sup>348</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 393.

<sup>349</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 391-393.

“Poder-se-ia imaginar um uso da linguagem no qual as pessoas dissessem: ‘O Sr. Desconhecido fez isto’, em vez de ‘Desconhece-se quem fez isto’ – de modo que as pessoas não tivessem que dizer que há algo que elas não saibam.”<sup>350</sup> Nessa modalidade de jogo de linguagem a dúvida seria um elemento necessário, já que deve ser possível duvidar do que se afirma saber. Em um jogo de linguagem que funcionasse assim, a idéia de que a intuição cumpre um papel precedente ao reconhecimento da causa pela experiência vingaria com plenos direitos. Desse modo, a idéia a ser enfrentada nesse caso é a de que reconhecer uma causa envolve dominar um estado de coisas situado na mente. Haja visto que a principal objeção ao argumento que a dúvida não encontra lugar em jogos primários é que não é possível saber com inteira certeza a respeito da dor alheia, porque inacessíveis as condições de verdade da expressão de dor. Assim, ao pôr o significado como resultante das práticas lingüísticas, Wittgenstein situa a significação de atos anímicos na gramática, segundo a qual tais atos podem ser ditos. E não deixa de assinalar o quanto é notável que atos anímicos possam interessar a uma investigação de todo lógica.<sup>351</sup>

A reflexão wittgensteiniana estabelece os estados mentais em paralelo com um modo de agir, cujos critérios de correção são públicos. Se os estados mentais podem ser inteligíveis, ou mesmo significativos, é em razão de estarem ligados às nossas práticas comuns, cujos movimentos desenham as condições de possibilidade da compreensão lingüística. Portanto, pouco a pouco, a obscuridade que encerra a significação de atos anímicos é esmaecida à medida que se recusa a separação entre interno e externo, pois a aplicação das regras que governam os jogos de linguagem não permitiriam um hiato entre vivência interna e expressão. Além do mais, é a recusa a uma tal separação que é cifrada na resposta à pergunta que pretende objetar a idéia de que a dúvida não tem lugar nos jogos básicos: “So ist das Spiel”.<sup>352</sup>

É tendo em vista esse quadro conceitual que Wittgenstein estrutura um de seus exemplos esclarecedores: “Se eu digo: ‘Eu sei que há alguém na sala’ e é suposto que eu esteja em erro, então eu não *sabia*’ – logo, eu estou em erro ao auferir por introspecção meu estado mental?’ Eu auferi em meu interior e assumi algo como um saber, quando não se tratava de um saber.”<sup>353</sup> A separação entre interno e externo resulta na impossibilidade de empregar o verbo ‘saber’ em situações nas quais seu emprego é significativo, pois o uso do verbo “saber” deve inserir-se em afirmações do tipo “eu vejo algo vermelho” ou “eu sinto dor”. Em outras palavras, o verbo “saber” teria o seu campo de aplicações reduzido a

---

<sup>350</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 393.

<sup>351</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 391.

<sup>352</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 385.

<sup>353</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 391.

situações nas quais dizer “eu sei que *p*” não poderia significar mais do que “*p*” e, por consequência, nesse caso, a expressão ‘eu não sei que *p*’ seria um disparate (*ein Blödsinn*).<sup>354</sup>

Mas por qual razão a redução do verbo “saber” à modalidades de uso destituídas de sentido ocorre? Em vez de olhar o uso efetivo das palavras “eu sei...”, quem o reduz a tão poucos usos olha para as palavras e especula qual seria seu emprego apropriado, assim como por essa única razão atribui à intuição uma espécie de reconhecimento preparatório à identificação de uma causa a partir da experiência. “Como operam então os jogos de linguagem – quando dizemos ‘sabemos’? – pergunta Wittgenstein, como a restituir a expressão de saber de um solo comum. Pode haver várias respostas possíveis para essa questão, mas todas devem subordinar-se igualmente ao modo de agir que embasa os jogos de linguagem. “E quando realmente nos certificamos de que estamos em um certo estado mental? Não é quando temos uma evidência de um certo tipo? – E, portanto, de uma modalidade de evidência sem a qual isto não é um saber.”<sup>355</sup>

Do que se trata, afinal, a intuição nesse contexto? A essa pergunta, Wittgenstein responde por meio de uma disjunção. Ou a intuição corresponde a uma modalidade de experiência familiar à nossa vida ordinária, ou não passa de uma quimera, da qual fazemos uso pela única razão de estarmos filosofando. A partir do princípio de que somente no curso da vida uma expressão tem significado, Wittgenstein afirma o seu modo de conceber a natureza da filosofia. A filosofia “é a gramática das palavras “müssen” e “können”, no sentido de que a reflexão filosófica consiste em mostrar “o que é um *a priori*” e “o que é um *a posteriori*”.”<sup>356</sup>

Wittgenstein entende que há em alguns casos uma legítima experiência disso que pode ser chamado de “experiência da causa”, mas não porque a causa nos seria mostrada de modo infalível, mas sim por conta de uma rota causal inscrever-se no jogo de linguagem, “em nossa procura por uma causa.”<sup>357</sup> Por essa perspectiva, pontua que não há qualquer mediação entre a causa e o seu reconhecimento, senão de natureza lingüística. Assim, por um lado, a noção de intuição, atribuída a Russell, não corresponderia a uma modalidade de experiência familiar à nossa vida ordinária.

O nosso conhecimento tem a sua possibilidade inscrita nas condições mínimas dos jogos de linguagem, ao passo que esse saber envolvido pelo conhecimento intuitivo da causa não encontra qualquer conceito correspondente em nossos jogos. No entanto, “podemos

---

<sup>354</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 391.

<sup>355</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 391.

<sup>356</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 375.

<sup>357</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 373.

imaginar alguém dizendo, de um modo inspirado, que agora *SABE* a causa; porém, isso não nos impede de testar se o que ele afirma saber é correto.”<sup>358</sup> A afirmação de que conhece a causa, nesse caso, uma vez que situada na rota do jogo de linguagem, deve permitir que outros tantos que dominem o jogo de linguagem refaçam o caminho e encontrem a causa. Afinal de contas, é nesse sentido que os jogos de linguagem podem ter a sua essência definida por “um método prático” (*eine praktische Methode*).<sup>359</sup> Isso significa, antes de tudo, que a base dos jogos de linguagem é constituída por um campo de certezas, cuja objetividade é garantida pelas práticas envolvidas nesses jogos.

E, por uma única razão, Wittgenstein recusa a separação entre interno e externo. O uso da linguagem condiciona, quer o trato com o empírico quer a organização dos atos anímicos, mas não como instância mediadora. Isso se relaciona intrinsecamente com a impossibilidade de o começo dos jogos ser marcado por um comportamento de dúvida. Afinal, significa que a base judicativa condiciona o espaço dos possíveis e encerra uma *forma* de ver as coisas, no sentido de que são as normas de descrição, e não a experiência, que determinam as possibilidades no interior dos jogos.

Todavia, o que significa que a impossibilidade de a dúvida assinalar o começo do jogo? A impossibilidade de a dúvida figurar entre os lances básicos de um jogo é ainda mais bem esclarecida a partir da suposição de uma linguagem, cujos recursos de expressão se detivessem em gestos, ações e comportamento. Essa suposição tanto esclarece as razões por que a dúvida, nesse caso, se afigura impossível, quanto articula a idéia – central em *Da Certeza* – de que a dúvida deve ser posterior à certeza. A certeza não corresponderia ao fato de proposições verdadeiras serem sempre contadas como pressupostos necessários à elaboração de juízos, pois não significa meramente que a dúvida dependa de elementos indubitáveis, mas sim que a *forma* por que fazemos nossos juízos não inclui a dúvida. Mesmo porque não se trata de pressuposição nem de entender a necessidade como disposta essencialmente em proposições.

E nada mais esclarecedor do quanto essa *forma* condiciona nossa maneira de julgar do que supor uma linguagem, cuja expressão não contaria com elementos verbais. Uma linguagem assim coincidiria, no essencial, com a linguagem dominada pela “criatura em estado primitivo”. Uma mãe, segundo essa perspectiva, que se deparasse com seu filho em prantos e identificasse em sua face um semblante de dor, correria em seu socorro, para cuidar de sua dor. Diante de uma mãe que reagisse de modo diferente, duvidando a respeito da dor

---

<sup>358</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 393.

<sup>359</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 399.



da criança – sem razão alguma – não a chamaríamos de cética, mas sim de louca. Afinal, o jogo de linguagem nada permitiria de correspondente à dúvida sobre a dor.<sup>360</sup>

Ora, não enquadraríamos o comportamento da mãe como cético, porque se afiguraria estranho ao tecido de certeza que constitui a base dos nossos jogos de linguagem. Uma dúvida, nessa medida, que figurasse no princípio do jogo seria tão incompreensível quanto uma partida de xadrez, em que os jogadores já comesçassem vencendo ou perdendo a partida desde o início do jogo. Nem mesmo estaríamos em condições de chamar uma tal prática de jogo, pois todo o conjunto de práticas dos jogadores no início do jogo corresponde ao que “usualmente ocorre quando o jogo é vencido ou perdido”, ou seja, corresponde ao que entendemos por fim do jogo.<sup>361</sup>

Por conta disso, Wittgenstein ressalta que a certeza é a forma primitiva do jogo de linguagem e que a incerteza não conduziria à ação, pelo contrário, a embargaria.<sup>362</sup> Com isso, pretende dizer que uma forma de agir regular caracteriza, no essencial, os jogos de linguagem. Por certo, em *Da Certeza*, os jogos de linguagem encontram em uma forma de agir o seu ponto de referência, à medida que os critérios de correção são estabelecidos por uma comunidade lingüística. Aqui, a insistência na forma primitiva do jogo de linguagem se presta à defesa da prática como lugar de constituição das condições lógicas da significação. Quer dizer, se presta à determinação de proposições gramaticais como proposições que exprimem uma *forma* de elaborar juízos segundo formas de vida.

Todavia, a que papel se presta essa insistência tão marcante em “Ursache und Wirkung”? Por um lado, a dúvida é signo inequívoco da contingência da experiência ou, pelo menos, assim é tomada por uma perspectiva cética; por outro lado, uma dúvida que desfaça as condições da significação mergulharia nossas práticas judicativas em um caos. Portanto, a caracterização dos jogos de linguagem como definidos por uma certeza básica, sem a qual a sua dinâmica estaria comprometida, não neutralizaria a contingência característica da experiência, da qual os movimentos no interior dos jogos se valem. Trata-se de acentuar que o reconhecimento de uma causa não ocorre com independência dos quadros conceituais constituídos por nossas práticas de julgar e que, por isso, o reconhecimento de uma causa nem contaria com experiências repetidas, nem com a precedência de qualquer mecanismo intuitivo.

A organização da experiência não se dá com independência da configuração dos jogos de linguagem. Como também os jogos de linguagem não se estruturam à revelia de elementos

<sup>360</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 383.

<sup>361</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 383.

<sup>362</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 397.

empíricos. Wittgenstein protesta contra a idéia da ausência de dúvida corresponder ao abandono da possibilidade de que as coisas sejam de outro modo. Por uma única razão, a saber: essa possibilidade deve existir na linguagem.<sup>363</sup> Por conseguinte, a *forma* de configuração dos jogos de linguagem corresponde aos modos pelos quais a experiência é estruturada. E é na linguagem que se inscreve a possibilidade de duvidar em alguns casos. A ênfase na certeza como elemento primitivo dos jogos de linguagem não pretende unicamente negar que o reconhecimento de uma causa impescinde da observação de conjunções constantes, mas sim ressaltar que perceber uma causa depende da forma como usamos a linguagem. Assim, importa pouco negar que o reconhecimento de uma causa dependa da repetição da experiência. “Ele não teria feito experimentos – mas não estou assumindo que ele não faz. *Este é o jogo que ele joga.*”<sup>364</sup>

Wittgenstein enuncia algo mais do que a afirmação de que o jogo não pode começar com a suspeita quanto ao conhecimento da causa. A neutralização da contingência a partir do afastamento da dúvida desempenharia papel semelhante à extensão da possibilidade de dúvida a todos os casos. Trocando em miúdos, se ao excluir a dúvida do começo do jogo Wittgenstein pretende resguardar a dinâmica de funcionamento dos jogos, em igual medida, uma neutralização da contingência comprometeria o funcionamento dos jogos. Os lances no interior dos jogos se articulam como possíveis, não como necessários. Além disso, não é porque não é possível uma dúvida a seu respeito que a base dos jogos de linguagem estaria a salvo da contingência. Antes sim, a impossibilidade da dúvida asseguraria o funcionamento dos jogos no sentido de que garante a regularidade que deve caracterizá-los. Em outros termos, com a negação da possibilidade da dúvida ressalva-se as condições mínimas constitutivas de uma *forma* de julgar essencial ao uso da linguagem.

Assim, a dúvida só poderia desempenhar um papel de segunda ordem. E não se trata meramente de pontuar um campo de certezas como característico do começo dos jogos, pois não há necessidade alguma em falar aqui sobre “começo do jogo”. Afinal de contas, a questão do porquê uma dúvida nessas circunstâncias não poderia ser possível diz respeito às garantias de prosseguimento do jogo. O fundamento cultivado pelos jogos de linguagem consiste nas garantias de formas de vida, as quais são determinadas, acima de tudo, pela ação que as constitui.<sup>365</sup> Somente assim as formas de vida podem elaborar vias de ação com as quais as nossas práticas contam e segundo as quais os lances dos jogos de linguagem se tornam efetivos. “Temos uma idéia de que as formas de vida são primitivas e que apenas a partir

<sup>363</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 387.

<sup>364</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 389.

<sup>365</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 397.

delas nós poderíamos nos desenvolver. Nós cremos que um arado mais simples (*einfachste Pflug*) existiu antes de um mais complicado.”<sup>366</sup>

As formas de vida determinam a formação de quadros conceituais que, por sua vez, condicionam a formulação de juízos empíricos. É nessa medida que uma *forma* de agir estrutura nossas operações lingüísticas, também, no sentido de que demarca o território do possível. Essa situação se afigura como se nossos conceitos estivessem envolvidos por um andaime de fatos (*eine Gerüste von Tatsachen*), e não é senão essa a suspeita do próprio Wittgenstein.<sup>367</sup>

Ora, caso imaginemos certos fatos diferentes do que são, inevitavelmente certos conceitos perderiam o seu campo de aplicação, já que as regras de aplicação não encontrariam mais correspondência dos fatos nas novas circunstâncias. Nesse caso, a aplicação de certos conceitos se tornaria não apenas difícil, mas sim impossível. Pode-se, por exemplo, imaginar o caso de duas sementes que produzem plantas diferentes, embora depois de demorada investigação não ter sido encontrada diferença alguma entre elas. “As sementes de uma planta-A sempre produzem mais plantas-A, enquanto que as sementes de uma planta-B, mais plantas-B”.<sup>368</sup> Em vão procuraríamos por uma causa. No entanto, não deixaríamos de predizer que deve haver uma causa, pois nossos esquemas conceituais se resolvem no sentido de descrever todas as coisas em termos de causa e efeito. Por mais que o caso em questão escape do esquema de conexão causal, continuaríamos a vê-lo assim. E, ademais, disso não resultaria qualquer alteração no território dos fatos.

Todavia, o mais significativo aqui é que, por conta disso, não seria quebrado o esquema conceitual que nos possibilita ver todas as coisas em termos de causa e efeito. Assim, as condições de possibilidade do jogo de causa e efeito não estariam comprometidas, seja no caso de nossas investigações não ter encontrado a causa porque a semente B produz plantas B, seja no caso que um evento contradiz toda a nossa experiência, no sentido de que tudo o que conhecemos depõe a favor da expectativa de que a água na chaleira ferve, uma vez no fogo. A arbitrariedade da gramática deve ser entendida como “um primeiro testemunho em favor de sua autonomia”,<sup>369</sup> no sentido de que a gramática apenas pode ser arbitrária na exata

---

<sup>366</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 397.

<sup>367</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Philosophy of Psychology*, Volume II, § 392.

<sup>368</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Ursache und Wirkung*, p. 375.

<sup>369</sup> Cf. HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion*, p. 156, p. 160: “The arbitrariness of grammar is the arbitrariness of autonomy, and the necessary truths which the metaphysician seeks in his investigations into the essence of the world are mere reflections of grammar”. “The relevant sense in which grammar is arbitrary is the doctrine of the autonomy of grammar.” Cf. Também SALLES, João Carlos. *A Gramática das Cores em Wittgenstein*, p. 29.

proporção em que é autônoma. É assim que componentes gramaticais podem, em algum sentido, condicionar a experiência, com a qual se estabelecem em intrínseca relação.

## II. Experiência e Constituição do Sentido

As nossas convicções que se deixam exprimir por proposições gramaticais formam um sistema, uma estrutura segundo a qual elaboramos nossos juízos. Mas o que significa essas proposições, situadas entre a gramática e a empiria, não abandonarem *de todo* o tráfego empírico e, contudo, condicionariam a experiência em algum sentido? Proposições gramaticais condicionariam a experiência no sentido de que conferem uma *forma* aos nossos procedimentos, porque pertencem à estrutura de nossos pensamentos.<sup>370</sup> Estruturam nossos juízos pelo fato de exprimirem coisas que, “por assim dizer, foram desviadas para uma via não utilizada”. Afinal de contas, o caráter da função exercida por essas proposições relaciona-se intrinsecamente com o fato de se tratar de proposições, cuja verdade jamais é posta em questão. E sequer são formuladas.<sup>371</sup>

Dizer, portanto, que se trata de proposições desviadas para uma via não utilizada significa dizer que essas proposições estão situadas fora da rota em que se movem nossas investigações empíricas. Essas proposições, antes mesmo de serem consideradas indubitáveis, devem ser compreendidas como isoladas da dúvida, no sentido de que não são postas em questão. Tampouco, o funcionamento dos jogos de linguagem que as envolve exige a sua formulação, estabelecendo-as como autônomas em relação aos resultados de nossos inquéritos empíricos.

Por conta disso, qualquer que seja o caso inscrito na experiência deve já contar com o condicionamento que somente essas proposições podem exercer. Assim, a dificuldade é compreender como conservam sua atemporalidade, sem que interrompam completamente o contato com a experiência, permitindo que as proposições gramaticais exerçam a função de estruturantes do pensamento e da linguagem. Por não abandonarem o concurso da experiência, é que se pode esclarecer as razões por que elas não são postas em questão no ajuste de contas entre linguagem e realidade e também o papel da experiência na constituição da necessidade da qual são a expressão.

---

<sup>370</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 211.

<sup>371</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 87.

Não é a verdade de certas proposições que confere uma forma às nossas operações lingüísticas. Sendo assim, a experiência não nos pode ensinar a certeza à qual se reportam nossas operações lingüísticas. A certeza que cada uma dessas proposições encerra não pode ser assimilada isoladamente e sequer temos experiência do que proposições gramaticais enunciam. E isso não é tão relevante, pois os elos entre a certeza e o uso que fazemos da linguagem prescindem do fato de possuímos experiência a respeito de cada uma dessas proposições.

A objetividade das regras que governam o uso de expressões lingüísticas, ou mesmo em torno das quais se organiza a experiência, resulta do modo de agir comum a uma comunidade lingüística. “Eu aprendi uma grande quantidade de coisas e as aceitei devido a autoridade dos homens, e então, de acordo com a minha própria experiência, eu encontrei algumas coisas como confirmadas ou infirmadas.”<sup>372</sup> Somente se compreendidas como pertencentes a uma estrutura, proposições gramaticais podem exercer a função de fornecer um quadro de referências a partir do qual agimos e segundo o qual julgamos. Por isso, Wittgenstein deve recusar que o nosso modo de agir e de julgar encontre na verdade de certas proposições um ponto de referência ou que a experiência seja o fundamento de nossas operações judicativas.

Porque um evento empírico só tem sentido em relação a um quadro de referências, proposições gramaticais não seriam ensinadas pela experiência. A certeza, sendo signo da aplicação de critérios de correção construídos por uma comunidade lingüística, relaciona-se intrinsecamente com a dinâmica do aprendizado de uma linguagem, que deve situar a dúvida como posterior à assimilação irrefletida de padrões conceituais.<sup>373</sup> E, vale dizer, a possibilidade de duvidar aqui se inscreve como posterior ao estabelecimento das condições de possibilidade da realização de investigações empíricas.

A base dos jogos de linguagem articula um padrão de como um conjunto de palavras *pode* e *deve* ser empregado em certo contexto de uso. Bouveresse, ao comentar a análise das proposições gramaticais sobre as cores de Wittgenstein, afirma que as proposições componentes da base judicativa exprimem campos de usos possíveis de proposições empíricas.<sup>374</sup> Isso significa que essas proposições exprimem uma impossibilidade lógica, no

---

<sup>372</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 161.

<sup>373</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 160.

<sup>374</sup> BOUVERESSE, J. Wittgenstein's answer to 'What is colour?', p. 181: "If the negative proposition is regarded as describing a possibility (that of a green-red object), in order to say that this possibility cannot be realized, the possibility in question must be expressed by a positive proposition (which would then have meaning, and by the same token could be true), though it is that very proposition that the negative proposition was meant to exclude. In fact, the two propositions 'There is a green-red object' and 'There is no green-red object' are not, as are 'I have stomach pains' and 'I do not have stomach pains', located in the same logical

sentido de que determinam os usos permitidos no interior dos jogos de linguagem. Nessa medida, considerando a proposição “todos os seres humanos possuem um cérebro”, a proposição “todos os seres humanos não possuem um cérebro”, aparentemente tomada como sua negativa, não pode estabelecer-se do ponto de vista gramatical como a sua negação, uma vez que em sendo a primeira proposição, em contexto gramatical, a expressão de uma regra de uso conceitual, exclui a possibilidade de sua negação. Quer dizer, a segunda proposição corresponde à possibilidade que a primeira exclui dos lances possíveis do jogo.

Uma regra conceitual determina o sentido da proposição que aparentemente se estabelece como sua negação. Assim, a proposição “todos os seres humanos não possuem um cérebro” expressa uma possibilidade que é excluída pela proposição “todos os seres humanos possuem um cérebro” que, por funcionar como uma regra de uso, não pode ser a sua negação. Nessa perspectiva, as proposições que Wittgenstein define como gramaticais se caracterizam por não pressupor a sua negação, visto que exprimem uma impossibilidade conceitual.<sup>375</sup>

Proposições da gramática traduzem possibilidades conceituais, esclarecendo o que se pode fazer com uma dada expressão. As condições de significação, embora pragmáticas, mantêm-se necessárias. Ainda que expressem os limites do uso significativo, proposições da gramática devem, em algum sentido, confrontar-se com a experiência. Temos assim a seguinte situação: proposições que funcionam como condições de sentido e não abandonam de todo o contato com o empírico. A possibilidade de aprender algo com a experiência dependeria do domínio de proposições que, por sua vez, seriam ensinadas pela própria experiência.

Qualquer expressão lingüística deve já contar com a definição do espaço gramatical. Pareceria então que o uso efetivo deveria contar com aquilo que apenas usos recorrentes podem conceder. Porém, essa formulação seria enganosa, tal como seria equivocada a compreensão como sintética *a priori* de uma proposição do tipo “um dado objeto não pode ser vermelho e verde”, como o mostra o registro do diálogo de Wittgenstein com o Círculo de Viena, em 30 de Dezembro de 1929: do fato de ser possível articular verbalmente a negação

---

space. The proposition ‘There is no green-red object’ determines the colour’s logical space by excluding a certain position; and this fundamentally distinguishes it from a factual proposition, which would state only that this position is occupied by no real colour. The proposition ‘There is no green-red object’ does not itself correspond to a logical location in that space or any other because, if it did, its location would *ipso facto* determine that of the corresponding negative proposition. There is, in such cases, no space common to the negative and the positive propositions nor, generally speaking, to two propositions of which one expresses a logical or grammatical impossibility, and the other, the possibility that it excluded by the first.”

<sup>375</sup> BOUVERESSE, J. Wittgenstein’s answer to ‘What is colour?’, p. 181: “What holds for propositions, properly speaking (that is, factual propositions), does not hold for statements which Wittgenstein calls ‘grammatical’: in the latter case, the positive proposition does not presuppose the negative proposition, and vice versa.”

de uma norma de descrição, não decorreria ser possível associar-lhe algum pensamento.<sup>376</sup> Quer dizer, não seria possível pensamento algum sem que se o suponha emoldurado por um quadro de referências. E a constituição do que seja fundamento de nossa certeza, esse tecido frágil e sem fundamentos, não depende de nossa consideração.<sup>377</sup>

Uma proposição gramatical não poderia ser sintética *a priori*, porque há uma separação categorial entre proposições factuais e proposições que exprimem impossibilidades conceituais.<sup>378</sup> Desconsideraríamos assim o contexto em razão do qual uma proposição normativa passa a ser tratada como uma proposição factual e vice-versa, pois que, ao tratarmos o contexto, não como uma instância decisiva, mas como um determinante absoluto, não levaríamos em conta que a regra gramatical não deixa de ser contada como pertencente à estrutura de nossas elaborações judicativas. Com isso, dizemos apenas que do fato de uma proposição gramatical poder ser tratada como empírica não resulta que seja desmanchada a possibilidade de exercer a função de gramatical em outros contextos de uso. Porém, não nos parece se tratar mesmo disso, visto que os quadros conceituais são signos da regularidade da qual o uso da linguagem não pode prescindir.

O contexto no qual uma proposição pode ser tratada como proposição empírica constitui uma exceção frente às nossas operações lingüísticas. E não se trata de uma exceção em relação a uma proposição, mas sim em relação a uma *forma* de agir e de julgar, já que a certeza básica dos jogos de linguagem não corresponde ao fato de certas proposições serem verdadeiras em todos os casos. Além disso, a tarefa de delimitação dos usos possíveis de proposições empíricas envolve, dentre outras coisas, a fixação de quadros conceituais em relação aos quais contextos de uso tornam-se possíveis. Por outro lado, é claro que a flexibilização desses quadros conceituais é implicada pelo fato de as condições mínimas da significação se constituírem pragmaticamente.

“Há um número incontável de proposições empíricas contadas como certas para nós.”<sup>379</sup> A forma de agir e de julgar que reflete a base dos jogos de linguagem consiste em tomarmos algumas proposições como certas. Porém, Wittgenstein prossegue, “uma dessas coisas é que se o braço de alguém for decepado não volta a crescer. Outra é que se a cabeça de

<sup>376</sup> WAISMANN, F. *Ludwig Wittgenstein and Vienna Circle*, p. 67-68.

<sup>377</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 411.

<sup>378</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 138: “Indeed, in spite of the transformational metaphor (OC 96), nothing *turns* from hypothesis to norm, but the same sentence *gets treated* at one time as a hypothesis and at another as a norm. The qualifiers: ‘at one time... at another’ establish that the differing treatments are not synchronous: what is *now* hypothesis or an empirical proposition (something to test by experience’) may *at another time*, get treated as ‘rule of testing’ – and vice versa. This, then, is not say that the categories are blurred, but that the same sentence can have different functions at different times, and *can* therefore belong different categories each time.”

<sup>379</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 273.

alguém for arrancada, essa pessoa morre e jamais voltará à vida.”<sup>380</sup> Essas proposições nos foram ensinadas pela experiência à medida que não podem ser assimiladas senão como um conjunto de proposições estabelecidas em relação de dependência mútua entre si. A experiência passa então a ser tratada como fundamento da nossa certeza, mas notadamente a experiência passada.

Wittgenstein trata de deixar claro que aconteça o que acontecer no futuro, continuamos a ter razões para tomar essas proposições como certas, pois que até agora as coisas se comportaram assim. Por fim, “está incorporado no fundamento do nosso jogo de linguagem.”<sup>381</sup> Por essa última razão compreende-se a afirmação, por um lado, de que essas proposições nos foram ensinadas pela experiência e, por outro, de que não temos experiência a respeito dessas proposições. Agora, vale salientar o que já assinalamos: a principal razão para a afirmação de que não temos experiência a respeito dessas proposições é a de que a assimilação da *forma* de julgar prescinde de termos experiência a respeito delas, à medida que depende do modo de agir de uma comunidade.

A contrapartida então de que tais proposições nos foram ensinadas pela experiência quer dizer que o modo de agir de uma comunidade mantém relação intrínseca com a experiência, cuja objetividade relaciona-se com a nossa forma de elaborar juízos. Portanto, afirmar isso não coincide com afirmar que temos experiência a respeito de cada uma delas ou que disso depende a certeza à qual se reportam. A base do jogo de linguagem incorpora de tal modo essas proposições que dominar uma linguagem implicaria ter apreendido o modo de agir de acordo com o que elas enunciam.<sup>382</sup> Assim, se qualquer experiência a seu respeito não é requisito essencial para passarmos a agir de acordo com a certeza que elas evocam, não é porque a experiência se preste a um papel secundário no que diz respeito às nossas práticas linguísticas, mas porque a constituição da experiência não é possível senão em relação a certos pontos de referência a partir dos quais seria estruturada<sup>383</sup>. Em um sentido, tais pontos de referência devem ser prévios à experiência e mesmo autônomos. Em outro, não podem ser compreendidos e sequer se constituem senão imersos na experiência. É pois, desse modo, que a forma de agir prefigurada nesse número incontável de proposições empíricas pode condicionar a experiência.

Depois de ter sublinhado que a justificação de nossos juízos pertence ao domínio da lógica no único sentido de que “pertence à descrição do jogo de linguagem”, Wittgenstein

<sup>380</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 274.

<sup>381</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 558.

<sup>382</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 279: “Este sistema é algo que uma pessoa adquire por meio da observação e da instrução. **Eu propositalmente não digo ‘aprende’.**” (Grifo Nosso).

<sup>383</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 337.



assinala que a verdade de certas proposições empíricas pertence ao quadro de referências,<sup>384</sup> no sentido de que contradizê-las implica dar mostras de incompreensão.<sup>385</sup> Afinal de contas, a descrição dos jogos de linguagem deve ocupar-se dos componentes lógicos da base na qual se movem os lances do jogo e “tudo o que é descritivo em um jogo de linguagem pertence à lógica.”<sup>386</sup>

Desfazer-se da verdade de certas proposições empíricas implicaria abrir mão de componentes lógicos necessários à elaboração judicativa. A elaboração de certas afirmações falsas torna incerto se de fato as compreendemos.<sup>387</sup> Quer dizer, caso certas proposições sejam tomadas por falsas, outras tantas proposições perdem o sentido, à medida que as proposições tomadas por falsas correspondam a aspectos condicionais de nossas manipulações simbólicas.<sup>388</sup> Mas a questão aqui é se esses aspectos condicionais podem corresponder à verdade de proposições empíricas. Em sendo assim, o sentido de nossos juízos passaria a depender da verdade dessas proposições. Se for assim, apoiadas mutuamente e ligadas umas às outras por laços internos, as nossas proposições empíricas constituem um sistema marcado por uma estrutura fundante, de tal forma que a verdade das proposições estruturantes passa a ser condição de sentido das demais proposições.

A independência do sentido em relação à verdade relaciona-se intrinsecamente com a idéia de que a necessidade repousa essencialmente em proposições postas como unidades primárias da significação. Nessa medida, abandoná-la significa deixar de conceber a lógica como algo sublime, já que toda necessidade com a qual contam os jogos de linguagem só pode ser de natureza lingüística.<sup>389</sup> Por isso, ao abandonar uma concepção tradicional de necessidade, Wittgenstein abre mão a concepção de lógica como algo sublime tão cara ao *Tractatus*.<sup>390</sup>

---

<sup>384</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 82.

<sup>385</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 80.

<sup>386</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 56.

<sup>387</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 81.

<sup>388</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 57.

<sup>389</sup> Marques aponta dois motivos por que Wittgenstein abandona a teoria transcendental da linguagem do *Tractatus*. “Em primeiro lugar pelo fato de eles – o projeto e a teoria – partirem do pressuposto de que haja traços ou características formais que todas as linguagens possuiriam em comum e que consituiriam nos ‘objetos’ de análise filosófica. É precisamente essa ilusão que é combatida vigorosamente por Wittgenstein através da afirmação sempre repetida da diversidade das linguagens e da impossibilidade de se encontrar regras ou formas que sejam comuns a todas as linguagens. (...) O segundo motivo para se recusar a teoria da linguagem do *Tractatus* consiste precisamente na idéia de que o uso lingüístico não pode ser visto como uma mera aplicação ou atualização de uma estrutura previamente estabelecida, cujos limites e possibilidades estejam definidos previamente a esse uso efetivo. O uso deve ser visto, ao contrário, como produtivo, havendo, a partir dele, alterações de limites e expansões de possibilidades de constituição de significado.” (MARQUES, E. Sobre o Estatuto das “Proposições Gramaticais” no Segundo Wittgenstein, p. 52).

<sup>390</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, 2.021-2.0211. Sharrock sublinha que a concepção de lógica de Wittgenstein em *Da Certeza* encontra-se conectada à forma de vida humana, e mais especificamente, às nossas práticas e atitudes inexoráveis. (MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding*

Wittgenstein passa assim a situar a necessidade em um espaço que não pode ser completamente independente em relação às práticas de manipulação simbólica. Uma proposição deve ter sentido para que possa ser verdadeira ou falsa. Como também é condição necessária da verdade de uma proposição que ela seja significativa. Em outras palavras, dizer estar apto a enunciá-la implica estar em condições de compreendê-la.<sup>391</sup> Nesse sentido, declarar certas proposições como falsas significa dar provas de que não foram satisfeitas as condições necessárias e suficientes para a sua compreensão. Por outro lado, o sentido das expressões incluídas em um jogo de linguagem dependeria da verdade de suas proposições básicas. Em função da verdade dessas proposições certas combinações de palavras deixariam de ser permitidas pelo jogo de linguagem, seriam excluídas da linguagem, como que retiradas de circulação.<sup>392</sup> Afinal, essas proposições básicas assinalam as combinações de palavras que são permitidas no jogo de linguagem. Assim, o sentido de nossos juízos passaria a depender da verdade de certas proposições empíricas que conferem fundamentos às nossas investigações e, notadamente, à ação.

Porém, se fosse mesmo assim, ao passar a conceber o sentido com relativa dependência da verdade, Wittgenstein não deixaria de situar a necessidade no corpo de certas proposições. E se o interesse lógico encerrado em proposições recai sobre o papel que tais proposições são capazes de exercer em nosso sistema de juízos, tanto a lógica deixa de ser entendida como sublime, no sentido de que a investigação lógica visa um esclarecimento dos laços internos das práticas lingüísticas, quanto a necessidade não pode fixar-se essencialmente em proposições, visto não poder prescindir do uso de expressões lingüísticas. Em contrapartida, à primeira vista, a verdade de certas proposições empíricas compõe o espaço gramatical segundo o qual julgamos e contra o qual decidimos o sentido de nossas proposições. Por conta disso, o sentido passaria a depender da verdade e, além do mais, a necessidade deveria se fixar em certas proposições. E não é diferente o que parece afirmar o § 83 de *Da Certeza*<sup>393</sup>.

Toca ao contexto teórico do § 83 de *Da Certeza* responder se uma proposição suscetível de funcionar como uma hipótese não pode também ser utilizada como fundamento para a ação, no sentido de que poderia ser isolada da dúvida.<sup>394</sup> A questão, portanto, consiste em perguntar-se em que medida proposições empíricas podem figurar dentre os componentes

---

Wittgenstein's *On certainty*, p. 177).

<sup>391</sup> CONANT, James. Wittgenstein on Meaning and Use, p. 226.

<sup>392</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 500.

<sup>393</sup> "A verdade de certas proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referências." (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 83).

<sup>394</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 87.

que constituem o quadro de referências. E Wittgenstein não pode responder sem levar em conta que as proposições que governam os jogos de linguagem não podem ser tomadas à maneira de hipóteses.

Não encontraríamos razões por que proceder de modo contrário à convicção que tais proposições exprimem. Por outro lado, o princípio segundo o qual “qualquer proposição empírica pode transformar-se em um postulado – e então converter-se em uma norma de apresentação” deve contrariar a Wittgenstein por ser demasiado geral no sentido de remontar a concepção de lógica do *Tractatus*. Um tal princípio beira a dizer que “qualquer proposição empírica pode, teoricamente, transformar-se em norma de apresentação”<sup>395</sup>. Esse princípio não cuidaria dos efeitos de um modo de agir em desacordo de as convicções veiculadas por proposições gramaticais.<sup>396</sup> Além disso, Wittgenstein trata de ressaltar que uma proposição da qual não podemos duvidar sem abandonar todos os juízos “não é, certamente, uma proposição empírica.”<sup>397</sup>

Ao afirmar, “não somente proposições da lógica formam a base de todas as operações com pensamento (com a linguagem), mas também proposições com a forma de proposições empíricas”, Wittgenstein declara ser de todo má a expressão “proposições com a forma de proposições empíricas”<sup>398</sup>. Por dar margens à idéia de que as proposições básicas condicionam os jogos de linguagem “à maneira de hipóteses que, caso se revelem falsas, são substituídas por outras”. Negar que essas proposições sejam empíricas envolve delimitar um campo de interesse próprio à lógica. Além de não poderem ser empíricas, não pertencem à psicologia e, antes de tudo, possuem a natureza de uma regra de uso conceitual.<sup>399</sup>

Perguntar-se pela função desempenhada por proposições que exprimem regras coincide com perguntar-se pela constituição do fundamento de nossas práticas lingüísticas. Uma vez que funciona como condições de sentido das proposições de um jogo, “o fundamento não é *verdadeiro*, nem falso.”<sup>400</sup> As proposições que constituem a base dos jogos de linguagem se apresentam como o fim da justificação no único sentido de que não é possível apresentar quaisquer razões que as fundamentem.<sup>401</sup> Abaixo delas não haveria nada

<sup>395</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 321.

<sup>396</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 89.

<sup>397</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 494.

<sup>398</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 401.

<sup>399</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 494. E somente na medida em que funcionam como regras que governam os jogos de linguagem que podem interessar à lógica, já que a investigação lógica caracteriza-se por situar o seu interesse em traços internos da linguagem e por não envolver a descoberta de qualquer fato novo. O que, por fim, caracterizaria uma investigação factual. (Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 89).

<sup>400</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 205.

<sup>401</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 206: “Se alguém nos perguntasse ‘Mas isso é *verdadeiro*?’, poderíamos dizer-lhe ‘Sim’; e caso ele pretendesse razões, então poderíamos dizer ‘Eu não posso lhe oferecer

de mais certo.<sup>402</sup> No entanto, Wittgenstein trata de registrar que o fim da justificação não corresponde ao fato de tais proposições se apresentarem como sendo verdadeiras, pois não se trata de uma espécie de ver, antes sim, “é o nosso *agir* que está no fundo do jogo de linguagem”.

Se por um lado essas regras não podem corresponder a princípios que veiculem unicamente um conteúdo sintático e se o uso não pode consistir na mera aplicação de princípios previamente estabelecidos à sua revelia; por outro, o uso efetivo deve estar de acordo com esquemas conceituais que não equivalem à verdade de certas proposições, embora seja o lugar da produção dos limites aos quais ele próprio deve se subordinar.

Wittgenstein reiteradamente combate a idéia de que o fundamento dos jogos de linguagem seria a verdade de certas proposições. A elaboração de proposições significativas depende do estabelecimento de critérios que governam o uso de expressões lingüísticas. A existência de critérios, por sua vez, significa que há garantias de que empregamos as palavras do mesmo modo.<sup>403</sup> Por isso, ao afirmar que certas proposições não se submetem ao teste da experiência, deixa claro que, se é assim, é por terem um fim as razões que podem ser apresentadas como prova da certeza proposicional. “Mas o fim não é uma pressuposição não fundamentada: é um modo de agir não fundamentado.”<sup>404</sup>

Além disso, a força dos aspectos, que possibilitam a experiência, não corresponde à confiança em certos pressupostos.<sup>405</sup> A razão dessa recusa é a mesma que o faz negar que a experiência seja o fundamento de nossa certeza. A “experiência prévia pode muito bem ser a *causa* de minha certeza presente; mas não o seu fundamento”.<sup>406</sup> Portanto, não se trata de apontar um conjunto de proposições, cuja verdade foi pragmaticamente construída pela experiência passada, a ponto de não mais ser possível pensar sem supô-las. Situar o fundamento em um modo de agir não fundamentado significa que o funcionamento dos jogos de linguagem depende da estipulação de modelos, conforme os quais a elaboração de seus lances é feita. Também que a adesão à certeza básica dos jogos de linguagem não envolve reflexão.

---

quaisquer razões, mas se você aprender mais, você também pensará o mesmo.”

<sup>402</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 307: “E aqui o estranho é que quando eu estou certo acerca do modo como as palavras são usadas, não tenho qualquer dúvida acerca disso, ainda assim, eu não posso oferecer quaisquer *razões* para o meu modo de agir. Se eu tentasse, eu apresentaria mil, mas nenhuma tão certa quanto a própria coisa que elas pretendiam fundamentar.”

<sup>403</sup> Cf. HARRISON, Bernard. *Criteria and Truth*, p. 207-234.

<sup>404</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 110.

<sup>405</sup> “Quando escrevo uma carta e a ponho no correio, parto do princípio de que chegará ao destino, eu espero por isto.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 337).

<sup>406</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 429.

Todavia, aqui novamente fatos passam a figurar no quadro de referências constituído por elementos gramaticais. E não falta quem reconheça prontamente nisso a originalidade de *Da Certeza* que, por conta da idéia de que fatos *contingentes*, como a existência do mundo, pertenceriam à gramática, inventaria um terceiro Wittgenstein.<sup>407</sup> Contudo, convenhamos. A existência do mundo deve ser uma regra que permite o exercício da linguagem, de sorte que não é chamada em questão à medida que a proposição “o mundo existe” deve ser uma norma de apresentação, e não uma proposição empírica a apresentar um dado estado de coisas.

Ao assinalar que a expectativa envolvida em depositar uma carta no correio trata-se de um princípio de ação, Wittgenstein prossegue com a idéia de que a experiência não é possível sem o estabelecimento de pontos de referência indubitáveis.

Se faço um experimento, não duvido da existência do aparato que está diante dos meus olhos. Eu tenho muitas dúvidas, mas não *esta*. Se eu faço um cálculo, eu creio, sem sombra de dúvida, que os números no papel não mudam espontaneamente como também confio na minha memória durante toda a operação, e confio sem reservas.<sup>408</sup>

Mas isto quer dizer que a verdade de uma proposição dependa da verdade de outra que é pressuposta sempre que a aplicamos?

Ora, não parece se tratar da pressuposição, quer de fatos, quer de proposições, cuja verdade é inconteste. Nem mesmo de que devemos por princípio partir de pressupostos não verificados. Trata-se de reiterar que a justificação de nossos juízos deve esbarrar em um ponto intransponível, no qual resta unicamente a proposição de que é esta a nossa *forma* de agir.<sup>409</sup> O que não quer dizer que a dinâmica dos jogos de linguagem não envolva pressuposição, e sim recusar que a verdade de proposições seja contada como base de nossas operações judicativas.<sup>410</sup> E por uma razão simples. Proposições verdadeiras não satisfariam a condição mínima para ser ponto de referência de nossas manipulações simbólicas, pois deveriam jogar o jogo de verdadeiro e do falso.<sup>411</sup>

Assim, identificar o fundamento de nossas práticas com uma maneira de agir significa afirmar que a crença envolvida possui o estatuto de uma crença religiosa (*von religiösem*

---

<sup>407</sup> MOYAL-SHARROCK, D. Introduction: the idea of a *third* Wittgenstein, p. 4.

<sup>408</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 337.

<sup>409</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 212.

<sup>410</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 163.

<sup>411</sup> MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Unravelling Certainty*, p. 93: “The verbalization or formulation of an objective certainty is never an *occurrence* of objective certainty, but only a mere heuristic operation.” Como também, “Yet although rules of grammar are never verbalized in stream of life, or within the language-*game* they can all (including those rules that make use of grammatical *objects*: for example, ‘Red is this “colour’, ‘Here is a hand’, ‘There is a pen on the table’) be verbally formulated for heuristic or philosophical purposes. (Indeed, this is what is done in the *categorial* elucidation of objective certainty). I will therefore call such formulations: *expressions of rules of grammar*.” MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Understanding Wittgenstein’s On certainty*, p. 58.

*Glauben*).<sup>412</sup> É somente a partir dessas instâncias fundamentais de natureza lingüística que a linguagem pode concordar com a realidade. Ou seja, a correspondência entre linguagem e realidade depende da distinção categorial entre esquemas conceituais e proposições elaboradas a partir de tais esquemas. Se não justificada pela realidade, a imagem de mundo, que serve como pano de fundo para o uso de proposições empíricas, em certo sentido, se alimenta da realidade. Por isso mesmo, as proposições gramaticais podem referir-se à experiência sem que percam a autonomia da qual desfrutam.

Tanto as proposições gramaticais não equivaleriam a princípios formais quanto o uso não seria inerte, no sentido de não ultrapassar a aplicação de limites e possibilidades previstas. A distinção entre esquemas conceituais e proposições elaboradas segundo a sua determinação é signo de que as possibilidades e limites do uso devem ser definidos previamente – mas não com independência do próprio uso. A identificação do modo de agir como fundamento das nossas práticas relaciona-se intrinsecamente com o papel atribuído à *práxis* lingüística na constituição do significado, pois não carecem de fundamentação ulterior. Agora, trata-se de ressaltar a força criativa exercida pelas práticas sobre os limites dos jogos de linguagem que, por isso, não podem ser determinados *a priori*.

É essencial ao funcionamento dos jogos de linguagem que a sua base não careça de uma fundamentação ulterior. Isso significa, pelo menos, duas coisas: (1) o domínio das técnicas envolvidas na formulação de juízos não pode ser mero resultado da experiência, já que conta com a assimilação de critérios previamente estabelecidos por meio das práticas comuns a uma comunidade lingüística. E, de resto, o quadro de referências que nos permite distinguir o verdadeiro do falso não se localiza entre a experiência e a linguagem, como se houvesse uma experiência bruta a ser reconhecida com independência de uma *praxis* da linguagem.<sup>413</sup> Ora, a experiência resulta de nossas construções simbólicas. Mas, por outro lado, a experiência não pode corresponder a uma mera construção gramatical, como se não passasse do efeito de aspectos normativos que condicionam a sua expressão, pois o quadro de referências somente pode condicionar a experiência na medida em que seus elementos constitutivos não perdem o contato com a experiência. E a gramática é capaz de transformar elementos empíricos em componentes gramaticais que, como tais, governam o trato com o empírico;<sup>414</sup> (2) não é porque estamos certos a respeito do que declaram proposições gramaticais que passamos a confiar na verdade das proposições empíricas. Antes sim, é porque temos garantias acerca da verdade de um incontável número de proposições empíricas

---

<sup>412</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 459.

<sup>413</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 145.

<sup>414</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 132.

que passamos a agir de acordo com os princípios fundamentais veiculados por proposições gramaticais e aceitos por se ajustarem ao tráfego das proposições empíricas.

Por outro lado, não teríamos garantias a respeito de quaisquer proposições empíricas, caso não estivéssemos certos acerca do que enunciam as proposições gramaticais. A necessidade que perpassa as proposições gramaticais não é relativa a qualquer traço inerente à sua natureza, mas sim em virtude do papel permitido pela sua concordância com a direção do fluxo das proposições empíricas<sup>415</sup>.

Wittgenstein, mais uma vez, ressalta que tomamos os princípios fundamentais como certos em função de sua aplicação ao curso de nossas práticas. “O que se mantém firme, não o é por que seja intrinsecamente óbvio ou convincente; antes sim, o que o rodeia é que lhe sustenta.”<sup>416</sup> Em sendo assim, os pontos de referência correspondem a convenções, cuja construção não pode prescindir das práticas. Por isso, a *forma* de agir tecida ao longo das variações de nossas práticas é que deve subsistir como fundamento dos jogos de linguagem, seja no sentido de que lhes confere critérios de correção, seja no sentido de que possibilita o reconhecimento da regularidade.

Proposições gramaticais condicionam a experiência em razão de uma atribuição arbitrária da gramática. É justamente nessa medida que contradizer uma proposição gramatical deve degenerar em implicações práticas, pois envolve proceder em desacordo com as regras que exprimem uma forma de agir fundamental. Assim, proposições lógicas, em contexto gramatical, não exprimem verdade alguma e os esquemas conceituais resultam de uma *forma* de agir. Isso significa, dentre outras coisas, que os movimentos no interior dos jogos contam com uma certa margem de liberdade.<sup>417</sup> Todavia, os limites circunscritos pelos esquemas conceituais, uma vez que se relacionam com a totalidade da imagem de mundo, cujo reflexo marca nossas práticas lingüísticas, indicam os lances permitidos pelo jogo, pois a vagueza característica da linguagem diz respeito à aplicação não aos conceitos.<sup>418</sup> De sorte

---

<sup>415</sup> “Eu posso *descobri-las* subseqüentemente como um eixo em torno do qual gira um corpo. Este eixo não é fixado no sentido de haver algo a sustentá-lo, mas o movimento em volta dele é que determina a sua imobilidade.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 152). Cf. Também WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 225, § 248.

<sup>416</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 144.

<sup>417</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 559.

<sup>418</sup> MOUNCE, H. O. *The Inner and the Outer*, p. 76: “There are certain concepts to which these remarks would naturally apply. For example, it may be an indeterminate matter whether a person is bald. That is not because his scalp is in an indeterminate condition. In theory we could count the hairs on his head and determine its condition with mathematical exactitude. We should still be unsure whether he is bald. But we are unsure not about the condition of his scalp but about whether to call it bald. And that is because there is an indeterminacy in the use of the word. We do not determine its application that precisely. Here it is clear what would be meant by saying that the indeterminacy is a feature of grammar. It is not determined by what we talk about but by the way we talk about it. We might even say that it is not the concept bald which explains the indeterminacy involved; rather it is the indeterminacy which indicates a feature in our use of the concept bald.”

que um comportamento lingüístico fora dos quadros conceituais careceria de significatividade.<sup>419</sup>

“Não é esta a questão: ‘E se você tivesse que mudar, então, a sua opinião, embora sobre as coisas mais fundamentais?!’. Ao que a resposta parece ser: ‘Você não *deve* mudá-la.’ É justamente isso que significa serem ‘fundamentais.’”<sup>420</sup> Wittgenstein tem em vista a autonomia dos componentes gramaticais responsáveis pela constituição do sentido. Por isso, uma mudança na ordem dos fatos não seria capaz de ocasionar qualquer alteração nos jogos de linguagem à revelia da gramática.

A gramática não corresponde a convenções que possam ser confirmadas ou infirmadas pelos fatos, no sentido de que fracassariam se não se adequassem a eles. E por uma única razão. A autonomia gramatical é proporcional à sua arbitrariedade. Os componentes gramaticais que conferem uma *forma* aos nossos procedimentos tanto são constituídos pragmaticamente como efeito de nossas práticas, quanto resultam de convenções, na medida em que refletem um acordo prévio destinado a regular as práticas. E corresponde a uma *forma* de agir resolvida em regularidades normativas. Afinal, seguir regras é uma prática.

Porém, não se trata de um acordo sobre o que seja verdadeiro ou falso, mas de um acordo sobre as condições lógicas que tornam possível a produção de proposições significativas.<sup>421</sup> E essa *forma* de agir, portanto, não pode coincidir com o fato de certas proposições serem verdadeiras.<sup>422</sup> Em sendo assim, um tal acordo diz respeito, antes de tudo, ao estabelecimento de critérios de correção na medida mesma em que a compreensão lingüística depende do domínio de técnicas que cercam o uso da linguagem.

Mesmo que coisas sem precedentes acontecessem, como casas evaporando-se, o gado no pasto sorrindo e proferindo palavras compreensíveis, as árvores transformando-se em bombons e os homens em árvores, qualquer alteração no mapa de nossos conceitos não seria necessária.<sup>423</sup> Afinal de contas, é nesse sentido que proposições gramaticais podem condicionar a experiência, e não que os fatos concedam, apenas, uma matéria a ser *enformada* pela gramática. Os elementos gramaticais que condicionam a experiência não deixam de referir-se a ela ou, quando menos, não abandonam a possibilidade de aplicar-se como

<sup>419</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 461.

<sup>420</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 512.

<sup>421</sup> BRENNER, William H. *Dialogues on Causality and the Limits of Empiricism*, p. 15: “Two points: (1) The agreement I’m talking – responde Wittgenstein – about is not agreement about what is true or false but agreement in technique (method, practice, way). (2) The possibility of counting things as we do rests on the constancy of the results we obtain; in other words, if the results we obtained in counting objects fluctuated unaccountably, then we wouldn’t count as we do now.”

<sup>422</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 197: “Seria um absurdo (*Unsinn*) dizer que tomamos algo como uma evidência certa porque certamente é verdadeiro.”

<sup>423</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 513.



proposição empírica, visto que correspondem a elaborações conceituais que não deixam de abrigar algum resíduo empírico. Desse modo, a gramática não pode ser um determinante absoluto da experiência.

As divergências empíricas devem contar com um acordo gramatical que possibilite a produção de critérios de correção. Assim, posto que autônomas, as proposições gramaticais conservam a possibilidade de serem tocadas pela contingência, pois a necessidade que as perpassa não pode corresponder à neutralização absoluta da experiência. A autonomia dessas proposições corresponde, em *Da Certeza*, a um objetivismo sem absolutismo.<sup>424</sup> Assim, gramática é tanto critério quanto resultado de correções.<sup>425</sup> É por essa razão que Wittgenstein assinala que, diante de uma súbita alteração no reino dos fatos, eu poderia “decidir manter a minha antiga convicção”.<sup>426</sup>

A gramática define os contornos da experiência. A constituição do que seja objeto da experiência é resultado de uma *Weltbild*, no sentido de que verdadeiro e falso seriam confundidos, caso a manipulação empírica se descolasse de uma imagem de mundo. As nossas práticas não implicam que pensemos o contrário do que elas supõem, nem sequer que pensemos a base que a condiciona. Afinal, a evidência esmagadora com que são tecidos componentes gramaticais consiste justo em não sermos constringidos a ceder diante de um fato que lhe contrarie. “Ainda que ocorresse de súbito uma irregularidade nos eventos naturais, não deveria me abalar.”<sup>427</sup>

Signo da autonomia gramatical, apenas componentes lógicos podem conferir necessidade e inteligibilidade à experiência. Nesse sentido, a regularidade da natureza funciona como uma regra que permite a elaboração de juízos. Duvidar da regularidade natural seria como alguém que, ao procurar algum objeto, em um quarto, abrisse a gaveta na qual não o encontra, fechasse a gaveta e esperasse um tempo para abri-la novamente na esperança de que o encontraria, repetindo esse gesto obsessivamente.<sup>428</sup> Wittgenstein entende que essa modalidade de comportamento caracteriza alguém que não aprendeu a procurar coisas. Afinal, as condições mínimas do jogo não foram assimiladas. Por isso, diante de alguém que procurasse objetos dessa maneira, só poderíamos considerar um tal comportamento como estanho à nossa forma de vida. Louco ou herético, uma vez que não nos seria inteligível à medida que os recursos com os quais contamos determinam que não se trata de um

---

<sup>424</sup> Cf. MOYAL-SHARROCK, Danièle. *Undertanding Wittgenstein's On Certainty*, p. 152. “Objectivism without absolutism.”

<sup>425</sup> Cf. BRENNER, William H. Wittgenstein's 'Kantian Solution', p. 126.

<sup>426</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *On Certainty*, § 516.

<sup>427</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *Da Certeza*, § 618.

<sup>428</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig, *Da Certeza*, § 315.

comportamento que caracterize a procura por objetos. Assim, a discordância nesse caso não se trataria de uma questão empírica, antes sim, deveria envolver as condições lógicas que tornam possível a inteligibilidade da experiência e que conferem necessidade à base dos nossos jogos de linguagem.

A dificuldade, aqui, relativa à relação entre gramática e experiência, é de duas ordens. Em primeiro lugar, a dificuldade, para a qual já apontamos, de compreender como proposições *atemporais* não abandonam de todo o tráfego empírico. E, em segundo, compreender como a necessidade pode resultar de elaborações empíricas. Ao passo que essas proposições *atemporais* são autônomas em relação à experiência. De resto, a autonomia da gramática em relação à experiência significa, dentre outras coisas, que a gramática não carece de justificação por referência à experiência, pois ao reunir as condições necessárias e suficientes para a elaboração do discurso significativo, cuida apenas de delimitar as fronteiras do sentido.<sup>429</sup>

Os componentes gramaticais devem, em certo sentido, ser anteriores à verdade na medida em que não podem depender da verdade de quaisquer juízos, já que representam a possibilidade lógica de que os juízos sejam verdadeiros ou falsos. Com isso pretendemos dizer que, em contexto gramatical, essas proposições *atemporais* não possuem sentido, de maneira que a sua enunciação poderia ser movida apenas por propósitos heurísticos e corresponderia à enunciação de uma regra de cujo domínio depende qualquer lance do jogo em questão.<sup>430</sup>

É possível que a experiência nos ensine a fazer juízos. Em certas circunstâncias as pessoas sabem de certas coisas; depois de alguns dias um homem é capaz de orientar-se em uma casa na qual tem vivido; depois de um certo tempo de aprendizagem é possível confiar nos juízos emitidos por um homem; a habilidade de fazer previsões corretas demanda um certo aprendizado. Porém, a experiência não nos ensina a aprender com a experiência.<sup>431</sup>

Mas por que então estamos em condições de dizer que um juízo contrário à nossa forma de julgar contradiz toda a experiência?<sup>432</sup> Que a elaboração de juízos dependa do domínio de uma técnica significa que o princípio segundo o qual o futuro será igual ao passado não é resultado da observação, uma vez que não se constitui como um elemento de

---

<sup>429</sup> BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. *Scepticism, Rules and Language*, p. 99.

<sup>430</sup> Cf. MOYAL-SHARROCK, D. *On Certainty and the Grammaticalization of Experience*, p. 54.

<sup>431</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 130. Cf. Também WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 434.

<sup>432</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 132.

nossas considerações. Isso, embora a experiência seja capaz de, por exemplo, nos ensinar que objetos materiais não desaparecem quando fora de nosso campo visual.<sup>433</sup>

Ao perguntar a respeito do papel exercido pela experiência na sedimentação da certeza com a qual elaboramos nossos juízos, Wittgenstein põe a questão sobre a constituição da *forma* de julgar. Decidir portanto se a experiência é fundamento ou causa do modo como procedemos com nossos juízos é responder a essa questão. E, aos olhos de Wittgenstein, caso fosse o fundamento, seria injustificada a tomada de certos elementos como fundamentais à elaboração de juízos. Por conta disso, trata de reiterar que “a experiência não é o fundamento para o nosso jogo de juízos” e nem mesmo pode ser o seu êxito notável.<sup>434</sup>

Dirimir essa questão envolve principalmente salvar o ponto de referência dos jogos de linguagem da contingência. É assim, afinal, que subsiste uma *forma* de julgar não obstante as variações do jogo, o que não significa que essa forma de julgar não esteja sujeita a alterações. Além disso, que a experiência não possa exercer o papel de fundamentação de nossos jogos de linguagem significa que as regras gramaticais não correspondem a generalizações indutivas, pois consistem na exclusão de certos movimentos no interior dos jogos de linguagem e na permissão de outros.<sup>435</sup> Todavia, estabeleçam relação intrínseca com os fatos gerais da natureza.

Assim, não é meramente que certos fatos sejam capazes de condicionar os nossos juízos. A certeza a respeito de certos fatos, diretamente relacionada às possibilidades prescritas pelas regras gramaticais, é que condiciona a maneira como julgamos. E, a menos que essa certeza seja assimilada, a prática judicativa não é possível.<sup>436</sup> Trata-se de, com essa formulação, evitar a idéia de que fatos figurem como ponto assente de nossas operações judicativas e que essa certeza possa ser entendida como conhecimento.

A questão da relação entre gramática e experiência deve ser respondida tendo em conta os compromissos envolvidos pelo uso da linguagem. A objetividade com a qual a produção de proposições significativas deve contar depende do respeito a esses compromissos, já que cifram os mínimos necessários que possibilitam o jogo de linguagem. Nesse sentido, a experiência não é capaz de fundamentar nossa maneira de julgar, pois o modo como formulamos nossos juízos depende dos compromissos básicos que o domínio de uma linguagem comporta. Tais compromissos consistem em tomar certas proposições como

---

<sup>433</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 135.

<sup>434</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 131.

<sup>435</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 133.

<sup>436</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 509: “Na verdade, eu pretendo dizer que um jogo de linguagem apenas é possível se confiarmos em algo. (Eu não disse ‘podemos confiar em algo’).”

fundamentais, ao tempo que a experiência não seria capaz de conferir razões para tomarmos certas proposições em vez de outras.

Em última análise, recusar que a experiência possa figurar como fundamento da forma de julgar relaciona-se intrinsecamente com o estatuto da certeza que perpassa a elaboração de juízos, pois, ao afirmar que, quando muito, a experiência pode ser a causa das convicções que a nossa forma de julgar encerra, Wittgenstein pontua que o conhecimento depende do reconhecimento dessa certeza.<sup>437</sup> Além disso, conduzir a resposta à questão sobre a relação entre a gramática e a experiência para a análise do exercício de certos compromissos lingüísticos básicos implica fazer com que as condições de possibilidade do discurso preponderem, em certo sentido, sobre as condições de possibilidade do conhecimento. E, por assim dizer, a pergunta pelos mínimos lógicos que possibilitam o discurso assimila a pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento, no único sentido de que não há um hiato a separar a possibilidade da experiência da possibilidade de sua expressão.

Mesmo quando a afirmação de uma dessas condições necessárias do discurso assume a forma de uma previsão, nem por isso, passa a depender da experiência.<sup>438</sup> Em outras palavras, a respeito da afirmação de uma dessas proposições que veiculam as condições de sentido que, pode-se dizer “nada no mundo será capaz de me convencer do contrário”. No entanto, essa proposição não assume a forma de uma previsão que dependa da experiência.<sup>439</sup> Afinal de contas, não está ao alcance da experiência nos fazer abandonar o que é condição da própria experiência, porquanto seja uma questão de decisão reconhecer em um dado da experiência a prova oposta a uma convicção.<sup>440</sup>

A experiência não poderia nos conferir um sistema de possibilidades segundo o qual lidamos com a própria experiência.<sup>441</sup> Isso significa que Wittgenstein não está disposto a andar no círculo que envolve a passagem da pergunta pela certeza à pergunta por quanto essa certeza se ajustaria à realidade.<sup>442</sup> Afinal, *possibilidade* é um conceito lógico, e não empírico. Assim, por um lado, o acordo sobre nossos juízos não pode decidir sobre a verdade ou falsidade; por outro, pode condicionar em quais circunstâncias tais ou quais juízos podem ser verdadeiros ou falsos. E isso somente a experiência pode nos dizer.

Os limites das condições de sentido podem ser alargados de acordo com o uso. A tectura gramatical de certeza não se trata de algo abstrato. A forma de julgar ademais é

---

<sup>437</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 378.

<sup>438</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 385.

<sup>439</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 380.

<sup>440</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 368.

<sup>441</sup> Cf. BOUVERESSE, J. Wittgenstein's answer to 'What is colour?', p. 182.

<sup>442</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 191.

resultante de nossos variados procedimentos, de sorte que não é possível, e. g., que todos os nossos cálculos estejam errados, pois se fosse assim, nos faltariam critérios de correção.<sup>443</sup> Portanto, não é a experiência que nos confere certeza em relação à exatidão de um cálculo.<sup>444</sup> A possibilidade de contingência está de tal modo inscrita nas proposições gramaticais, sendo até possível tratar-se de algo controverso em um passado remoto. Contudo, a possibilidade de contingência não as ameaça a ponto de não permitir que elas pertençam à “*estrutura* dos nossos pensamentos”.<sup>445</sup> Talvez, a prova disso seja que Wittgenstein não deixa de batizá-las de “proposições empíricas”<sup>446</sup>.

Caso a experiência fosse o fundamento de nossos jogos de linguagem, nesse caso, as proposições de base não deixariam funcionar à maneira de hipóteses, visto que não encontrariam razões por que fixar-se como pontos de referência de nossas práticas. No entanto, o jogo de linguagem caracteriza-se por variações e, a despeito disso, a nossa certeza é uma constante,<sup>447</sup> pois se por um lado a forma de julgar não pode ser uma abstração, a ponto de fazer com que componentes gramaticais sejam hipostasiados em determinantes absolutos e universais; por outro, não pode haver oposição entre a certeza matemática e a relativa incerteza empírica. A construção da certeza matemática, tal como essa certeza básica que acompanha a produção de proposições empíricas, resulta de um conjunto de atividades humanas que podem ser afetadas por esquecimentos, lapsos e confusões.<sup>448</sup> Nesse sentido, a possibilidade do erro deve ocupar um lugar especial em nossas elaborações simbólicas.

Todavia, os limites do erro são postos pelos quadros conceituais desenhados em função das proposições gramaticais. A afirmação de que a certeza com a qual contamos é resultante do resto de nossas ações envolve duas ordens de argumentos. De um lado, significa que essa certeza não pode ser constituída à revelia da experiência; de outro, a possibilidade do erro é lógica à medida que deve inscrever-se nas regras que governam o jogo. Dizer que a possibilidade do erro é definida pelas regras gramaticais significa, antes de tudo, que o erro só pode ser uma exceção e seus limites devem ser definidos gramaticalmente.

É possível que a certeza veiculada por proposições gramaticais seja demovida, embora não sejam possíveis formulações judicativas fora de forma de julgar por ela evocada. Assim, a alteração da certeza diz respeito ao que tomamos como ponto assente de nossos juízos, e não que juízos sejam possíveis sem um campo de certeza ao qual se reportem. Ao caracterizar

---

<sup>443</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 217.

<sup>444</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 212.

<sup>445</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 211.

<sup>446</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 401-402.

<sup>447</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 555.

<sup>448</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 651.

proposições gramaticais como proposições que funcionam no sentido de apoiar a produção de proposições significativas, Wittgenstein entende que a certeza que essas proposições veiculam não pode desfazer-se de um resíduo empírico, na medida em que corresponde a convenções linguísticas. Por conta disso, contanto que certos pontos de referência estejam salvaguardados, as nossas práticas se caracterizam por serem fluidas.

A contingência de nossas ações não impede que a certeza sobre nossos juízos empíricos possa fixar-se com necessidade. Aprendemos a empregar a proposição “isto é uma cadeira” com a mesma convicção que aprendemos que  $2 \times 2 = 4$ ,<sup>449</sup> pois, do mesmo modo de que  $2 \times 2 = 4$ , a designação de um objeto por “cadeira” depende do significado que atribuímos às nossas palavras. Ou seja, o jogo aritmético não depende menos da certeza a respeito do significado das palavras do que o jogo físico.<sup>450</sup> A dúvida a respeito de se isto que designamos por “cadeira” é de fato uma cadeira não é mais fundamentada do que a uma dúvida acerca do significado das palavras envolvidas na elaboração linguística da própria dúvida.

Wittgenstein situa as proposições da física e da aritmética no mesmo nível, já que a certeza com a qual contam é resultante de práticas contingentes. Porém, não se trata de conceder o estatuto de crença psicológica para essa certeza instalada em formas de vida, pois que se trata de certeza gramatical. E ele não deixa de reagir a uma modalidade de interpretação que atribua à sua observação o caráter psicológico.<sup>451</sup> Mas por qual razão Wittgenstein nos previne assim de uma tal interpretação?

Uma vez que resultam de nossas atividades, as proposições gramaticais não se distinguem claramente das proposições empíricas. E que a certeza de nossas elaborações empíricas esteja situada no mesmo patamar da certeza de proposições da matemática soma mais uma razão para que não haja nítida distinção.<sup>452</sup> Não cabe ao filósofo fazer profecias. Por isso tanto a experiência que, de algum modo, sedimenta a nossa certeza trata-se da experiência passada, quanto não se pode vaticinar que as proposições gramaticais atuais jamais seriam abandonadas. Situa-las, portanto, no mesmo nível das proposições matemáticas significa compreendê-las como dependentes do curso de nossos procedimentos. O número de objeções a essa observação, nem por isso, deve nos espantar, porquanto atribuir às proposições matemáticas o caráter de serem incontestáveis “como que oficialmente”

---

<sup>449</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 455.

<sup>450</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 456.

<sup>451</sup> “Minha observação é lógica, não é uma observação psicológica.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 447).

<sup>452</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 455.

(*gleichsam offiziell*) não deixa de ser um ofício de nossas práticas,<sup>453</sup> assim como as nossas práticas são responsáveis pela evidência construída em torno de proposições gramaticais.

A evidência esmagadora da enunciação de uma qualquer proposição gramatical significa que não devemos ceder diante de uma evidência contrária. Em outras palavras, os elementos gramaticais que a constituem são autônomos em relação à experiência e mesmo arbitrários. Somente nessa medida é possível a construção de pontos de referência em relação aos quais nossos juízos empíricos podem ser tão certos quanto as proposições matemáticas.<sup>454</sup> E tanto é assim que a principal objeção contra a certeza empírica, versada sobre a possibilidade de ilusão ou confusão, pode muito bem ser levantada em relação às tábuas de multiplicação – mas essa não seria ainda a melhor resposta de Wittgenstein. Afinal, as objeções, todas elas, se alimentam da idéia de que a contingência que atravessa e mesmo ameaça a certeza relacionada a juízos empíricos não permite que possam situar-se ao lado dos da aritmética.

Pelos mesmos motivos que a experiência, causa de nossa certeza, não pode confundir-se com a experiência subjetiva, a objeção respondida apenas sinaliza que a possibilidade de erro não pode ser resolvida também a partir do apelo a instâncias psicológicas. Assim, se a resposta parece por demais óbvia, é que a objeção aponta para a debilidade da qual as atividades humanas não podem desfazer-se. Por demais parcial, a objeção se inscreve no ponto a ser enfatizado pela sua resposta, que pretende dissolver todas as objeções marcadas pela evocação da contingência empírica.

Na mesma medida em que as elaborações matemáticas não podem desfazer-se do caráter de atividade humana, a certeza aritmética não poderia opor-se à certeza em relação aos juízos empíricos. E, de tão entranhada em nossa forma de julgar, “o próprio Deus não pode me dizer nada acerca” de proposições que a veiculam.<sup>455</sup> Se a certeza matemática resulta do conjunto de nossas atividades e se uma proposição básica da matemática está fora de qualquer dúvida, então as proposições situadas fora do domínio da matemática devem também estar fora de dúvida.<sup>456</sup>

Wittgenstein, depois de reconhecer inúmeras objeções a essa sua observação, trata de elencá-las, não obstante, baste a sua primeira resposta para pôr abaixo todas as objeções. Pelo fato de a proposição  $12 \times 12 = 144$ , ser uma proposição matemática, como se poderia inferir daí que proposições não-matemáticas se encontram na situação que se atribui a essa

<sup>453</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 655.

<sup>454</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 657.

<sup>455</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 554.

<sup>456</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 653: “Se a proposição  $12 \times 12 = 144$  está fora de dúvida, então as proposições não-matemáticas também devem estar.”

proposição? Ora, a primeira nos permitiria inferir apenas que as proposições matemáticas estão nessa situação.

A resposta de Wittgenstein admite que a objeção à inferência seja procedente. Porém, não deixa de ser cifrada na condicional, como se tivesse razões mais fortes do que as supostas pela objeção, porquanto correta do ponto de vista de manuais de lógica. Sendo assim, podemos imaginar uma proposição que, embora não-matemática, trate do processo do cálculo em questão e seja tão certa quanto uma proposição matemática. “Eu penso em uma proposição tal como: ‘Quando efetuada por pessoas que saibam calcular, a multiplicação 12 x 12 resultará, na maior parte dos casos, em 144.’”<sup>457</sup> Por essa proposição não só estabelece a certeza empírica no mesmo patamar da certeza envolvida por proposições matemáticas, como também explicita o quanto a certeza matemática é resultante de convicções elaboradas no interior das práticas de uso de proposições matemáticas. É assim que essa proposição deverá resultar inconteste, e “naturalmente ela não é matemática”. Portanto, a certeza construída no transcurso de nossas elaborações judicativas relaciona-se intrinsecamente com escolhas arbitrárias, e os componentes gramaticais que as condicionam podem manter-se autônomos em relação ao curso das práticas que os tornam necessários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados principais de *Da Certeza* podem ser colhidos à medida que a reflexão de Wittgenstein se desprende da crítica a Moore e se estabelece em diálogo com a própria obra. Afirmar, nessa medida, que *Da Certeza* se inscreve no registro da reflexão lógica significa que se situa em contexto no qual não interessa quais proposições sejam verdadeiras, mas sim as condições lógicas que tornam possíveis os jogos de linguagem. Com efeito, a esse contexto teórico interessam fundamentalmente duas questões. A primeira diz respeito à constituição das condições lógicas da significação lingüística que possibilitam a objetividade da linguagem, ao passo que a segunda se refere ao estatuto do tecido de certeza, contado como horizonte de nossas práticas judicativas.

Essas duas questões se desdobram da pergunta pelo papel exercido por proposições gramaticais em nosso sistema de juízos empíricos. E essa pergunta, por sua vez, se estabelece no fluxo de continuidade do pensamento de Wittgenstein, pois assinala a reflexão sobre os

---

<sup>457</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 654.



limites do sentido como própria à filosofia. É isso que faz suas observações se situarem em contexto radicalmente oposto ao que se configura a prova de um mundo exterior e a defesa do senso comum apresentadas por Moore.

Em paralelo, identificamos a continuidade da reflexão *Da Certeza* com momentos da obra aos quais não interessa a pergunta pelo papel exercido por proposições gramaticais em nossas elaborações judicativas, como é o caso de “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*” e “Ursache und Wirkung”. Além disso, a novidade acrescentada por *Da Certeza* à obra não pode ser reconhecida sem que se considere que sua reflexão não só partilha o método das *Investigações*, como também leva em conta os seus resultados essenciais. Nesse sentido, elabora uma reflexão sobre o papel desempenhado por proposições gramaticais, cuja necessidade condiciona nossas elaborações lingüísticas. Por um outro sentido, se estabelece em continuidade, seja com a obra madura de Wittgenstein, seja com o *Tractatus*, por mover-se sobre os trilhos da pergunta pelos limites do sentido proposicional, pois mantém relação intrínseca com as questões envolvidas pelo exercício da necessidade nas práticas de formulação de juízos.

O significado de uma expressão lingüística não pode ser independente do contexto de uso, como se a significação fosse um espírito que acompanhasse a expressão em todos os seus empregos possíveis. Essa idéia, tão central às *Investigações*, é explorada em *Da Certeza*, no sentido de que interessa à reflexão wittgensteiniana a respeito da constituição dos elementos primários da significação no interior das práticas de uso. Mas isso não quer dizer que a necessidade também nas *Investigações* não seja resultante das práticas lingüísticas. Tanto é assim que, quer nas *Investigações*, quer em *Da Certeza*, Wittgenstein reage à idéia de que o significado de uma proposição corresponda a uma propriedade abstraída do uso e que, por isso, seja aplicável a qualquer circunstância.

Wittgenstein emprega em *Da Certeza* o mesmo exemplo das *Investigações*. No § 348 de *Da Certeza*, afirma que a expressão “eu estou aqui” só tem sentido em certos contextos e que, é claro, não pode ser um no qual eu a afirmo para alguém diante de mim e que me vê claramente. A razão disso é que o significado não corresponde a uma *determinação* do contexto de uso. Do mesmo modo, no § 117 das *Investigações*, depois de reiterar que o significado não corresponde a uma propriedade das palavras que subsista com independência do uso, afirma que o sentido de uma proposição é decidido a partir das circunstâncias de uso. Se o significado não pode ser determinado pelo contexto de uso, é porque não corresponderia a uma abstração do uso. É apenas no uso que uma proposição pode ter sentido, mas os contextos de uso significativo são, de certo modo, previamente definidos por nossas práticas

lingüísticas, de modo que uma expressão pode ter o mesmo significado em diferentes contextos.

Wittgenstein afirma que o significado pode tornar-se parte de uma proposição.<sup>458</sup> Mas isso não quer dizer que o significado corresponda a uma propriedade da proposição, pois essa pode significar muitas coisas. Em uma situação, e. g., na qual não seja possível distinguir claramente algo como uma árvore, a expressão “eu sei que aquilo é uma árvore” é significativa. Depois de algum tempo, essa expressão declarada no caso de uma deficiência visual teria o mesmo significado. No entanto, dita no meio de uma conversa, transcorrida defronte de uma árvore que pode ser discernida claramente, essa expressão nem mesmo teria sentido. O contexto de uso é, assim, uma peça decisiva na definição do significado de uma expressão, mas não pode equivaler à determinação do significado, como se se pudesse limitar de todo as variações de emprego de uma expressão.

Por conta disso, a reflexão wittgensteiniana entende que a compreensão do significado de uma expressão não depende de ela ser usada na significação que é conhecida.<sup>459</sup> No entanto, em *Da Certeza*, Wittgenstein repetidamente nega uma concepção do significado como estabelecido com independência do contexto de uso, por reiterar que dominar uma linguagem envolve a capacidade de reconhecer em quais circunstâncias uma proposição é significativa. Negar uma tal concepção significa rejeitar que a compreensão lingüística resulte da relação entre o significado de uma proposição retirada do contexto de uso e os contextos nos quais a proposição pode ser aplicada. Ou seja, significa rejeitar a idéia de que o significado seja uma atribuição teórica.

*Da Certeza*, assim, abriga a mesma concepção do significado das *Investigações*. E a negação de uma compreensão do significado que subtraia as regras que governam o uso lingüístico de sua aplicação relaciona-se diretamente com o modo como Wittgenstein entende a sua reflexão. A sua investigação dirige-nos às condições de possibilidade de produção de proposições significativas, de tal forma que não repousa os seus resultados em um conjunto de proposições verdadeiras. A certeza, assim, constitui um campo legítimo de interesse filosófico à medida que pode ser veiculada por certas proposições que condicionam o uso de expressões lingüísticas. Com efeito, alia-se à delimitação de um campo próprio de decisão das questões filosóficas, visto que é uma precípua recusa à teorização.

As proposições gramaticais não são tratadas hipoteticamente, pois os problemas filosóficos, cuja dissolução é operada a partir de sua análise, se distinguem radicalmente de

---

<sup>458</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 349.

<sup>459</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 117.

problemas empíricos. Ademais, a tendência de uma teoria do significado é tratá-lo como uma propriedade subtraída do terreno pragmático que o constitui. A pergunta pelo papel exercido por proposições gramaticais pode ser respondida somente mediante a descrição dos jogos de linguagem no interior dos jogos de linguagem. Vale dizer que, por essa descrição, não se aprende nada de novo, antes sim, os problemas são dissolvidos por meio de combinações simbólicas já conhecidas.

O trabalho filosófico, assim, se detém no exame do exercício da linguagem e consiste em uma luta contra o impulso de mal compreendê-lo. Aqui, mais uma vez, *Investigações e Da Certeza* se irmanam a ponto de marcar a posição relativa à natureza do trabalho descritivo com a mesma expressão. “Toda *explicação* deve desaparecer e apenas a descrição deve assumir o seu lugar”, dizem as *Investigações*. “Em algum ponto devemos passar da explicação à mera descrição”, afirma *Da Certeza*.<sup>460</sup> E não pára por aí a coincidência. Nesse mesmo parágrafo das *Investigações*, Wittgenstein define a filosofia como uma luta contra o fascínio exercido em nosso entendimento pela linguagem. Ao passo que, quase como uma confissão, o § 400 *Da Certeza* registra: “Aqui, eu estou inclinado a lutar contra moinhos de vento.”

Em sendo assim, a investigação de *Da Certeza* se define no terreno da lógica, já que devotada às condições mínimas da significação na mesma medida em que a filosofia deve se opor à ciência.<sup>461</sup> As considerações feitas ao longo da descrição dos jogos de linguagem, além de não especular teoria alguma, não devem ter nada de hipotético. Se *Da Certeza* se caracteriza por partilhar o método das *Investigações*, não há diminuição alguma da força do expediente terapêutico, como pretendem alguns comentadores, visto que o principal traço da terapia consiste em compreender a atividade filosófica como uma descrição dos jogos de linguagem isenta de especulações teóricas.<sup>462</sup> O método de lidar com problemas filosóficos, que encontra sua forma madura nas *Investigações*, aplica-se, sem mudanças substanciais, ao *Da Certeza*, na mesma medida que, em outro sentido, se afirma em continuidade com o *Tractatus*.<sup>463</sup>

<sup>460</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 109; *On Certainty*, § 189.

<sup>461</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 109.

<sup>462</sup> Cf. STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 7-8.

<sup>463</sup> Um típico exemplo disso é a relação que pode ser aventada entre o aforismo 4.1272 do *Tractatus* e os §§ 35-37 *Da Certeza*. O aforismo 4.1272 do *Tractatus*, de certo modo, prefigura a análise da expressão “Há objetos” feita nos §§ 35-37 *Da Certeza*. No *Tractatus*, Wittgenstein entende que o termo “objetos” designa um conceito formal, de sorte que não pode ser representado, como acreditavam Frege e Russell, por funções ou classes, mas sim por variáveis. Desse modo, a expressão “Há objetos” não pode ser dita como se diria “Há livros” à medida que se constitui como um contra-senso, pois os objetos de um conceito formal e o próprio conceito formal são introduzidos como conceitos básicos. A palavra “objeto” designa um conceito formal na medida em que é dada com um objeto que caia sob ela, tal como “complexo”, “fato”, “função”, “número, etc. De resto, do ponto de vista do *Tractatus*, a expressão “Há objetos” não é significativa por operar sobre a indistinção entre conceito formal e os vários objetos que podem cair sob o conceito. Pois, “algo que caia sob um conceito formal como seu objeto não pode ser expresso por uma proposição. Isso se mostra, sim, no próprio sinal desse

*Investigações* e *Da Certeza* também partilham uma mesma estrutura argumentativa, vinculada diretamente ao método. Correspondente ao que Pellegrino D’Acierno batiza por “broken text” e se caracteriza por constituir um estilo literário assistemático, digressivo, descontínuo, tematicamente interrompido e marcado por ligeiras transições entre um assunto e outro. Um tal estilo literário se estabelece em clara oposição ao estilo incorporado pelo *Tractatus*, que se estabelece como um livro.<sup>464</sup> *Da Certeza*, assim como as *Investigações*, não pode estabelecer-se senão como um álbum que contém não mais do que esboços de paisagens.<sup>465</sup>

*Da Certeza* e *Investigações* partilham a concepção da significação lingüística e entendem que o domínio de uma linguagem corresponde ao domínio de uma técnica governada por regras. Afinal, o aprendizado de uma linguagem envolve a assimilação de um modo de agir que figura como ponto incondicionado dos jogos de linguagem. É assim que as práticas de uso são preeminentes, seja no que diz respeito ao domínio de uma linguagem, seja no que diz respeito à constituição dos mínimos lógicos da significação. As regras gramaticais podem ser assimiladas puramente a partir da prática, de sorte que a própria prática é responsável por apresentar o que seja um erro em relação à aplicação da regra.

*Da Certeza*, portanto, sumariza o problema de “seguir uma regra”, retomando claramente os §§ 198-200 das *Investigações*. Assim, se nas *Investigações* Wittgenstein trata de reiterar que seguir uma regra é uma *práxis*, em *Da Certeza* assinala que o seguimento das regras que governam o uso da linguagem não depende de uma certeza individual.<sup>466</sup> O modo de agir e de julgar constitui um sistema de referências a partir do qual se efetua a compreensão lingüística. A ênfase nas práticas exprime a idéia de que agir de acordo com as regras de uso conceitual não corresponde à interpretação dessas regras.<sup>467</sup> Definir um modo de agir como base dos jogos de linguagem significa, dentre outras coisas, negar que a interpretação se interponha entre uma regra e o seu seguimento.

O contexto teórico da regra não pode determinar a sua aplicação. O significado não é determinado pelo contexto de uso, à medida que o uso só pode condicionar o sentido das

---

objeto.” (4.126). A proposição “Há objetos físicos” é tratada, em *Da Certeza*, notadamente pelos §§ 35-37, como um contra-senso. Afinal de contas, essa proposição, do ponto de vista de *Da Certeza*, não pode ser formulada em virtude de se tratar da expressão de uma regra de uso das expressões que envolvam as palavras “objetos físicos”. Nesse sentido, “objeto físico” é um conceito lógico, tal como cor e quantidade.

<sup>464</sup> Signo da oposição que o *Tractatus* estabelece em relação a um tal estilo literário é o fato de os decimais que numeram os seus aforismos indicarem o peso lógico desses aforismos, “a importância que” têm em sua exposição. “As proposições n.1, n.2, n.3, etc são observações relativas à proposição n|n; as proposições n.m.1, n.m.2, etc. são observações relativas à proposição n|n.m; e assim por diante.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, p. 135).

<sup>465</sup> STROLL, Avrum. *Moore and Wittgenstein on Certainty*, p. 88-89.

<sup>466</sup> Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, §§ 28-30.

<sup>467</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 202.

proposições, jamais a sua verdade. Aqui, novamente, em *Da Certeza*, a natureza da investigação se estabelece em relação intrínseca com um de seus resultados essenciais, qual seja, não interessa à investigação elencar quais proposições seriam verdadeiras de modo incontestado, assim como entender o significado como relacionado ao contexto de emprego não quer dizer que a verdade proposicional esteja internamente atrelada ao uso. Apenas o significado está conectado por laços internos ao uso da proposição. Assim, é da alçada do uso unicamente conferir um sentido à proposição, não a verdade. Afinal de contas, o significado não corresponde à mera determinação da situação de uso, como a interpretação da regra não pode determinar a significação, visto que o significado proposicional mantém uma relação intrínseca com o conjunto de práticas governado por regras que o uso das palavras envolve.

A recusa de que a interpretação se interpõe entre a regra e a aplicação da regra, própria das *Investigações*, encontra expressão em *Da Certeza* na idéia de que instâncias fundamentais dos jogos de linguagem não constituem elemento de nossas considerações, uma vez que dizer que, “no final das contas, podemos aduzir apenas os fundamentos que *nós* consideramos como fundamentos, é nada dizer.”<sup>468</sup> Isso significa, antes de tudo, que a certeza que eles veiculam não é chamada em questão quando efetuamos uma descrição.<sup>469</sup> A inteligibilidade e a objetividade das expressões lingüísticas dependem do acordo prévio veiculado pelos elementos fundamentais dos jogos de linguagem. Nesse sentido, refletir sobre a gramática da certeza significa explorar os limites do sentido. A afirmação dessa certeza como condição do sentido é proporcional ao fato de que não se constitui uma modalidade de conhecimento.

A ênfase no papel das práticas na sedimentação do significado lingüístico desenha o significado de uma expressão como tramado em relação direta com outros juízos. Assim como, os nossos juízos se reportam a uma forma de agir em função da qual nossas elaborações judicativas constituem um sistema em que premissas e conclusões se apóiam mutuamente. Desse modo, um dos resultados da investigação que se conclui foi ter apresentado razões para a noção de *Weltbild* poder ser entendida como central à reflexão de *Da Certeza*.

Com isso, pretendemos deixar claro dois pontos. Em primeiro lugar, que a noção de *Weltbild* é sinal de que a reflexão de Wittgenstein se inscreve no domínio da lógica, à medida que configura a investigação de *Da Certeza* como voltada às condições de sentido. Em segundo lugar, que a elaboração dessa noção marca a autonomia de *Da Certeza* frente aos

---

<sup>468</sup> WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*, § 599.

<sup>469</sup> “For this characterises what we call describing. – Following according to a sure is the *bottom* of our language-game. Because *this* (e. g.  $25^2 = 625$ ) is the proceeding upon which we build all judging.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Remarks on The Foundations of Mathematics*, Parte VI, § 28).

ensaios de Moore. Compreender o livro *Da Certeza* como movido pela pergunta sobre o que torna possível a produção de proposições significativas faz com que a reflexão de Wittgenstein mostre sua autonomia em relação ao seu momento inicial, no qual importava criticar o uso feito por Moore de certos truísmos (*Da Certeza I*). Isso também nos leva a recusar-lhe o epíteto de obra de epistemologia.

Ora, é evidente que *Da Certeza* é atravessada pelo interesse que os truísmos de Moore suscitaram. Mas também é verdade que a questão da certeza tem história na obra. Moore, em larga medida, passa a interessar à investigação de Wittgenstein pelo fato de apresentar uma noção de certeza filiada à trama conceitual cartesiana. Assim, a reflexão de Wittgenstein possui um horizonte bem mais largo que os estreitos limites da epistemologia mooreana, quer por autorelacionar-se intrinsecamente com sua própria obra, quer por enfrentar a noção de certeza fundante dessa epistemologia herdeira do cartesianismo.

De modo mais específico, o tema da certeza é retomado por essa reflexão tardia de Wittgenstein como lugar apropriado para pensar os limites do sentido. Desse modo, mostramos que “Ursache und Wirkung” articula e mesmo antecipa algumas das principais idéias de *Da Certeza*. Em confronto com “Ursache und Wirkung”, a novidade dessa reflexão pode ser mais bem esclarecida, pois permite que a reflexão acerca do papel desempenhado por proposições gramaticais em nosso sistema de juízos empíricos salte aos olhos e singularize *Da Certeza*, ao tempo que compartilham algumas de suas idéias principais, como é o caso da reiterada ênfase no primado das práticas na constituição do sentido e da idéia de que a dúvida não encontra lugar na base dos jogos de linguagem. Nessa medida, Wittgenstein recupera em *Da Certeza* antigas idéias com uma nova e melhor expressão.

A dúvida não contabilizada como possível em “Ursache und Wirkung”, é pensada então como não constitutiva da base dos jogos de linguagem contra o pano de fundo de uma modalidade de comunicação primitiva, baseada em reações e destituída de articulação verbal. Em *Da Certeza*, o ato de dúvida passa a possuir como limites as condições mínimas da significação. Os limites da dúvida devem coincidir com os limites do sentido. Uma dúvida, desse modo, subscreve-se como um contra-senso por ultrapassar os limites do sentido, por voltar-se contra o que torna possível a sua articulação simbólica. Wittgenstein passa a dizer que uma dúvida, mesmo quando possível, não é necessária. Continuidade estreita com a idéia repetida à exaustão em “Ursache und Wirkung” de que a dúvida não pode constituir um lance básico dos jogos de linguagem por demandar uma trama conceitual mais complexa. Muito mais sofisticada, a formulação de *Da Certeza* confere a idéias remanescentes de “Ursache und Wirkung” um novo quadro teórico, porque lança a questão no terreno da reflexão sobre os

limites do sentido. A possibilidade de duvidar passa a corresponder à possibilidade de contar com recursos simbólicos com que se possa expressar de modo significativo a dúvida.

Um outro exemplo do quanto a reflexão de *Da Certeza* se inscreve no curso do desenvolvimento da obra é o modo como a noção de mitologia pode ser esclarecida à contraluz das “Remarks on Frazer’s *Golden Bough*”. Acreditamos ter mostrado como Wittgenstein batiza com a mesma palavra noções diferentes, tendo sido importante esclarecer a noção de *Weltbild*. Afinal de contas, mitologia é uma das principais e mais enigmáticas caracterizações da *Weltbild*.

Decisiva à construção da objetividade a partir da qual a compreensão lingüística é garantida, a *Weltbild* se mostra como espaço no qual se constitui o sentido. Signo de que as condições de sentido não veiculam um conteúdo unicamente sintático. Assim, afigura-se como garantia de que empregamos as palavras do mesmo modo em virtude das proposições lógicas que desenham as suas fronteiras, refletindo a sua totalidade. Por isso, o esclarecimento dessa noção é decisivo, quer à compreensão da função das proposições gramaticais em nossas elaborações judicativas, quer ao entendimento das implicações da necessidade como situada em território pragmático. Isso é claro, na medida em que compreender a noção de *Weltbild* serve aos propósitos de entender a relação entre linguagem e mundo.

Insistimos nesse ponto e tratamos de assinalá-lo, seja da perspectiva do papel desempenhado por fatos na sedimentação do campo de certezas ao qual se reportam as nossas práticas e que é veiculado por proposições gramaticais seja da perspectiva da relação entre gramática e experiência. Proposições gramaticais veiculam a certeza à qual se reportam nossos juízos, à medida que sublinham um quadro de possibilidades de aplicação das expressões lingüísticas. No entanto, os limites conceituais sublinhados não podem independer das práticas judicativas que subordinam, de sorte que podem ser alterados a partir do uso.

Isso é cifrado em duas ordens de argumentos e por uma única razão. Em primeiro lugar, o ajuste de contas entre linguagem e mundo se resolve da perspectiva do papel exercido por fatos na constituição de elementos normativos que enformam a linguagem, caracterizando, no essencial, o seu modo de referir-se ao mundo. Em segundo, a questão a ser respondida diz respeito a como proposições, cuja expressão estrutura o nosso trato com a empiria, não deixariam de referir-se à experiência. A razão única relaciona-se com um dos principais resultados de nossa investigação, pois a partir dessa nossa análise julgamos ter esclarecido o que Wittgenstein entende como fundamento, por constituir a possibilidade dos jogos de linguagem, que subsiste às suas variações, assim como deve poder ser compreendido o sentido da reiteração de autonomia da gramática em relação à experiência. Desse modo, a

aparente necessidade de uma proposição gramatical pode ser desfeita, mas não a necessidade da gramática, assim como, por outro lado, a experiência não pode corresponder a uma alucinação gramatical.

Mostramos, por essa perspectiva, que o fundamento dos jogos de linguagem não corresponde, quer à verdade de qualquer proposição, quer a uma suposição refletida. Consiste em uma *forma* de agir na qual se reflete e da qual depende a objetividade de nossas práticas. Por fim, as proposições gramaticais podem conferir uma estrutura aos nossos procedimentos e se afiguram necessárias, na medida em que refletem uma forma de agir como fim da justificação.

Stroll confere ao *Da Certeza* lugar de destaque na epistemologia contemporânea. E não só. Estabelece essa reflexão de Wittgenstein em linha de conta com a *Crítica da Razão Pura* por entender que ela traz à luz a mais importante contribuição ao debate epistemológico, depois da obra de Kant.<sup>470</sup> Tal elogio, ironicamente, acentuaria um traço ao qual a reflexão de Wittgenstein não se subordinaria. *Da Certeza* não seria uma obra de epistemologia, quer por nela o trabalho descritivo manter-se negativo quer por sua reflexão dirigir-se unicamente às condições de significatividade do discurso. Ao trair o horizonte teórico de *Da Certeza*, Stroll não deixa contudo de ser tomado e festejado por comentadores.<sup>471</sup> É, assim, que desenham um contexto teórico no qual *Da Certeza* figura como a porta de entrada de um terceiro Wittgenstein.

Em filosofia, é salutar que as inovações teóricas sejam vistas com alguma suspeita. Por isso, preferimos associar, seja nossa investigação seja os seus resultados, à cautela de quem pontua ser justificado afirmar um terceiro Wittgenstein apenas se, em sua obra, for descoberto algo de completamente inovador em relação às *Investigações*. Entretanto, é condição para que seja inovador, que esteja em continuidade com as *Investigações*.<sup>472</sup> Assim, acentua-se a continuidade de *Da Certeza*, quer em relação ao método quer em relação aos resultados da obra madura.<sup>473</sup>

---

<sup>470</sup> STROLL, Avrum. *Why On Certainty Matters*, p. 33. De certo modo, essa popogia de Stroll resume a direção da investigação sobre *Da Certeza* assumida em seu célebre *Moore and Wittgenstein on Certainty*.

<sup>471</sup> Um bom exemplo da assimilação dessa expressão de Stroll é o livro de Moyal-Sharrock cujo título é *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. A adesão a essa expressão de Stroll a contabiliza como um veredito.

<sup>472</sup> CANFIELD, John V. *Pretence and the Inner*, p. 145.

<sup>473</sup> Um exemplo ainda mais radical da continuidade do pensamento de Wittgenstein é exposto por Dan Hutto em "Two Wittgensteins Too Many". O autor trata de mostrar que o que a literatura mais recente descortina como sendo inovador em *Da Certeza* e demais escritos de Wittgenstein posteriores às *Investigações*, de modo que desenha um quadro teórico relativo a um terceiro Wittgenstein remonta aos *Notebooks* e que, portanto, o que essa literatura aponta como constituidor de um terceiro Wittgenstein serve mais aos propósitos de defender a existência de apenas um, cuja investigação se move em direção das condições de possibilidade do discurso. (Cf. HUTTO, Dan. *Two Wittgensteins Too Many*, p. 25).



Por fim, se ao trabalho descritivo de Wittgenstein não toca mudar a linguagem, possui ao menos a virtude de denunciar as ilusões produzidas pelo fascínio da linguagem, que parece adquirir vida própria em relação a quem a emprega como instrumento para dizer o mundo. A análise do trabalho descritivo deve, antes de tudo, evitar o fascínio que inovações conceituais costumam encerrar. Assim, diferente dos elementos lógicos da significação em *Da Certeza*, deve-se desenhar, por assim dizer, as peças de seu tabuleiro de xadrez, sem decidir imediatamente como devem ser dispostas ou quais devem mover-se.

A compreensão de como as idéias de *Da Certeza* se situa na obra deve, de resto, preceder a contagem de quantos Wittgenstein possa haver. Afinal, em boa medida, um desacordo relativo a quantos objetos há em uma sala não encerra uma mera questão empírica, envolvendo a operação de diferentes critérios numéricos. Mais importante que a eventual disputa acerca dos vários Wittgensteins, sempre permanece a dúvida sobre como poderemos reconhecer-lhes um estilo, sendo nossos critérios de contagem antes uma aposta no sentido mesmo do que possa ser sua filosofia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. C. **O Trabalho Filosófico no Da Certeza de Ludwig Wittgenstein**. 2003. p. 94. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

AMBROSE, A. (ed.). **Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1932-1935**. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

ARRINTON, Robert L.; GLOCK, Hans-Joann (ed.). **Wittgenstein and Quine**. London: Routledge, 1996.

BACKER, G. P. e HACKER, P. M. S. **Scepticism, Rules and Language**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Wittgenstein: Meaning and Understanding**. Oxford: Basil Blackwell, 1983. (Essays on Philosophical Investigations, Volume I)

BLACK, M. **A Compenion to Wittgenstein's Tractatus**. New York: Cornell University Press, 1992.

BOUVERESSE, J. Wittgenstein's answer to 'What is colour?'. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**.

BRENNER, William H. Dialogues on Causality and the Limits of Empiricism. **Philosophical Investigations**. nº 26/2003, p. 1-23.

\_\_\_\_\_. Wittgenstein's 'Kantian Solution'. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, W. H. (ed.). **Readings of Wittgenstein's** On Certainty.

\_\_\_\_\_. Arithmetic as Grammar. **Philosophical Investigations**. n.º 20/1997, p. 315-325.

CANFIELD, J. V. (ed.). **The Philosophy of Wittgenstein**. New York & London: Garland Publishing, 1986 (V. 5 Method and Essence).

\_\_\_\_\_. **The Philosophy of Wittgenstein**. New York & London: Garland Publishing, 1986 (V. 8 Knowing, Naming, Certainty and Idealism).

\_\_\_\_\_. Pretence and the Inner. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle. **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**.

CARVALHO, M. S. **Imagem e Dissolução: entre as Investigações e Da Certeza**. 2006. p. 228. Tese (Doutorado) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

CAVELL, S. **This Yet Unapproachable América: lectures after Emerson after Wittgenstein**. New Mexico: Living Batch Press, 1989.

CONANT, James. Wittgenstein on Meaning and Use. **Philosophical Investigations**. n.º 21/1998, p. 223-250.

CUTER, João Vergílio Gallerani. O que Wittgenstein Diria a respeito do Líquido Encontrado na Terra Gêmea. In: IMAGUIRE, Guido; MONTENEGRO, Maria Aparecida; PEQUENO, Tarcísio (org.). **Colóquio Wittgenstein**. Edições UFC: 2006, p. 55-72.

DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Col. Os Pensadores).

DIAS, M. C. **Kant e Wittgenstein: os limites da linguagem**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ESPINOSA, B. **Tratado da Correção do Intelecto**. Trad. por Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Col. Os Pensadores).

FAUSTINO, S. **Wittgenstein: o eu e sua gramática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Experiência Indizível: uma introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre o leito do rio dos pensamentos. In: MORENO, Arley (org.) **Wittgenstein: ética, estética, epistemologia**. Coleção CLE (UNICAMP), 2006, Vol. 43., p. 109-119.

FOGELIN, Robert J. Quine's Limited Naturalism. **The Journal of Philosophy**. Vol. 94, nº 11/1997, p. 543-563.

FRAZER, J. G. **O Ramo de Ouro**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

GARAVASO, Pierena. The Distinction Between the Logical and the Empirical in *On Certainty*. **Philosophical Investigations**. nº 21/1998, p. 251-267.

GARVER, N. **This Complicated Form Life**: essays on Wittgenstein. Illinois: Open Court, 1994.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. por Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Dicionário de Filósofos).

GLOCK, Hans-Johann. Knowledge, Certainty and Scepticism: in Moore's Defence. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle. **The Third Wittgenstein**: the post-*Investigations* works.

HACKER, P.M.S. **Wittgenstein**: sobre a natureza humana. Trad por João Virgílio G. Cuter. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein**: Connections and Controversies, Oxford, Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Insight and Illusion**: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience. Oxford: Clarendon Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Sobre a Eliminação da Metafísica por meio da Análise Lógica da Linguagem de Carnap. **Cadernos Wittgenstein**. São Paulo, nº 1/2000, p. 5-35.

HARRISON, Bernard. Criteria and Truth. **Midwest Studies in Philosophy**. XXIII/199, p. 206-235.

HINTIKKA, M. B. e J. **Uma Investigação sobre Wittgenstein**. São Paulo: Papirus, 1994.

HUNNINGS, G. **The World and Language in Wittgenstein's Philosophy**. Albany: State University New York, 1988.

HUME, D. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: UNESP, 2001.

HUTTO, Dan. Two Many: Wittgenstein's Foundationalism. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The Third Wittgenstein**: the post-*Investigations* works.

JANIK, A. e TOULMIN, S. **A Viena de Wittgenstein**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KANT, E. **Crítica da Razão Pura**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KRIPKE, S. A. **Wittgenstein on Rules and Private Language**. Oxford: Basil Blackwell, 1999.

LEE, D. (ed.). **Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1930-1932**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

LÖFFLER, W. e WEINGARTNER, P. (eds.). **Knowledge and Belief: papers of the 26<sup>th</sup> International Wittgenstein Symposium**. Vol. XI, 2003.

MACHADO, A. N. **Lógica e Forma de Vida: Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

MALCOLM, N. **Ludwig Wittgenstein: a memoir**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

MALCOLM, N. Moore and Ordinary Language. In: SCHILLIP, Paul Arthur (ed.). **The Philosophy of G. E. Moore**.

MARQUES, E. Sobre o Estatuto das “Proposições Gramaticais” no Segundo Wittgenstein. **Estudos e Pesquisas**, Niterói, nº 82/2003, pp. 49-58.

MCGUINNESS, B. (ed.). **Wittgenstein and the Vienna Circle: conversations recorded by Friedrich Waismann**. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

MCGUINNESS, B. e VON WRIGHT, G. H. (ed.). **Ludwig Wittgenstein: Cambridge Letters: correspondence with Russell, Keynes, Moore, Ramsey and Sraffa**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

MEDINA, José. Wittgenstein's Social Naturalism. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle. **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* Works**.

MORAWETZ, T. **Wittgenstein and Knowledge**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1978.

MORENO, Arley. **Wittgenstein: através das imagens**. 2<sup>a</sup> ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma Pragmática Filosófica**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. Duas Observações sobre a Gramática Filosófica. **Manuscrito**. São Paulo: UNICAMP, vol XII, nº 2, Outubro 1989.

MORICK, H. (ed.). **Wittgenstein and the Problem of Other Minds**. Albany: McGraw-Hill, 1967.

MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. Trad. por Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOORE, G. E. **Philosophical Papers**. London: George Allen & Unwin, 1959.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Studies**. London: Littlefield, Adms & Co, 1959.

\_\_\_\_\_. William James' "Pragmatism". In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Studies**.

\_\_\_\_\_. The Conception of Reality. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Studies**.

\_\_\_\_\_. Certainty. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Papers**.

\_\_\_\_\_. The Refutation of Idealism. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Studies**.

MOORE, E. G. Four Forms of Scepticism. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Papers**.

\_\_\_\_\_. Proof of An External World. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Papers**.

\_\_\_\_\_. Escritos Filosóficos. In: MOORE & RUSSELL, L. São Paulo: Nova Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. Princípios Éticos. In: MOORE & RUSSELL. São Paulo: Nova Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. Problemas Fundamentais da Filosofias. In: MOORE & RUSSELL. São Paulo: Nova Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores).

MOUNCE, H. O. The Inner and the Outer. **Philosophical Investigations**. nº 25/2002, p. 67-78.

\_\_\_\_\_. Philosophy, Solipsism and Thought. **The Philosophical Quarterly**. vol. 47, nº 186/1997, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein's Tractatus: an introduction**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MOYAL-SHARROCK, D. **Understanding Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. Unravelling Certainty. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, W. H. (ed.), **Readings of Wittgenstein's On Certainty**.

\_\_\_\_\_. *On Certainty* and the Gramaticalization of Experience. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**.

\_\_\_\_\_. Logic in Action: Wittgenstein's *Logical Pragmatism* and the Impotence Scepticism. *nf* 23/2003, p. 125-148.

\_\_\_\_\_. Introduction: the idea of a *third* Wittgenstein. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**, p. 4.

\_\_\_\_\_. BRENNER, William H. (eds.). **Readings of Wittgenstein's On Certainty**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

\_\_\_\_\_. (ed.) **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**. Aldershott: Ashgate, 2003.

NOVAES, A. (org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ORMIERES, G. J. (org.). **Três Ensaios de G. E. Moore**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

OVERGAARD, Soren. Exposing the conjuring trick: Wittgenstein on subjectivity. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**. *nf* 3/2004, p. 263-286.

PHILLIPS, D. Z. **Faith After Foundationalism: critiques and alternatives**. Colorado: Westview Press, 1995.

PRADO JÚNIOR, B. **Erro, Ilusão e Loucura**. São Paulo: Editora 34, 2004.

PRADO NETO, B. **Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

PRYOR, James. What's Wrong With Moore's Argument. **Philosophical Issues**. *nf* 14/2004, p. 349-378.

PROESSEL, Dean. Wittgenstein on Scepticism and Nonsense. **Philosophical Investigations**. *nf* 28/2005, p. 324-345.

QUINE, W. V. Dois Dogmas do Empirismo. In: QUINE, W. V. **Ensaio**. Seleção: Oswald Porchat de Assis Pereira da Silva; Traduções: Balthazar Barbosa Filho [et al.]. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.199-248.

RHEES, R. **Recollections of Wittgenstein**. New York: Oxford University Press, 1984.

RHEES, R. e PHILLIPS, D. Z. (ed.). **Wittgenstein's On Certainty: there – like our life**. Oxford: Blackwell, 2005.

RICHTER, Duncan. Wittgensteinian Foundationalism. **Erkenntnis**. *nf* 55/2001, p. 349-358.

RUDD, Anthony. The Primacy of Practice. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, W. H. (ed.). **Readings of Wittgenstein's On Certainty**.

\_\_\_\_\_. **From a Logical Point of View**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

SALLES, João Carlos. **A Gramática das Cores e Wittgenstein**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. (Col. CLE; v. 35).

\_\_\_\_\_. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios**. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*. In: \_\_\_\_\_. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios**.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a edição das *Bemerkungen über die Farben*. In: \_\_\_\_\_. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios**.

\_\_\_\_\_. A noção de Porträt em Wittgenstein. In: \_\_\_\_\_. **O Retrato do Vermelho e Outros Ensaios**.

SANTOS, L. H. L. A Essência da Proposição e A Essência do Mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

SCHILLIP, P. A. (ed.). **The Philosophy of G. E. Moore**. London: Cambridge University Press, 1968.

SCHULTE, J. **Wittgenstein: an introduction**. Albany: State university New York Press, 1992.

\_\_\_\_\_. World-Picture and Mythology. **Inquiry**. v. 31/1988, pp. 323-334.

\_\_\_\_\_. Within a System. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, W. H. (ed.). **Readings of Wittgenstein's On Certainty**.

SLUGA, H. e STERN, D. G. (Eds.), **The Cambridge Companion to Wittgenstein**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

STIERS, Peter. Meaning and the Limit of the World in Wittgenstein's Early and Later Philosophy. **Philosophical Investigations**. n.º 26/2000, p. 193-214.

STROLL, A. **Sketches of Landscapes: philosophy by example**. Cambridge: Mit Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Why *On Certainty* Matters. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle; BRENNER, William H. **Readings of Wittgenstein's On Certainty**.

\_\_\_\_\_. Wittgenstein's Foundational Metaphors. In: MOYAL-SHARROCK, Danièle (ed.). **The Third Wittgenstein: the post-*Investigations* works**.



THOMAZ, E. V. **Wittgensteinian Values**: philosophy, religious belief and descriptivist methodology. England: Ashgate Publishing Limited, 2001.

VON WRIGHT, G. H. **Wittgenstein**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. por Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Investigações Filosóficas**. Trad. por José Carlos Bruni. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **O Livro Castanho**. Trad. por Jorge Marques. Lisboa: Edições 70, 1990. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Observações Filosóficas**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Anotações Sobre as Cores**. Trad. por Filipi Nogueira e Maria J. Freitas. Lisboa: Edições 70, 1997. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **O Livro Azul**. Trad. por Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1990. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Gramática Filosófica**. Trad. por Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Da certeza**. Trad. Por Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **On Certainty**. Trad. por Denis Paul e G.E.M. Anscombe. New York: Harper Torchbookz, 1972.

\_\_\_\_\_. **Aulas e Conversas**. Trad. por Miquel Tamen. 3ª ed. Lisboa: Edições Cotovia, 1998. Compilado a partir de notas recolhidas por Yoric Smythies, Rush Rhees e James Taylor.

\_\_\_\_\_. **Fichas (Zettel)**. Trad. por Ana B. da Costa. Lisboa: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Valor**. Trad. por Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1980.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein Nachlass**: The Bergen Electronic Edition, Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Remarks on Frazer's *Golden Bough*. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Occasions: 1912-1951**.

\_\_\_\_\_. Ursache und Wirkung: intuitives Erfassen. In: \_\_\_\_\_. **Philosophical Occasions: 1912-1951**.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Occasions: 1912-1951.** Indianapolis & Cambridge: Hackett Publishing Company, 1993.

\_\_\_\_\_. **Notebooks:** 1914-1916. Oxford: Basil Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Remarks.** Oxford: Basil Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Grammar.** Oxford: Basil Blackwell, 1980.

\_\_\_\_\_. **The Blue and The Brown Books.** Oxford: Basil Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. **Remarks On The Foundations Of Mathematics.** Oxford: Basil Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Investigations.** Oxford: Basil Blackwell, 1999.

\_\_\_\_\_. **Remarks On The Philosophy Of Psychology.** Oxford: Basil Blackwell, 1998. Vol. I e II.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Culture and Value.** Oxford: Basil Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. **Zettel.** Oxford: Basil Blackwell, 1981.

WOLFE, D. **Moore and Wittgenstein on Knowledge and Certainty.** Nova Scotia: Dalhousie University Halifax, 1999.

ZALABARDO, J. L. Wittgenstein on Accord. **Pacific Philosophical Quarterly.** nf 84/2004, p. 311-329.